

Marília Nóbrega Alves da Costa Fonseca

**“O PAPEL DAS MULHERES NA
ATIVIDADE DE PESCA ARTESANAL
MARINHA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS
OSTRAS, RIO DE JANEIRO, BRASIL”.**

**Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e
Participação**

2014

**Ulisses Manuel de Miranda Azeiteiro
Maria de Fátima Pereira Alves**



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Ulisses Manuel de Miranda Azeiteiro e co-orientação científica da Prof^a. Doutora Maria de Fátima Pereira Alves.

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,



Rio das Ostras, 28 de Novembro de 2014.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O Orientador,



Lisboa, 28 de Novembro de 2014.

A Co-orientadora



Lisboa, 28 de Novembro de 2014.

Dedico à comunidade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras.

AGRADECIMENTOS

“Ser grato a tudo que se vive e a todos com quem se convive, fortifica e abre caminhos para uma jornada de esperança e resultados de qualidade” (Mauro Soares).

Sou grata ao meu amor, Márcio Luís Chagas Macedo (Morcego) pelo comprometimento, por todas as contribuições e por ter se dedicado incansavelmente a esta pesquisa. Sobretudo, agradeço por acreditar tanto em mim.

Sou grata aos meus professores, Dr. Ulisses Manuel de Miranda Azeiteiro e Dra. Maria de Fátima Pereira Alves, pela orientação e dedicação. Sobretudo, pela capacidade que tiveram de me manter motivada.

Sou grata à comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras pela receptividade e colaboração. Sobretudo, agradeço a todas as histórias que foram compartilhadas. Ao Sr. Abraão Ney de Souza e à Sra. Maria do Carmo dos Santos Ayres, agradeço pela confiança, dedicação e parceria.

Sou grata à minha mãe, Lilian Nóbrega Alves, por fazer parte de todas as minhas conquistas.

Sou grata aos meus amigos do coração que, mesmo distantes, estiveram sempre comigo: Adriano Donadio Oliva, Clecio Arrojo Martinez, Juliana Ventura de Pina, Karina Guaglianone do Nascimento, Luciana Cardoso e Priscila Arruda Cordts Fraga.

Sou grata a todos os meus colegas de trabalho pela paciência e compreensão. Em especial, agradeço à Ana Carolina Caetano Ribeiro Tavares Crespo, Graziela Oliveira e Michelle Nascimento Weissmann da Silva por terem me apoiado na fase final do mestrado.

RESUMO

**O PAPEL DAS MULHERES NA ATIVIDADE DE PESCA ARTESANAL
MARINHA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS, RIO DE JANEIRO, BRASIL**

Marília Nóbrega Alves da Costa Fonseca

As pescas, particularmente a artesanal, têm representado alvo de interesse crescente pela comunidade científica, evidenciando o seu papel na preservação ambiental e sustentabilidade e mais recentemente, o papel dos pescadores, suas percepções e racionalidades na relação com os recursos naturais e, em menor proporção, sobre o papel das mulheres. Esta pesquisa procura contribuir para a visibilidade do lugar das mulheres na atividade pesqueira artesanal marinha, tomando como campo de análise uma comunidade de Rio das Ostras (RJ/Brasil). Procuramos compreender quais as percepções que homens e mulheres desta comunidade têm sobre a relação entre as mulheres e a pesca artesanal e como esse contexto é reconhecido e valorizado. A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa cujo referencial metodológico está pautado na Teoria Fundamentada nos Dados e nos princípios do Diagnóstico Rápido Participativo. Os dados primários foram coletados por meio da observação, entrevistas e ferramentas participativas, em amostragens bola de neve e teórica. Os dados foram triangulados, codificados e categorizados. A análise nos permite concluir que em Rio das Ostras, o papel das mulheres na comunidade pesqueira abrange a realização de múltiplas atividades, motivadas pela divisão sexual do trabalho. Apesar da extensa jornada diária dedicada aos trabalhos produtivo e reprodutivo, tal atuação é reconhecida como uma “ajuda”, ainda que contribua significativamente para o orçamento e gestão familiar. Tal perspectiva enfraquece a visibilidade das mulheres perante a comunidade local, bem como a valorização dos seus papéis sociais quer ao nível da preservação ambiental e sustentabilidade, quer na mudança social e cultural local.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca artesanal marinha, Rio das Ostras, Gênero e pesca, Percepção do papel das mulheres na pesca, Teoria Fundamentada nos Dados, Metodologia participativa.

ABSTRACT

THE WOMEN ROLE ACCORDING TO THE MARINE ARTISANAL FISHERY ACTIVITY IN THE CITY OF RIO DAS OSTRAS, RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Marília Nóbrega Alves da Costa Fonseca

The marine fishery practices, particularly the artisanal ones, have been a purpose of great interest by the scientific community, showing its role in the sustainability e environmental preservation, the fishermen, their perceptions and rationalities in their relationship with natural resources and, in a minor proportion, the role of women on its practice. This research intends to contribute showing the women position and visibility on marine artisanal fishing activity. It was developed in the community of Rio das Ostras (RJ/Brazil). Trying to comprehend which are the men and women perceptions in this community, relating to women and artisanal fisheries and how valorized and recognized is this concept. A research was realized with a qualitative approach which the methodological reference was the Grounded Theory and also in the principles of Participatory Rapid Diagnosis. All the data was collected by observation, interviews and participatory tools, in surveys type Snow ball and theory. The data was triangulated, codified e categorized. The analysis allow to conclude that in Rio das Ostras, the role of women in the fishing community covers the implementation of multiple activities, based on sexual division of labor. Despite the extensive daily day devoted to productive and reproductive work, such action is recognized as a "help", although the significantly contribution to the budget and family management. This perspective weakens the visibility of women before the local community as well as the valorization of their social role according to environmental preservation and sustainability as in local social and cultural changes.

KEYWORDS: Marine artisanal fisheries, Rio das Ostras, Gender and Fisheries, Perception of women role in fisheries, Grounded Theory e Participatory methodology.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Estado da Arte	4
Capítulo II: Área de Estudo.....	20
Capítulo III: Metodologia.....	22
III.1 Seleção de técnicas.....	26
III.2 Seleção de temas	32
III.3 Coleta de dados.....	33
III.3.Dados Secundários	43
III.4 Análise dos dados.....	44
Capítulo IV: Resultados.....	48
IV.1 Características da Atividade de Pesca Artesanal Marinha de Rio das Ostras	48
IV.2 O papel das mulheres na atividade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras.....	79
IV.3 Percepção de homens e mulheres em relação ao papel das mulheres na atividade pesqueira artesanal marinha de Rio das Ostras.....	85
Capítulo V: Discussão	92
V.1 Características da Atividade de Pesca Artesanal Marinha de Rio das Ostras	92

LISTA DE ABREVIACÕES

DRP Diagnóstico Rápido Participativo

DRR Diagnóstico Rural Rápido

Firjan Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FSR Farming Systems Research

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFDM Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

MMA Ministério do Meio Ambiente

MPA Ministério da Pesca e Agricultura

OMS Organização Mundial da Saúde

PMRO Prefeitura Municipal de Rio das Ostras

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RGP Registro Geral da Pesca

SEMAP Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade, Pesca

SIMPESQ Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura

TCE/RJ Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TFD Teoria Fundamentada em Dados

Art. Artigo

Et al. E outros

Hab Habitante

Kg Kilo

n.d. Sem data

t Tonelada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Consumo <i>Per Capita</i> Aparente, Brasil, 1996-2011.	5
Figura 2: Total da Produção Nacional de Pescado, 1998 – 2011.	7
Figura 3: Produção Nacional de Pescado por modalidade em águas continentais e marinhas, 1998-2011.	8
Figura 4: Produção Nacional de Pescado por modalidade em águas continentais e marinhas, 2011.	9
Figura 5: Produção Nacional de Pescado por Região, 2011.	9
Figura 6: Produção de Pescado (%) da Região Sudeste: Pesca Extrativista Marinha, 2011.	10
Figura 7: Produção Total por Município (t), entre outubro de 2008 e junho de 2009. ..	11
Figura 8: Mapa de localização da área de estudo: em branco o Brasil, em preto o estado do Rio de Janeiro, em cinza o município de Rio das Ostras e no detalhe em cinza escuro, as áreas onde os dados primários foram levantados.	20
Figura 9: Mapa conceitual do eixo metodológico.	23
Figura 10: Mapa conceitual da amostra.	27
Figura 11: Abordagens para o levantamento de dados primários realizadas com homens e mulheres da comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.	28
Figura 12: Atores da atividade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras abordados durante o levantamento de dados primários.	29
Figura 13: Mapa Conceitual do levantamento de dados primários.	34
Figura 14: Porcentagem das ferramentas participativas utilizadas durante o levantamento de dados primários da comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.	38
Figura 15: Ferramenta “Diagrama de Percepção”.	42
Figura 16: Beneficiadora tratando o peixe conforme solicitado pelo cliente.	49
Figura 17: Beneficiamento de pescado à beira do rio das Ostras.	50
Figura 18: "Matriz de Atividades" elaborada por um carpinteiro naval, considerando embarcações entre 9 e 10 metros.	51
Figura 19: Comerciantes autônomos negociando com pescadores a produção pesqueira.	53
Figura 20: “Rotina Diária” elaborada por uma comerciante, proprietária de uma peixaria localizada na Boca da Barra em Rio das Ostras.	54
Figura 21: Redeiro fazendo o entralhe da rede de emalhe.	55

Figura 22: “Matriz de Atividades” elaborada por um redeiro.	55
Figura 23: Balanceiro atuando no desembarque pesqueiro.	57
Figura 24: “Matriz de Pesca” elaborada por pescadores artesanais.	58
Figura 25: Embarcação usada em mais de uma modalidade de pesca.	59
Figura 26: Embarcação de médio porte (A) e bote boca aberta (B)	59
Figura 27: Embarcações aportadas à margem do rio das Ostras.	60
Figura 28: "Calendário Sazonal" elaborado por pescadores e comerciantes de pescado.	64
Figura 29: Detalhe dos artefatos (âncoras, ancorotes ou corotes) para fixação da rede de emalhe de fundo.	67
Figura 30: "Rotina Diária" elaborada por uma pescadora de rede de fundo.	68
Figura 31: "Rotina Diária" elaborada por uma pescadora de rede de fundo.	69
Figura 32: "Rotina Diária" elaborada por uma pescadora de curricó.	70
Figura 33: “Rotina Diária” elaborada por uma catadora de mexilhão.	71
Figura 34: “Fluxograma de Comercialização” elaborado por um atravessador (comerciante).	73
Figura 35: Peixaria localizada no bairro Boca da Barra.	74
Figura 36: “Fluxograma de Comercialização” elaborado por uma proprietária de peixaria.	75
Figura 37: Terminal pesqueiro inacabado, localizado à margem do rio das Ostras.	76
Figura 38: Atracadouros.	77
Figura 39: Pontos de desembarque.	77
Figura 40: “Partilha de Renda” da pesca de rede de fundo, elaborada por pescadora e ex-pescadoras.	82
Figura 41: “Matriz de Uso do Tempo” segundo pescadora de rede de fundo.	84
Figura 42: “Matriz de Uso do Tempo” segundo pescadora de rede de fundo e catadora de mexilhão.	84
Figura 43: “Diagrama de Percepção” elaborado por uma pescadora, um pescador e uma ex-pescadora.	86
Figura 44: "Diagrama de Percepção" elaborado por um pescador.	87
Figura 45: "Diagrama de Percepção" elaborado por uma pescadora e duas ex-pescadoras.	87

Lista de Tabelas

Tabela 1: Produção Nacional de Pescado, 1998 – 2011.....	6
Tabela 2: Roteiro do Diagnóstico Rápido Participativo.....	33
Tabela 3: Agenda das atividades realizadas para levantamento de dados primários junto à comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.....	35
Tabela 4: Descrição das ferramentas participativas selecionadas para o levantamento de dados primários.	39
Tabela 5: Recursos pesqueiros citados pelos participantes do levantamento de dados primários com sua nomenclatura local e seu nome científico, entre parênteses o descritor da espécie.....	62
Tabela 6: Relação das embarcações de Rio das Ostras permissionadas pelo MPA.....	96
Tabela 7: Produção mensal de Rio das Ostras entre Agosto de 2008 e Junho de 2009. Fonte: AECOM, 2009.	100

Introdução

Até meados do século XX, a atividade da pesca configurou-se como pilar econômico da localidade de Rio das Ostras, cuja emancipação político-administrativa do município de Casimiro de Abreu ocorreu recentemente, em 1992 (TCE-RJ, 2013).

O município de Rio das Ostras, localizado no estado do Rio de Janeiro (Brasil), possui pouco mais de 100 mil habitantes e as belas praias e a realização de diversos eventos culturais configuram-se como atrativos para a atividade turística. O fato de localizar-se a aproximadamente 25 quilômetros de Macaé, município reconhecido como a “capital nacional do petróleo”, acrescenta a característica de “cidade dormitório”. Dessa forma, são comuns os moradores de Rio das Ostras que trabalham e utilizam a estrutura e os serviços de Macaé.

Em Rio das Ostras, a atividade de pesca artesanal marinha concentra-se na “Boca da Barra”. Nesta localidade, encontram-se diversos atores da pesca, peixarias, pontos de desembarque e dezenas de embarcações aportadas às margens do rio das Ostras. À beira deste mesmo rio, há o entreposto de pesca cujas construções foram iniciadas, mas não finalizadas. Tal área abriga hoje carpinteiros e um mecânico naval, que utilizam o espaço para prestar serviços aos pescadores. O entreposto representa para muitos um sonho interrompido de melhorias das condições de trabalho no âmbito da atividade pesqueira artesanal.

A comunidade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras é composta por 58 pescadores artesanais (MPA, n.d.a), cuja maioria se dedica à pesca com rede de emalhe de fundo. Há cerca de 40 embarcações motorizadas e equipadas para a prática de mais de uma arte de pesca, a saber: rede de emalhe caída e de fundo, arrasto e linha, além da pesca de corrico e com engodo, e a extração de mexilhão e ostras. Outros atores que compõem a comunidade pesqueira local são os redeiros, comerciantes e atravessadores, carpinteiros e mecânico naval, beneficiadores, balanceiros e catadores de mexilhão.

Diante desse contexto, qual seria o papel das mulheres e a sua relevância em meio a uma atividade tradicionalmente reconhecida como masculina? Em comunidades pesqueiras tradicionais é comum que as mulheres atuem como redeiras, pescadoras, comerciantes, beneficiadoras e marisqueiras (Nascimento & Fischer, n.d.; Melo, Lima & Stadtler, 2009; Borgonha & Borgonha, 2008; Fassarella, 2007; Raimundo & Gehlen,

2008; Goes, 2008). Até que ponto essa situação se reproduz em Rio das Ostras? Para percebermos qual o papel ou os papéis das mulheres nas atividades ligadas à pesca desta comunidade, muitas vezes invisíveis, indagamos a sua percepção e a dos pescadores. O seu papel é reconhecido e valorizado?

Paralelamente à motivação pessoal que levou a escolher esse tema de estudo, a pesquisa de textos e artigos sobre o tema apenas fortaleceram o interesse. Diversos estudiosos (Motta-Maués, 1999; Bruschini, 2006; Fassarella, 2007; Fassarella, 2008; Nascimento & Fischer, n.d.) de comunidades de pesca artesanal brasileiras reforçam em seus trabalhos a pouca produção científica sobre o tema com foco nas mulheres da pesca e a invisibilidade a que sistematicamente são relegadas. O que despertou ainda mais a vontade e necessidade de dar visibilidade ao lugar que as mulheres ocupam, seus papéis e funções nas atividades da pesca artesanal desta comunidade em Rio das Ostras.

O principal objetivo deste estudo consistiu em identificar quais os papéis desempenhados pelas mulheres na atividade da pesca artesanal marinha do município de Rio das Ostras, a partir das percepções que a comunidade pesqueira local (homens – pescadores e mulheres – atuantes na atividade pesqueira) tem sobre esses papéis.

O trabalho de campo foi iniciado procurando, em primeiro lugar, conhecer e caracterizar a comunidade pesqueira artesanal marinha local, de modo a possibilitar situar e compreender o lugar das mulheres, ou seja, onde e em que circunstâncias as mulheres estão inseridas neste contexto, quais os papéis que lhe são atribuídos e que efetivamente desempenham, quais as percepções e representações que na comunidade são veiculadas.

O próximo passo foi identificar e definir uma metodologia de pesquisa que se mostrasse adequada para o alcance dos objetivos. Para que a pesquisa também representasse uma oportunidade de reflexão dos comunitários, optou-se pela abordagem qualitativa e adoção de metodologia participativa. Porém, seu referencial metodológico foi pautado na *Grounded Theory* -Teoria Fundamentada nos Dados, publicada em 1967 por Glaser e Strauss. As etapas e conceitos vinculados a essa metodologia orientaram a coleta de dados e sua análise, visando o surgimento da chamada teoria emergente e fundamentada nos dados (Hopfer & Maciel-Lima, 2008; Charmaz, 2009).

Aliado à observação, os dados primários foram coletados por meio de ferramentas participativas (Chambers, 1994; Chambers & Guijt, 1995; Geilfus (1997); Verdejo, 2006; Asensio et al., 2006; Faria & Neto, 2006), considerando que as mesmas contribuem para

um ambiente de aprendizagem, tanto do pesquisador como dos entrevistados, que favorece o diálogo, a visualização e a organização das informações. Para garantir que a caracterização geral da comunidade fosse pautada na visão dos seus comunitários, as ferramentas participativas foram aplicadas com diferentes atores da pesca, homens e mulheres selecionados por meio da amostragem por bola de neve e teórica (Carmo & Ferreira, 2008).

Em relação aos dados secundários, os mesmos foram coletados por meio de um exaustivo e abrangente levantamento bibliográfico sobre as temáticas pertinentes à investigação, de forma a possibilitar o enquadramento teórico da mesma e o aprendizado a partir de outras experiências, contribuindo para um resultado devidamente fundamentado a partir da análise crítica das informações levantadas. Para tanto, foram considerados artigos, livros, publicações, teses, páginas da internet, leis, entre outros.

Dentre os resultados alcançados, destaca-se: i) a caracterização geral da atividade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras sob a ótica dos atores da pesca local; ii) identificação das atividades realizadas pelas mulheres e como as mesmas estão inseridas na comunidade; iii) percepção de homens e mulheres acerca do papel desenvolvido pelas mulheres atuantes na atividade pesqueira local e a sua relevância para a comunidade.

O estado da arte e todo o referencial teórico referente ao tema desse estudo encontram-se no Capítulo I, onde é traçado um panorama da pesca artesanal e o papel das mulheres na atividade pesqueira a partir de pesquisas já realizadas sobre o tema estudado ou em outras comunidades brasileiras. O Capítulo II traz o recorte da área de estudo, situando o município de Rio das Ostras e a atividade de pesca artesanal praticada localmente. A metodologia utilizada é apresentada no Capítulo III. Neste capítulo, a seleção de técnicas e de temas bem como o levantamento e a análise dos dados são esclarecidos e fundamentados. Os resultados são apresentados no Capítulo IV, onde procedemos a uma descrição de todos os resultados obtidos por meio do levantamento de dados primários que foram agrupados em três tópicos: o primeiro descreve as características gerais da pesca artesanal marinha de Rio das Ostras; o segundo detalha sobre o papel das mulheres nessa atividade; e o terceiro, apresenta quais são as percepções de homens e mulheres em relação ao papel das mulheres na atividade pesqueira artesanal local. O cruzamento dos dados primários com os secundários é apresentado no Capítulo V

(Discussão), que contém a respectiva discussão. A partir do contexto, objetivos propostos e dos resultados obtidos e discutidos por meio da metodologia utilizada procedemos à elaboração da Conclusão. Por fim, todo referencial bibliográfico consultado encontra-se no tópico Bibliografia.

Capítulo I: Estado da Arte

O objetivo deste capítulo é versar sobre a produção científica em torno do objeto de estudo. Nomeadamente procura-se evidenciar a amplitude da atividade pesqueira no contexto do Brasil e qual a importância, visibilidade de papéis e lugar que as mulheres ocupam neste campo.

I.1. A atividade pesqueira e a sua importância nacional

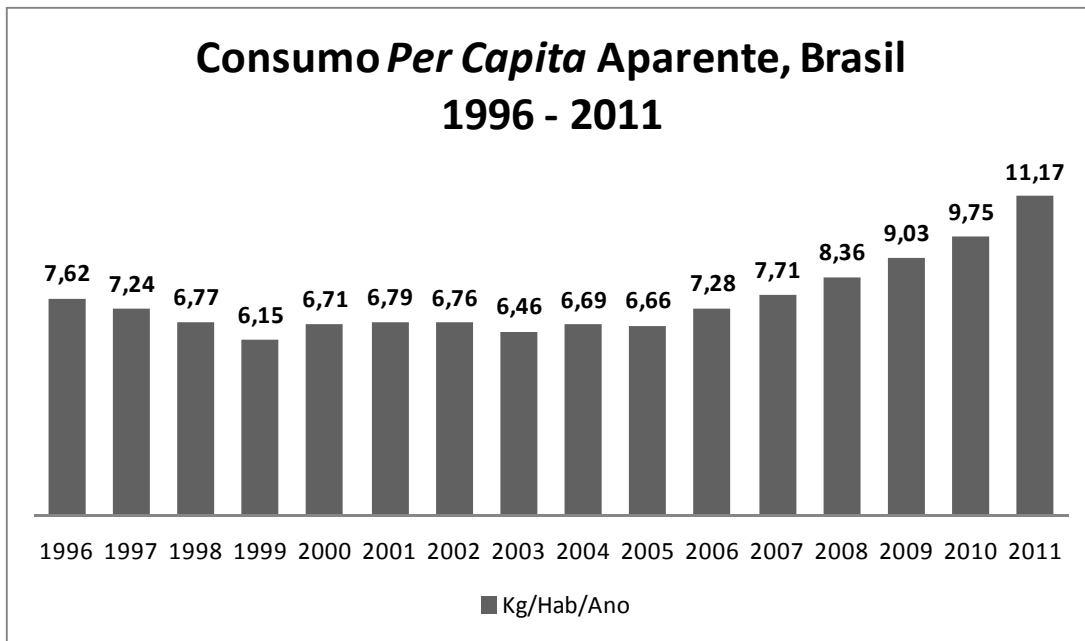
A exploração excessiva dos recursos marinhos, especialmente a sobrepesca, vem afetando a biodiversidade dos ambientes marinhos e costeiros nos últimos 50 a 100 anos. Os peixes alvos dessa situação tiveram sua biomassa reduzida em 90% em comparação aos níveis anteriores ao início da pesca industrial, sendo que 50% das pescas marinhas comerciais do mundo já se encontram totalmente exploradas e 25% sobre-exploradas (MEA, 2005). Por outro lado, calcula-se que, em 2010, a produção mundial de pescado alcançou cerca de 168 milhões de toneladas, obtendo um incremento de 3% em relação ao ano de 2009 (MPA, 2011¹).

Com o aumento da demanda por peixe, os impactos relacionados à pesca estão fadados a aumentar (MEA, 2005). No Brasil, verifica-se que o consumo de pescado² aumentou em 14,5% entre 2010 e 2011, quando a média³ por habitante/ano alcançou 11,17 quilos (MPA, 2012) (Figura 1).

¹ O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) utiliza, para o panorama da produção mundial de pescado, os dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO. Já os dados brutos sobre a produção nacional de pescado são provenientes do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura – SINPESQ, coordenado por meio de cooperação técnica entre MPA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

² A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que o consumo seja de 12 Kg/Hab/Ano (MPA, 2013).

³ A variável consumo *per capita* aparente é obtida a partir do total produzido somado ao total importado e subtraído o total exportado (MPA, 2012).



Adaptado de MPA, 2012

Figura 1: Consumo *Per Capita* Aparente, Brasil, 1996-2011.

Até o início do século XX, a atividade da pesca caracterizou-se somente como artesanal, e, principalmente, apenas para a subsistência, em seus primórdios. Como artesanal, entende-se a pesca realizada com embarcações de pequeno ou médio porte, sem instrumentação de bordo, com a possibilidade de concílio com outras atividades econômicas sazonais e cuja remuneração é resultado da comercialização do pescado, segundo Diegues (1988, citado por Santos *et al.*, 2012).

A partir de 1934, quando foi aprovado o primeiro Código de Caça e Pesca, a atividade pesqueira e sua modernização passaram a ser intensamente incentivadas pelo governo brasileiro (Santos *et al.*, 2012). Tal fato ocorre até os dias de hoje, através da concessão de linhas de crédito aos pescadores por meio dos programas de fomento à atividade pesqueira do governo federal, por exemplo.

Em 2009, o Brasil ocupou o 19º lugar no *ranking* dos trinta maiores produtores do mundo, com 1.264.765t de pescado e representou o 3º lugar quando comparado aos países da América do Sul. Em relação ao *ranking* dos trinta maiores produtores de pescado pela pesca extrativista, o Brasil ocupou o 25º lugar e em relação aos países da América do Sul assumiu a 2º colocação (MPA, 2011). A Tabela 1 apresenta o total da

produção nacional de pescado e os valores relacionados à pesca extrativista e à aquicultura nos anos de 1998 a 2011 (MMA, 2007; MPA, 2011; MPA, 2012).

Tabela 1: Produção Nacional de Pescado, 1998 – 2011.

Ano	Pesca Extrativista (t)	Aquicultura (t)	Produção Total (t)
1998	606.789,0	103.914,5	710.703,5
1999	603.941,5	140.656,0	744.597,5
2000	666.846,0	176.530,5	843.376,5
2001	730.377,5	209.378,5	939.756,0
2002	755.582,0	251.287,0	1.006.869,0
2003	712.143,5	278.128,5	990.272,0
2004	746.216,5	269.697,5	1.015.914,0
2005	751.293,0	257.780,0	1.009.073,0
2006	779.112,5	271.695,5	1.050.808,0
2007	783.176,5	289.049,5	1.072.226,0
2008	791.057,0	365.367,0	1.156.424,0
2009	825.164,0	415.649,0	1.240.813,0
2010	785.366,3	479.398,6	1.264.764,9
2011	803.270,2	628.704,3	1.431.974,5

Adaptado de MMA, 2007; MPA, 2011; MPA, 2012.

No período de 2001 a 2007, a produção de pescado nacional manteve-se acima de 700 mil toneladas e atingiu a máxima de 783.176,5t neste último ano (Figura 2). De 2008 até 2011, ultrapassou um milhão de toneladas, sendo 2011 o ano mais produtivo (1.431.974,4 t), quando foi registrado um incremento de 13,2% em relação ao ano anterior (MMA, 2007; MPA, 2011; MPA, 2012).

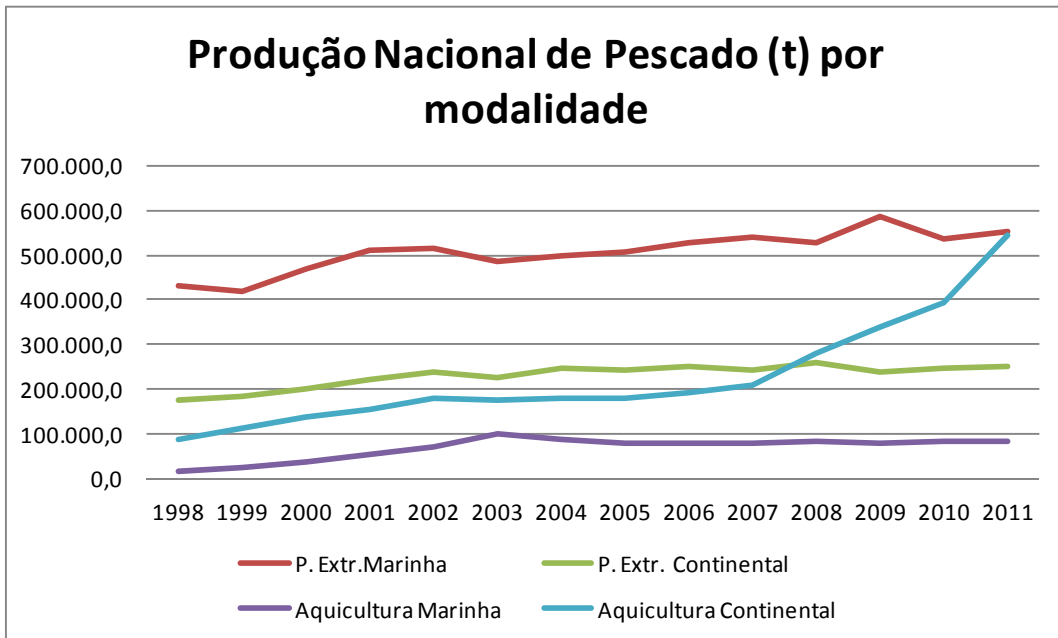


Adaptado de MMA, 2007; MPA, 2011; MPA, 2012.

Figura 2: Total da Produção Nacional de Pescado, 1998 – 2011.

A Figura 3 Adaptado de MMA, 2007; MPA, 2011; MPA, 2012.

Figura 3 apresenta a produção nacional de pescado, em toneladas (t), por modalidades em águas continentais e marinhas entre 1998 e 2011. Cabe observar: i) 2009 foi o ano mais produtivo da pesca extrativista marinha (585.671t) e a partir desse ano houve um decréscimo na produção, que atingiu 536.454,9t em 2010 e 553.670t em 2011; ii) a produção da pesca extrativista continental variou entre 174.190t (1998) e 261.283t (2008); iii) 2003 foi o ano mais produtivo da aquicultura marinha (101.003t); iv) a aquicultura continental manteve-se acima das 100.000t a partir de 1999 até atingir a produção de 544.490t de pescado em 2011; e v) houve um incremento de aproximadamente 34% na produção da aquicultura continental de 2007 (210.644,5t) para 2008 (282.008t) (MMA, 2007; MPA, 2011; MPA, 2012).

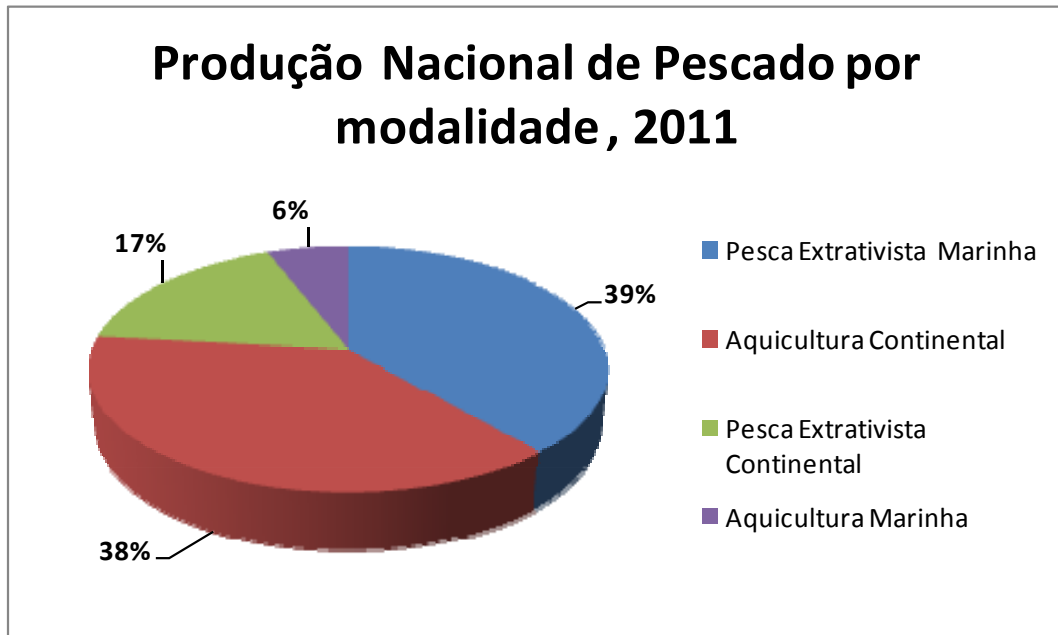


Adaptado de MMA, 2007; MPA, 2011; MPA, 2012.

Figura 3: Produção Nacional de Pescado por modalidade em águas continentais e marinhas, 1998-2011.

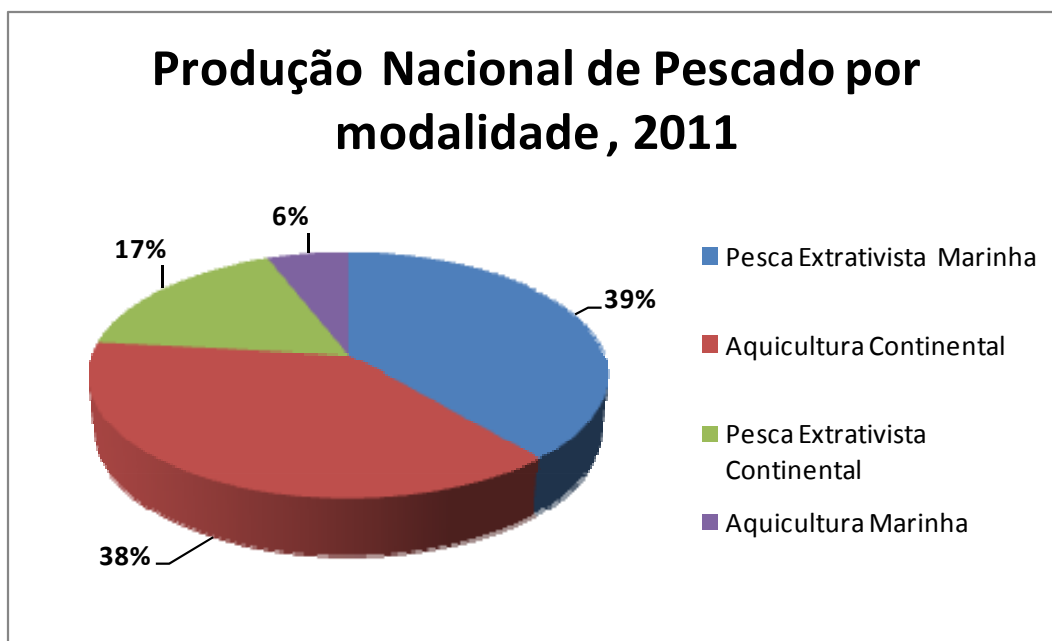
Em 2011, a participação das modalidades na produção de pescado nacional revelou que a pesca extrativista marinha e a aquicultura continental foram as mais representativas e apresentaram a diferença de apenas 1% entre si (Figura

4



Adaptado de MPA, 2011.

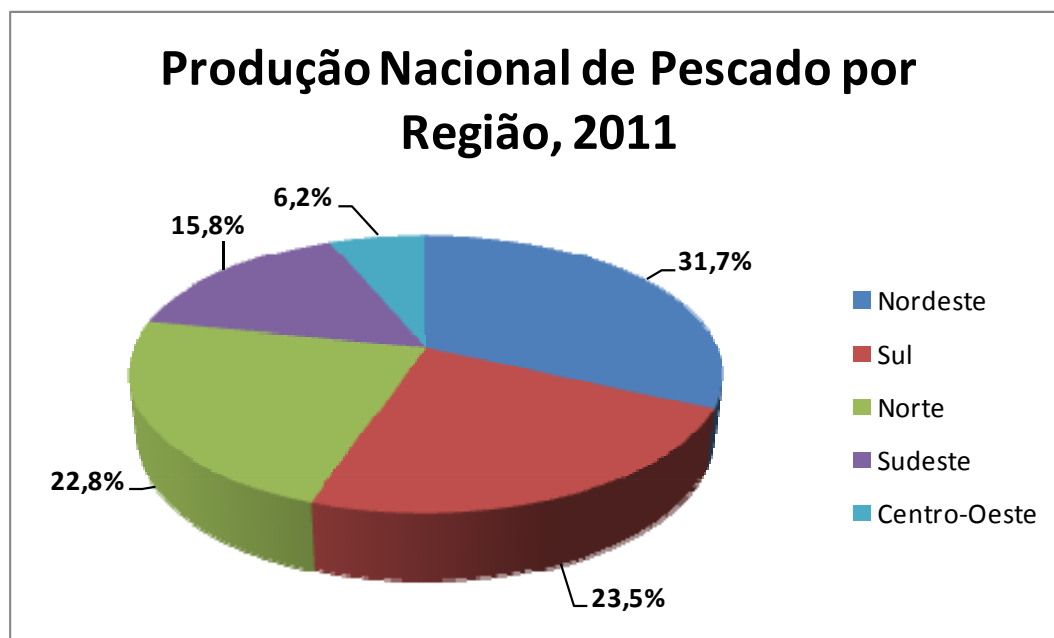
Figura 4) (MPA, 2011).



Adaptado de MPA, 2011.

Figura 4: Produção Nacional de Pescado por modalidade em águas continentais e marinhas, 2011.

Entre as cinco regiões do Brasil, as maiores produtoras de pescado em 2011 foram (Figura 5): Nordeste (31,7%), Sul (23,5%), Norte (22,8%), Sudeste (15,8%) e Centro-oeste (6,2%) (MPA, 2011).

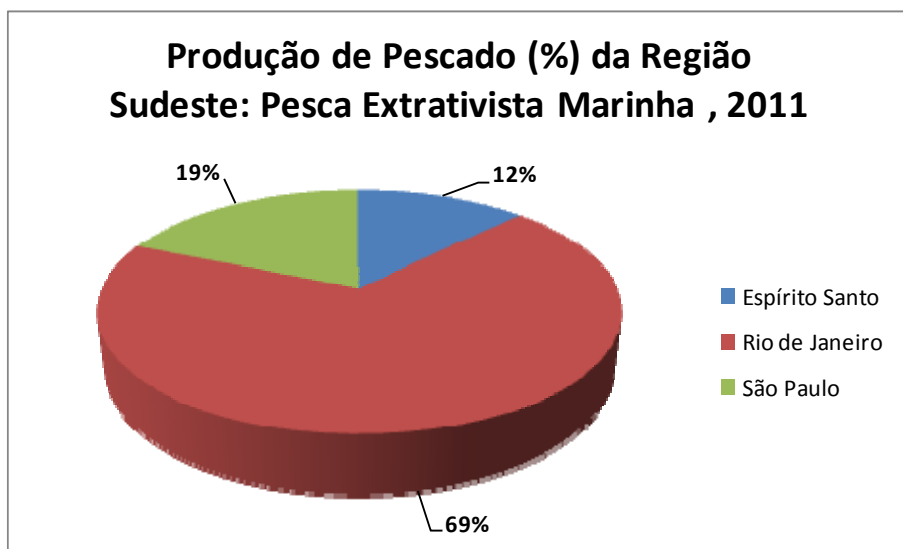


Adaptado de MPA, 2011.

Figura 5: Produção Nacional de Pescado por Região, 2011.

Em 2011, o estado do Rio de Janeiro foi o terceiro maior produtor nacional de pescado representando 14,3% do total (78.933,0t). O Rio de Janeiro é o estado mais produtivo da

Região Sudeste, representando 69% da produção, seguido por São Paulo (19%) e Espírito do Santo (12%) (Figura 6). Cabe destacar que em 2011 foi registrado um acréscimo de 45% em relação à produção de 2010 (MPA, 2011).



Adaptado de MPA, 2011.

Figura 6: Produção de Pescado (%) da Região Sudeste: Pesca Extrativista Marinha, 2011.

Com relação à Rio das Ostras, até meados do século XX, a localidade⁴ se destacou como rota de tropeiros e comerciantes que se deslocavam para Campos e Macaé. Nesta época, a pesca se desenvolveu progressivamente e configurou-se como sustentáculo econômico da cidade (TCE/RJ, 2013).

Durante o monitoramento pesqueiro realizado em Rio das Ostras, entre agosto de 2008 e outubro de 2010, foi registrado o mínimo de 50 desembarques em fevereiro de 2010 e o ápice de 213 desembarques em março deste mesmo ano (AECOM, 2011).

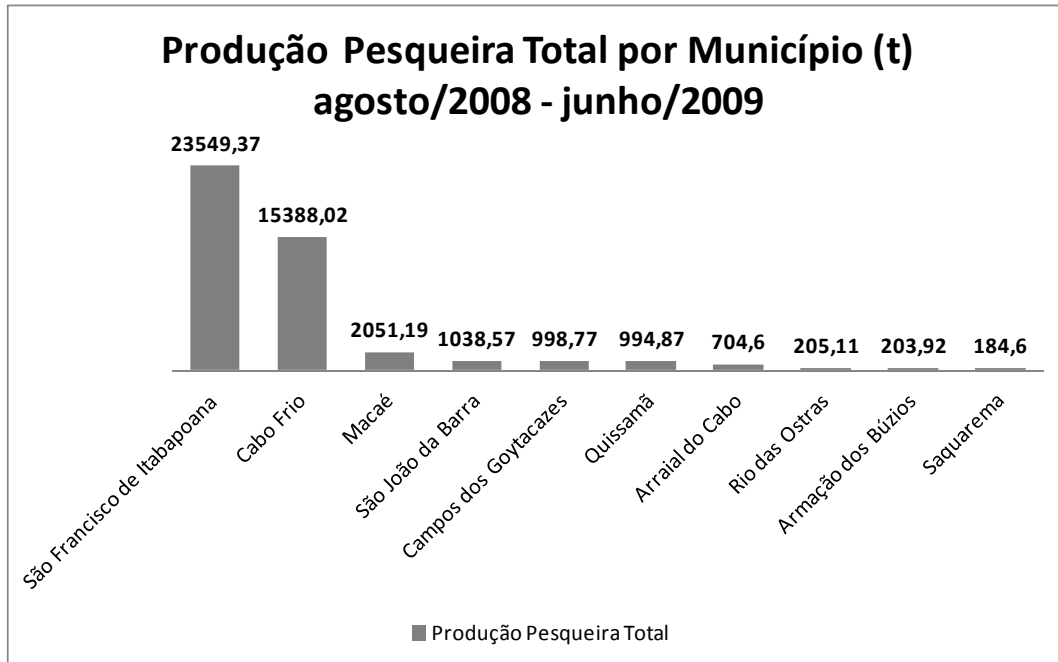
Quanto à produção pesqueira, em 2008 a Colônia de Pescadores Z-22 de Rio das Ostras estimou em 200 toneladas a quantidade de pescado desembarcado (Everest, 2008). Durante o período do monitoramento (agosto de 2008 a outubro de 2010), a produção total de pescado registrada no município atingiu 511,9t, com destaque para o ano de 2009, quando foram capturadas 265,92 toneladas. Ao comparar com outros nove municípios pertencentes à Bacia de Campos⁵, Rio das Ostras representou 0,87% da produção

⁴ Rio das Ostras emancipou-se político-administrativamente do município de Casimiro de Abreu em 1992 (Lei n° 1894/92) e sua instalação ocorreu em 1° de janeiro de 1993 (TCE/RJ, 2013).

⁵ Bacia petrolífera de 100 mil Km² que se estende de Vitória (ES) à Arraial do Cabo (RJ). É a maior produtora da margem continental brasileira: mais de 80% da produção nacional de petróleo (IBP, n.d.)

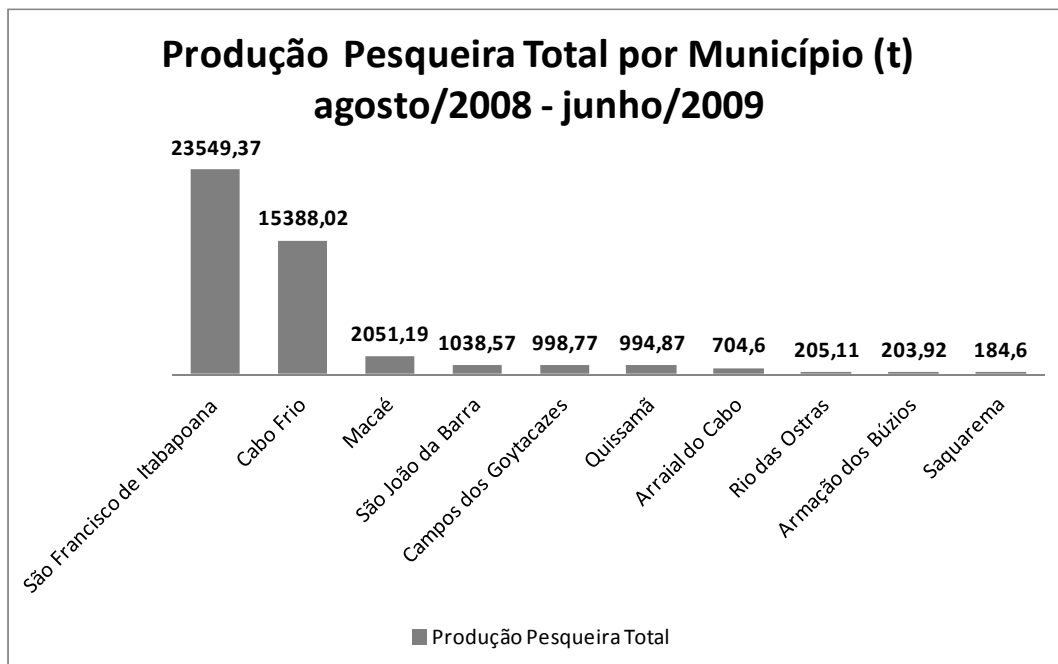
pesqueira capturada entre agosto de 2008 e junho de 2009 (AECOM, 2009)

(



Adaptado de AECOM, 2009.

Figura 7).



Adaptado de AECOM, 2009.

Figura 7: Produção Total por Município (t), entre outubro de 2008 e junho de 2009.

A Lei da Pesca e Aquicultura, criada no mesmo ano de criação do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula a atividade pesqueira no Brasil. Entre o seu conteúdo, define o conceito de pesca, atividade pesqueira e pescador profissional (CCivil, n.d.a), a saber:

“A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros” (Art.4º).

“Pesca consiste em toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros” (Art. 2º, III).

“Pescador profissional: a pessoa física, brasileira ou estrangeira residente no País que, licenciada pelo órgão público competente, exerce a pesca com fins comerciais, atendidos os critérios estabelecidos em legislação específica”. (Art 2º, XXII)

De acordo com a Lei 11.959/2009, a pesca está classificada em duas categorias: comercial (artesanal e industrial) e não comercial (científica, amadora e de subsistência). A pesca artesanal é definida no Art. 8º como *“praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”* (CCivil, n.d.a).

Além do pescador artesanal, a Lei 11.959/2009 inclui outros importantes sujeitos sociais inseridos na cadeia produtiva da pesca: redeiros, carpinteiros navais, beneficiadores, entre outros. Segundo o Art. 2º (parágrafo único), a atividade pesqueira artesanal considera *“os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal”* (CCivil, n.d.a).

Em 1967, foi instituído o Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, ratificado posteriormente pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009). O RGP *“é um instrumento do poder executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades”* (MPA, n.d.a). Atualmente, compete ao

MPA organizar e manter o RGP, e autorizar a pesca e a aquicultura por meio de licenças, permissões e autorizações (CCivil, n.d.b).

Os dados do MPA atualizados em 14 de novembro de 2014 revelam que no Brasil há 997.191 pescadores profissionais artesanais e 7.752 pescadores industriais inscritos no RGP. Quanto ao estado do Rio de Janeiro, são 12.231 pescadores artesanais e 705 pescadores industriais legalizados. Já em Rio das Ostras são 59 profissionais inscritos, sendo que apenas um pertence à categoria de pescador industrial (MPA, n.d.a). Cabe considerar que também há pescadores atuando na ilegalidade e outros atores da atividade pesqueira, sejam eles carpinteiros e mecânicos navais, comerciantes, beneficiadores e fornecedores de insumos, por exemplo. A ilegalidade, em alguns casos, deriva da burocracia para a obtenção dos documentos regulatórios, o que é um dos maiores desafios enfrentados pelos pescadores no Brasil.

I.2. As mulheres e a atividade pesqueira

Ao analisar a relação entre mulheres, pesca e o discurso etnográfico que propõe repensar as questões de gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil, Motta-Maués (1999, p. 393) menciona *que “até os anos 80, todos dizem que a pesca é uma atividade eminentemente ou até exclusivamente masculina, com maior ou menor ênfase conforme o dado local”*.

Cabe resgatar alguns acontecimentos que fomentaram o recrutamento dos homens à pesca ao longo da história. Entre 1840 e 1930, o Ministério da Marinha esteve à frente de tudo que fosse relacionado à atividade pesqueira no Brasil, inclusive com relação aos profissionais desse setor. De acordo com Silva (1998 citado por Goes, 2008, p. 45), após a criação das Capitâneas dos Portos e Costas e Distritos de Pesca (1846), o Ministério da Marinha elaborou *“a primeira listagem oficial de todos os pescadores brasileiros”*, incluindo aqueles que exerciam outras atividades marítimas. Nesse sentido, o autor pontua que o cadastramento dos pescadores tinha, sobretudo, *“o objetivo de constituir um contingente de homens e de barcos disponíveis para garantir a segurança e defesa do país”* (Silva, 1988 citado por Goes, 2008, p. 45).

No início da década de 1840, o Brasil enfrentou problemas de ordens interna e externa que passaram a justificar a necessidade de incremento na marinhagem e na frota naval

brasileira, pela defesa de território, entre outros fatores. Neste sentido, um novo recrutamento de pescadores foi realizado (Goes, 2008).

Silva (1991 citado por Goes 2008, p. 48) sustenta que a criação das Colônias de Pescadores, em 1919, teve entre seus objetivos “*conseguir a adesão dos pescadores ao plano de transformá-los em agrupamento militar para a defesa nacional e impor uma nova compreensão de trabalho aos pescadores, condizente ao modo capitalista*”. Até 1930, ainda que convocados para a indústria pesqueira, os homens foram recrutados para reserva de guerra, sendo que até a década de 1950 somente os homens podiam se cadastrar como pescadores (Goes, 2008).

Ao analisar a legislação, pesquisas e estudos históricos, Goes (2008, p. 49) destaca as evidências de participação das mulheres na pesca desde o período colonial (“*mulheres pescadoras*”, “*vendedoras de peixe*” e “*mulheres de pescadores*”). Sobre o período de 1919 a 1930, menciona que “*as mulheres não correspondiam ao perfil profissional apto para a constituição da reserva naval e, por sua vez, também se tornam incapazes de ir além da costa, em alto-mar, para realizar a pesca de caráter industrial*” (Goes, 2008, p. 52).

O cenário desenhado a partir de meados de 1980 até a década de 1990 (ênfase aos grupos marginalizados da sociedade; valorização das atividades produtivas de pequeno porte e realizadas no âmbito familiar) proporcionou a emergência da nomenclatura “*mulher pescadora*” (Goes, 2008, p. 127). A autora sustenta que esta nomenclatura “*é resultado das relações sociais em que as pessoas estabelecem trocas umas com as outras, bem como, se constitui em ação social*” e está associada aos “*costumes, práticas e acontecimentos*” (Goes, 2008, p. 25).

Por outro lado, verifica-se que a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959/2009) não inclui a expressão “mulher pescadora” ou faz distinção de gênero em seu conteúdo. A partir da ótica da legislação, a mulher que é pescadora se enquadra no Art. 2º, XXII, se equiparando ao pescador profissional masculino na legislação brasileira. (CCivil, n.d.a). Assim, exige-se da mulher pescadora a mesma legitimidade em documentos que se tem com os pescadores masculinos: o RGP é necessário para que ela, a mulher pescadora, possa exercer a atividade da pesca e seus deveres e gozar de seus direitos.

Aos pescadores profissionais, mulheres e homens devidamente registrados no RGP, estão garantidos os direitos de aposentadoria e pensão para a família, respaldados pela legislação sobre a Previdência dos Trabalhadores Rurais (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008). Assim como os homens, as mulheres são beneficiárias do Seguro-Desemprego (“Seguro-Defeso”), desde que cumpram os critérios estabelecidos (MPA, 2012). Porém, é relevante ressaltar que, embora os redeiros, comerciantes e beneficiadores (entre outros) estejam contemplados na categoria dos trabalhadores da atividade pesqueira (Lei nº 11.959/2009), aqueles que não são pescadores (e registrados como tal) não têm direito ao benefício do Seguro-Defeso (MPA, 2012). E mesmo com relação ao universo dos pescadores, nem todos possuem esse seguro, pois o direito de acesso é relacionado a algumas espécies capturadas e não a todas.

Dentre as atividades desempenhadas pelas mulheres em suas comunidades pesqueiras, destacam-se: a captura, o beneficiamento, a confecção ou reparo de redes de pesca e a comercialização (Nascimento & Fischer, n.d.; Melo, Lima & Stadtler, 2009; Borgonha & Borgonha, 2008; Fassarella, 2007; Raimundo & Gehlen, 2008; Goes, 2008).

A literatura acadêmica aponta que a divisão sexual do trabalho prevalece na atividade pesqueira e determina, caracteriza e diferencia as atividades desempenhadas pelas mulheres ou homens. Neste contexto, os autores destacam as seguintes dinâmicas: terra/mar, público/privado, produção/reprodução, trabalho/ajuda, opressão ou dominação/exploração, trabalho doméstico/trabalho de pesca e reconhecimento/invisibilidade (Soares, 2011; Goes, 2008; Raimundo & Gehlen, 2008; Borgonha & Borgonha, 2008; Fassarella 2007; Fassarella, 2008; Nascimento & Fischer, n.d.).

A “*garantia de fornecimento do alimento à família*” é uma questão incluída por Nascimento & Fischer (n.d., p. 2) como uma perceptível contribuição das pescadoras em todo processo da cadeia produtiva da pesca. Melo *et al.* (2009) explicam que antes de saírem para pescar, as mulheres cuidam da casa e dos filhos, evidenciando a interação entre o trabalho produtivo e reprodutivo, que ilustra o fenômeno bem conhecido de dupla-jornada que as mulheres desempenham no seu cotidiano. Lima & Leitão (2013, p. 1) defendem que talvez a profissão de pescador seja taxada como masculina “*pelo fato de dizerem que a mulher tem um instinto universal e biológico de cuidar dos filhos, do marido, afazeres domésticos, ou até mesmo dizer que elas são mais sensíveis e mais preocupadas com o meio ambiente*”. O que, sem dúvida, dá visibilidade aos estereótipos

e representações culturalmente veiculadas dos papéis de gênero, como se se tratasse da forma ‘natural’ de organização da sociedade.

Quanto às diferentes atividades executadas pelas mulheres, há o entendimento de que, quando a profissão é realizada dentro da própria residência, é considerada apenas como um “bico” (Fassarella, 2008). Ao sustentar a ideia de que o trabalho das pescadoras é percebido apenas como uma extensão do trabalho doméstico, Melo *et al.* (2009, p. 8) mencionam que “*mangues, rios, estuários, açudes e praias são vistos como extensão do quintal ou terreiro da casa. Por isto pescadora não pesca*”. Neste sentido, alguns autores ressaltam que a mulher realiza atividades em terra ou nas suas proximidades enquanto que cabe ao homem executar as atividades diretamente relacionadas ao mar (Maneschy, 1995 citado por Goes, 2008; Fassarella, 2008; Motta-Maués, 1999). Em outra perspectiva, diferencia-se em espaço (ou esfera) privado e público (Fassarella, 2007; Goes, 2008; Borgonha & Borgonha, 2008). Para Fassarella (2007, p. 44), a oposição entre trabalho e não trabalho, assim como a separação das esferas pública e privada, são consequências de uma noção burguesa, que “*via o trabalho como parte desarticulada e isolada do convívio social*”.

Neste sentido, a literatura acadêmica revela a sobrecarga originada por meio da dupla jornada de atividades realizadas pelas mulheres e caracterizadas por Raimundo & Gehlen (2008, p. 3) como a “*multiplicidade de atividades*”, devido ao desafio e às consequências que as mesmas enfrentam ao conciliar as atividades produtivas (pesca, esfera/espaço público) e as reprodutivas (atividades domésticas, esfera/espaço privado).

Ao analisar os dados de 2002 gerados pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Bruschini (2006) constatou que há uma considerável dedicação de tempo, em horas semanais, à realização de afazeres domésticos, principalmente pelas mulheres, que dedicam aproximadamente 27 horas semanais enquanto os homens, cerca de 10 horas semanais (em áreas urbanas). Frente a este cenário, a autora discorda que o trabalho doméstico seja considerado como de “inatividade econômica” e defende que o mesmo seja reconhecido e classificado como “trabalho não remunerado”.

Quanto ao trabalho das pescadoras, Melo *et al.* (2009) sustentam que a diversidade de atividades executadas aliada ao fato de serem realizadas em regime familiar contribuem para que o trabalho das pescadoras não seja reconhecido como atividade pesqueira e, sim, como uma extensão do trabalho doméstico. Embora tanto os homens como as mulheres

participem da cadeia produtiva da pesca, o trabalho realizado pelas mulheres ainda não é valorizado como tal. E, ainda que a atividade das mulheres represente 50% da renda familiar, o maior valor é geralmente atribuído às atividades executadas pelos homens (Nascimento & Fischer, n.d.; Diogo *et al.*, 2008 citado por Walter *et al.*, 2012).

Geralmente, o trabalho realizado pelas mulheres na atividade pesqueira é visto apenas como uma ajuda ou até mesmo uma obrigação. A partir desta perspectiva, seu trabalho passa a não ser suficientemente valorizado ou destituído de valor produtivo (Silva, 2012; Araújo & Leitão, 2010; Nascimento & Fischer, n.d.; Goes, 2008). Araújo & Leitão (2010) ressaltam que, muitas vezes, as próprias mulheres não conseguem reconhecer a relevância da sua atuação no processo produtivo da pesca. Por outro lado, o fato de as próprias mulheres muitas vezes reconhecerem seu trabalho como uma ajuda prejudica a percepção sobre o trabalho que executam na atividade pesqueira (Silva, 2012).

A pesquisa bibliográfica sobre a “invisibilidade” da mulher pescadora e suas interpretações, realizada por Nascimento & Fischer (n.d.), revelou que o trabalho das mulheres em toda a cadeia produtiva da pesca ainda pode ser considerado “invisível”, sendo essa uma condição resultante do processo de dominação masculina. Ressalta-se que essa invisibilidade inclui a privação de reconhecimento social, político e econômico. Ao estudar as mulheres pescadoras do município de Itapissuma (Pernambuco), Araújo & Leitão (2010), consideram a invisibilidade social como uma modalidade de violência. Nesta perspectiva, essa violência praticada contra as mulheres configura-se como um dos principais fatores de opressão social.

De acordo com Bruschini (2006), a produção científica da academia brasileira sobre o trabalho das mulheres percorreu algumas etapas. Inicialmente, o foco se deu apenas na ótica da produção, para depois avançar de forma a considerar o papel da mulher na reprodução da força de trabalho e iniciar as discussões sobre o trabalho doméstico e finalmente, passou a focar na articulação e combinação entre os espaços reprodutivo e produtivo.

A partir da década de 70, o feminismo, como movimento social e político que busca a igualdade de direitos, contribuiu para legitimar a condição feminina enquanto objeto de estudo, desencadeando o crescimento das pesquisas sobre essa temática no Brasil (Motta-Maués, 1999; Bruschini, 2006; Fassarella, 2007; Fassarella, 2008).

Já a década de 80 foi marcada por maior visibilidade da mulher por meio do binômio feminismo/academia (Motta-Maués, 1999) e por críticas voltadas aos levantamentos estatísticos que não refletiam adequadamente a contribuição das mulheres para a sociedade (Bruschini, 2006).

Porém, foi na década de 90 que foram iniciados os estudos mais específicos sobre as mulheres e as cobranças por visibilidade, e por outro lado, de críticas relacionadas à invisibilidade do trabalho realizado pelas mesmas (Motta-Maués, 1999). Destaca-se que até 1992, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE, considerava como inativos os indivíduos que realizassem afazeres domésticos, equiparando-os aos aposentados, doentes, inválidos e idosos (Bruschini, 2006). Ainda em 1992, o PNAD introduziu a categoria “trabalhador doméstico”, para diferenciar os que realizavam serviço doméstico remunerado dos que eram pertencentes ao grupo de inativos. No entanto, não houve mudança de categoria para os que realizavam trabalho doméstico sem remuneração (afazeres domésticos). Quase uma década depois, já em 2001, é que o PNAD incluiu uma pergunta específica sobre o tempo dedicado aos afazeres domésticos para os que afirmavam realizá-los. Além de coletar informações específicas, cujos dados poderiam enriquecer a discussão de outras pesquisas, essa nova pergunta criou condições para a realização de estudos sobre o tempo gasto com os afazeres domésticos, dando maior visibilidade ao mesmo.

Na perspectiva de Raimundo & Gehlen (2008), as reflexões sobre gênero e trabalho são inerentes aos estudos sobre a mulher pescadora e por isso buscam ampliar o olhar para além da mulher, considerando a relação que as mesmas estabelecem com os homens no desenvolvimento da atividade pesqueira.

No Brasil, há estudos recentes sobre a relação entre as mulheres e a atividade pesqueira realizados em comunidades de pesca artesanal nos estados de Santa Catarina (Borgonha & Borgonha, 2008), Pernambuco (Araújo & Leitão, 2010; Lima & Leitão, 2013; Cabral *et al.*, 2010), Paraíba (Melo, 2013), Alagoas (Goes, 2008), Paraná (Melo, 2010), Rio Grande do Norte (Maia & Neto, 2012); Rio Grande do Sul (Fassarella, 2007; Fassarella, 2008; Rosário, 2010), entre outros.

De acordo Nascimento & Fischer (n.d. p.2), “*a invisibilidade da mulher pescadora é um assunto sujeito a variadas interpretações*”. Neste sentido, Motta-Maués (1999) considera que a perspectiva de quem olha pode determinar a ênfase a ser dada ao estudo. Por outro lado, há a percepção de que os estudos tendem a privilegiar o ponto de vista do pescador,

priorizando o protagonismo masculino na atividade e, “*não raro*”, o pesquisador acaba por replicar o discurso público do grupo estudado (Woortmann, 1991, p. 2). Soares (2011, p. 6) menciona que o “*os estudos científicos sobre a pesca em geral priorizam o protagonismo masculino na atividade, principalmente os inerentes aos pescadores que atuam no mar*”.

Embora haja diversidade de questões, relações, conceitos e possibilidades inerentes aos estudos e discussões sobre a atividade pesqueira e o trabalho desenvolvido pelas mulheres, alguns autores mencionam que este tema ainda é pouco estudado e deve ser mais bem problematizado e explorado nas produções da academia brasileira (Nascimento & Fischer, n.d.; Motta-Maués, 1999; Fassarella, 2007).

Como o presente estudo enfoca o papel da mulher na atividade pesqueira de Rio das Ostras e a percepção que a comunidade tem sobre o mesmo, foi necessário adotar um conceito de gênero que alicerçasse a perspectiva a ser utilizada durante o levantamento e análise dos dados.

O conceito de gênero formulado por Joan Scott em 1990 foi adotado nesta pesquisa por defender uma visão mais ampla, que articula a natureza das inter-relações entre sujeito individual e organização social. Neste sentido, a autora considera que essa perspectiva deve incluir, além do parentesco, questões como o mercado de trabalho, a educação e o sistema político (Scott, 1995, p. 87).

Embora o conceito de gênero formulado por Scott (1995, p. 86) tenha duas partes e diversas subpartes, “*o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder*”.

Ao discutir o conceito de gênero formulado por Scott, Siqueira (2008, p. 112) menciona a preocupação da autora em “*tratar as relações entre mulheres e homens a partir de uma ótica que faça com que estes sujeitos não sejam vistos em separados*”. A partir da perspectiva de Scott, Siqueira (2007, p. 115) destaca que gênero “*é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder*”.

Capítulo II: Área de Estudo

O município de Rio das Ostras

O município de Rio das Ostras localiza-se na Região das Baixadas Litorâneas, estado do Rio de Janeiro (Brasil) e as cidades mais próximas são Macaé, Casimiro de Abreu, Armação dos Búzios e Cabo Frio (Figura 8). Trata-se de um município relativamente recente, pois foi elevado a essa categoria quando se emancipou de Casimiro de Abreu, em 1992 (IBGE, n.d.).

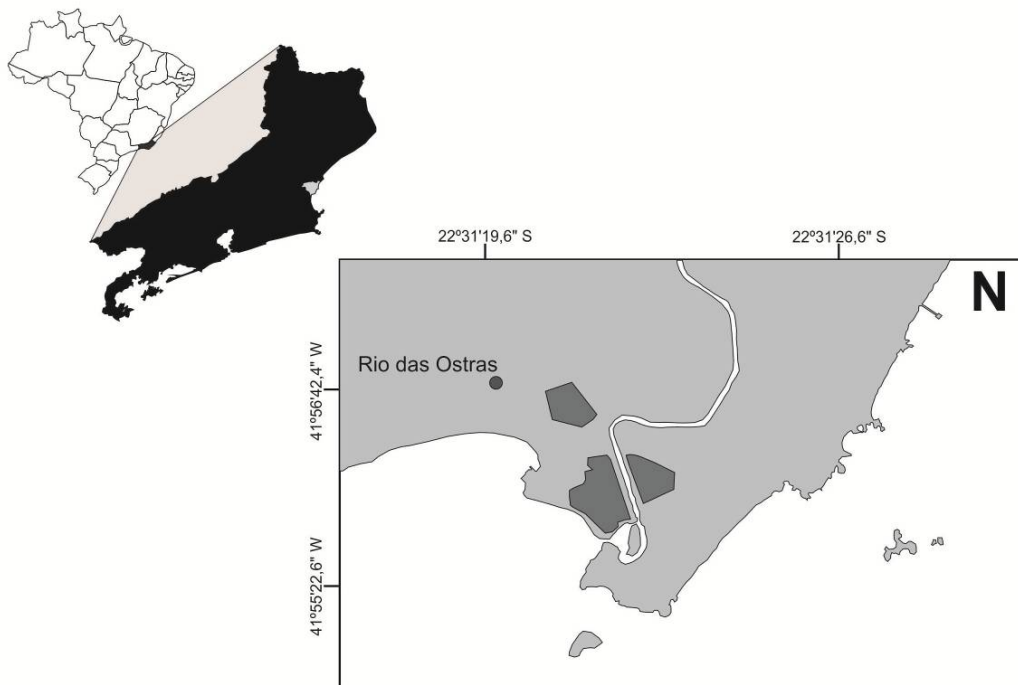


Figura 8: Mapa de localização da área de estudo: em branco o Brasil, em preto o estado do Rio de Janeiro, em cinza o município de Rio das Ostras e no detalhe em cinza escuro, as áreas onde os dados primários foram levantados.

A área da unidade territorial do município de Rio das Ostras abrange 229,044 km² e sua densidade demográfica é de 461,38 hab/km² (IBGE, 2010) Destaca-se que a sua área costeira corresponde a 28 km, aproximadamente (PMRO, n.d.).

O município apresenta uma das maiores taxas de crescimento demográfico do estado do Rio de Janeiro: 9% ao ano, considerando que em 2010, sua população era de 105.676 habitantes (52.207 homens e 53.469 mulheres residentes) e para 2014, a estimativa é de que a mesma chegasse a 127.171 habitantes (IBGE, 2010).

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio das Ostras foi de 0,773, índice considerado elevado dentro desta metodologia que considera as mesmas dimensões que o IDH Global (longevidade, educação e renda), porém adequada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Em 2010, Rio das Ostras ocupou a 197ª posição do *ranking* entre os 5.565 municípios brasileiros e, comparado aos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, a 3ª colocação (PNUD *et al.*, 2013).

Sob a ótica do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM⁶, Rio das Ostras encontra-se em estágio de desenvolvimento moderado, com 0,7909 pontos somados em 2011. O IFDM de Rio das Ostras ocupa o 9º lugar no *ranking* estadual e 416º no *ranking* nacional (FIRJAN, 2014).

Atividade Pesqueira Marinha de Rio das Ostras

Em Rio das Ostras, a gestão municipal da atividade pesqueira é atribuição da Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade, Agricultura e Pesca - SEMAP. Já a Colônia de Pescadores Z-22 é a entidade representativa da classe pesqueira local e a sua jurisdição inclui o município de Casimiro de Abreu.

Pescadores

A pesca profissional artesanal de Rio das Ostras conta com 58 pescadores artesanais inscritos no RGP⁷, sendo que 3 são mulheres e 55 são homens. Ressalta-se que não há pescadores registrados na modalidade industrial (MPA, n.d.a).

Frota Pesqueira

Durante o monitoramento do desembarque pesqueiro realizado entre agosto de 2008 e outubro de 2010 foram cadastradas 45 embarcações de pequeno, médio e grande porte, todas motorizadas e nenhuma de porte industrial (AECOM, 2011).

Artes e Petrechos de Pesca

⁶ O IFDM foi desenvolvido pelo Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro e acompanha anualmente o desenvolvimento humano, econômico e social de todos os 5.565 municípios brasileiros. O índice varia de 0 a 1 e a metodologia utilizada compreende um amplo conjunto de variáveis para cada uma das vertentes analisadas: emprego e renda, educação e saúde (FIRJAN, 2014).

⁷ Dados atualizados em 14 de Novembro de 2014.

Os pescadores artesanais de Rio das Ostras consultados pela AECOM (2011) declararam que, entre as modalidades de pesca praticadas, a rede de emalhar fixa é a mais significativa, seguido da rede de emalhar à deriva, a utilização dessas duas modalidades em conjunto e por último, o arrasto com portas.

Por outro lado, os resultados do monitoramento realizado no período de setembro de 2009 a março de 2010 pela AECOM (2011) registraram que a rede de emalhar fixa correspondeu a 76% dos desembarques registrados, seguido pela rede de emalhar à deriva (12%), arrasto com portas (6%), linha de mão (4%), corrico (1%) e rede de cerco, espinhel fixo e pesca submarina (1%).

Produção Pesqueira

Durante o monitoramento realizado entre agosto de 2008 e outubro de 2010, a produção pesqueira registrada em Rio das Ostras foi de 511,19 toneladas, cuja média mensal atingiu 22,16 toneladas de pescado desembarcado (AECOM, 2011).

Ao considerar a participação das artes de pesca na produção desembarcada em volume, a rede de emalhar fixa foi dominante, pois participou com 83% do total da produção durante todo o período de monitoramento. Em segundo lugar, a rede de emalhar a deriva contribuiu com 12% da produção (AECOM, 2011).

Os pescadores declaram que o cação e a pescadinha são os principais tipos de peixes capturados, destacando também pesca de cavala, bonito serra e goete. Por outro lado, o monitoramento realizado no período de setembro de 2009 a março de 2010, acompanhou o desembarque de 62 espécimes de pescado, sendo a corvina e a maria mole as espécimes com maior representatividade (AECOM, 2011).

Capítulo III: Metodologia

A investigação buscou reconhecer uma realidade pouco estudada e foi realizada de acordo com a abordagem qualitativa, que valoriza a complexidade e apresenta maior interesse ao processo do que aos resultados (Sousa & Baptista, 2012). Considerou-se que a pesquisa por meio de metodologia qualitativa “*compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os*

componentes de um sistema complexo de significados” (Neves, 1996, p. 1). O mapa conceitual da metodologia utilizada encontra-se na Figura 9.

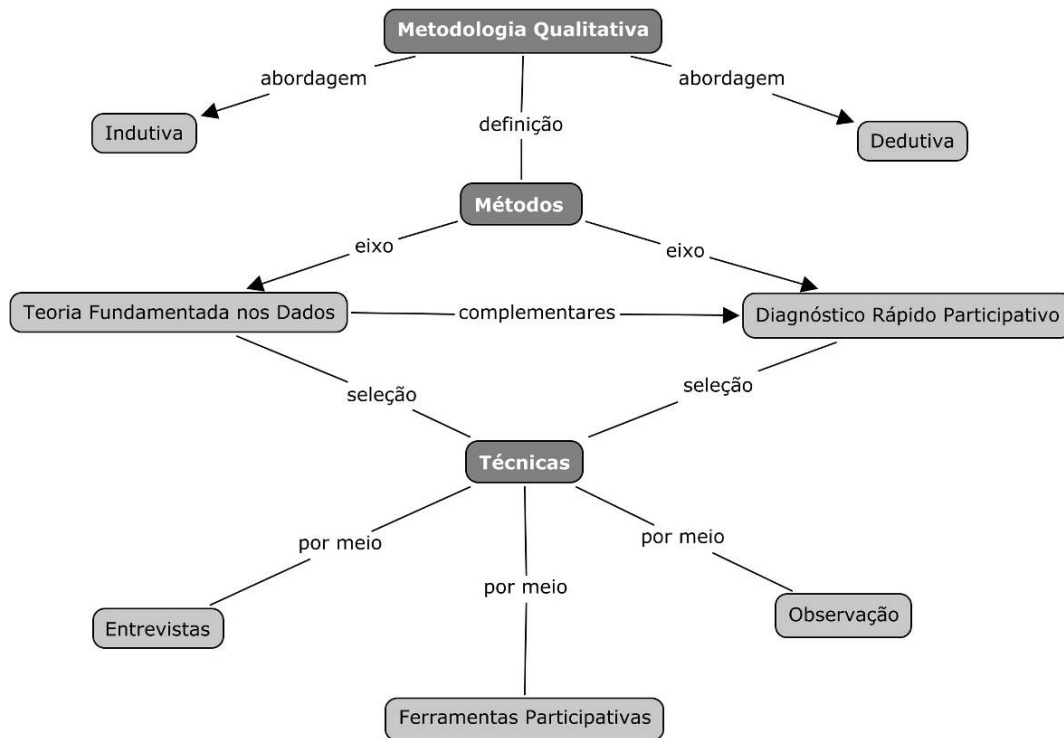


Figura 9: Mapa conceitual do eixo metodológico.

Apesar de conter características do enfoque dedutivo, como o prévio conhecimento que subsidiou a seleção de conceitos e análises, a investigação foi realizada sob a ótica indutiva, pois o entendimento da questão estudada foi desenvolvido a partir das informações levantadas. O método descritivo foi adotado, ou seja, buscou-se descrever de forma clara a estrutura e funcionamento do objeto de estudo e a descrição dos acontecimentos observados e registrados pelo investigador foi acrescida da reflexão condicionada pelo seu conhecimento e experiência (Sousa & Baptista, 2012).

a. Eixos metodológicos

Nesta pesquisa, foram adotados dois eixos metodológicos: Teoria Fundamentada nos Dados – TFD (*Grounded Theory*) e Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), considerando que é possível utilizar estratégias variadas durante a coleta de dados e que métodos da teoria fundamentada podem ser complementares às outras abordagens de análise de dados qualitativos (Charmaz, 2009).

O método DRP foi utilizado principalmente para o levantamento primário devido o seu caráter participativo e o foco no aprendizado e reflexão coletiva. Em consonância, optou-se pela utilização do TFD porque este método preconiza o levantamento de informações em campo e prevê o desenvolvimento de teorias a partir dos dados pesquisados. Ao adotar estratégias da TFD nesta pesquisa, o seu potencial de adaptação e flexibilidade foram valorizados.

b. Teoria Fundamentada nos Dados – TFD

A TFD pode ser descrita como *“um método de pesquisa qualitativa cujo principal objetivo é o desenvolvimento de uma teoria substantiva apoiada nos dados coletados”* (Hopfer & Maciel-Lima, 2008, p. 16). Enquanto referencial metodológico, a TFD em pesquisas possibilita a *“construção de conhecimento de realidades pouco exploradas”* buscando as *“questões que estão veladas mediante a compreensão de significados que atores sociais atribuem à suas próprias ações e interações”* (Dantas et al., 2009, p. 579).

Quando a TFD foi publicada em 1967, seus criadores (Glaser e Strauss) defendiam que os estudos deveriam começar no campo, pois a partir desse levantamento de dados é que as teorias seriam concebidas. Em outras palavras, considera-se que a etapa de escrever a teoria é parte integrante do processo de pesquisa (Hopfer & Maciel-Lima, 2008).

Enquanto Glaser manteve-se fiel aos princípios básicos da TFD, Strauss passou a aceitar a utilização do método a partir de uma teoria existente (Strauss & Corbin, 1994 citado por Hopfer & Maciel-Lima, 2008). Além disso, alguns pesquisadores consideram impossível que algum pesquisador levante informações em campo sem que tenha conceitos pré-estabelecidos, visto que *“todo ser humano carrega consigo suas experiências de vida e sua própria interpretação da realidade”* (Hopfer & Maciel-Lima, 2008, p. 20). Por esses motivos, foi adotada a linha de Strauss na presente investigação.

c. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

O método denominado Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) consiste em um processo participativo de aprendizagem que leva a uma reflexão coletiva sobre a realidade, impulsionando a autoanálise, a autodeterminação e a interação, de forma a reconhecer e caracterizar as configurações possibilitadas pelas racionalidades leigas (Alves, 2011) e possibilitando, através da utilização de ferramentas visuais e interativas, a identificação das relações específicas de gênero e favorecer a participação de todos no processo, inclusive pessoas iletradas (Chambers & Guijt, 1995; Verdejo, 2006). Além de gerar informação e conhecimento, o DRP também é útil para a identificação de propostas de ações e de soluções para questões inerentes à comunidade (Asensio *et al.*, 2006).

Durante as décadas de 60 e 70, o desenvolvimento rural era planejado e implementado sem a participação dos beneficiários, contando apenas com a transferência de tecnologias aos produtores rurais (Verdejo, 2006). Ao perceberem que a estratégia não obteve êxito, pois os produtores muitas vezes não utilizavam as novas tecnologias, técnicos e pesquisadores passaram a realizar levantamentos tradicionais para tentar encontrar a solução mais adequada para cada situação. Esses levantamentos eram onerosos, demandavam bastante tempo e muitas vezes alcançavam resultados superficiais, pois não havia contato direto com os produtores (Garrafiel *et al.*, 1999). A falta de enfoque interdisciplinar e as limitações de abordagem relacionadas ao gênero e classes sociais são incluídas como aspectos negativos desse tipo de levantamento (Armando *et al.*, 1998).

Ao final dos anos 70 e início da década de 80, o *Farming Systems Research* (FSR) surge e se fortalece, inovando pela multidisciplinaridade. Porém, era atribuído maior peso às ciências naturais do que às ciências sociais (Rhoades, 1984 citado por Armando *et al.*, 1998).

Ao final da década de 70 e durante os anos 80, com a maior consciência sobre o valor dos conhecimentos locais, surgiu a metodologia participativa denominada Diagnóstico Rural Rápido (DRR), cuja característica mais importante é o reconhecimento do saber das populações locais (Peres, 2003). O DRR configurou-se em um dos precursores do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que surgiu ao final da década de 80 e começou a evoluir bastante influenciado pela educação popular, movimento que surgiu

anteriormente, na década de 60 (Chambers, 1994). O DRP valoriza a diversidade social, visa a sustentabilidade e reforça o poder da comunidade (Chambers & Guijt, 1995).

De acordo com Chambers (1994, p. 953), o método de DRP é definido como “*uma família crescente de enfoques e métodos dirigidos a permitir que a população local compartilhe, aumente e analise seus conhecimentos sobre a realidade, com o objetivo de planejar ações e atuar nesta realidade*”. O autor explica que enquanto o DRR tem como recurso fundamental o conhecimento da população local e objetiva o aprendizado por estranhos, o DRP valoriza as capacidades analíticas da população local e visa o seu empoderamento. Nesta investigação, adota-se que empoderamento implica em “*conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera*” e consiste em “*um processo pelo qual o indivíduo, um grupo social ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social em uma determinada área ou tema*” (Schiavo & Moreira, 2005 p. 59).

III.1 Seleção de técnicas

a. Amostra

Visando garantir que a amostra selecionada represente a comunidade pesqueira artesanal de Rio das Ostras, foi adotada a amostra não probabilística: quando a mesma é selecionada de acordo com critérios considerados importantes para contribuir no levantamento de informações. Ressalta-se que o principal critério adotado para a seleção da amostra foi que os entrevistados tivessem parte ou a totalidade da sua renda familiar proveniente da pesca artesanal marinha local, indicando sua relação direta com a referida atividade.

Ao adotar o método da Teoria Fundamentada nos Dados, priorizou-se seguir as orientações apontadas por Araújo & Estramiana (2011) e por isso, não foram decididos previamente quais seriam os indivíduos que passariam a compor a amostra. A mesma foi escolhida com o objetivo de desenvolvimento teórico e não tendo como base a representatividade estatística. Neste sentido, dois principais tipos de amostras foram adotados: amostragem em bola de neve e amostragem teórica (Figura 10).

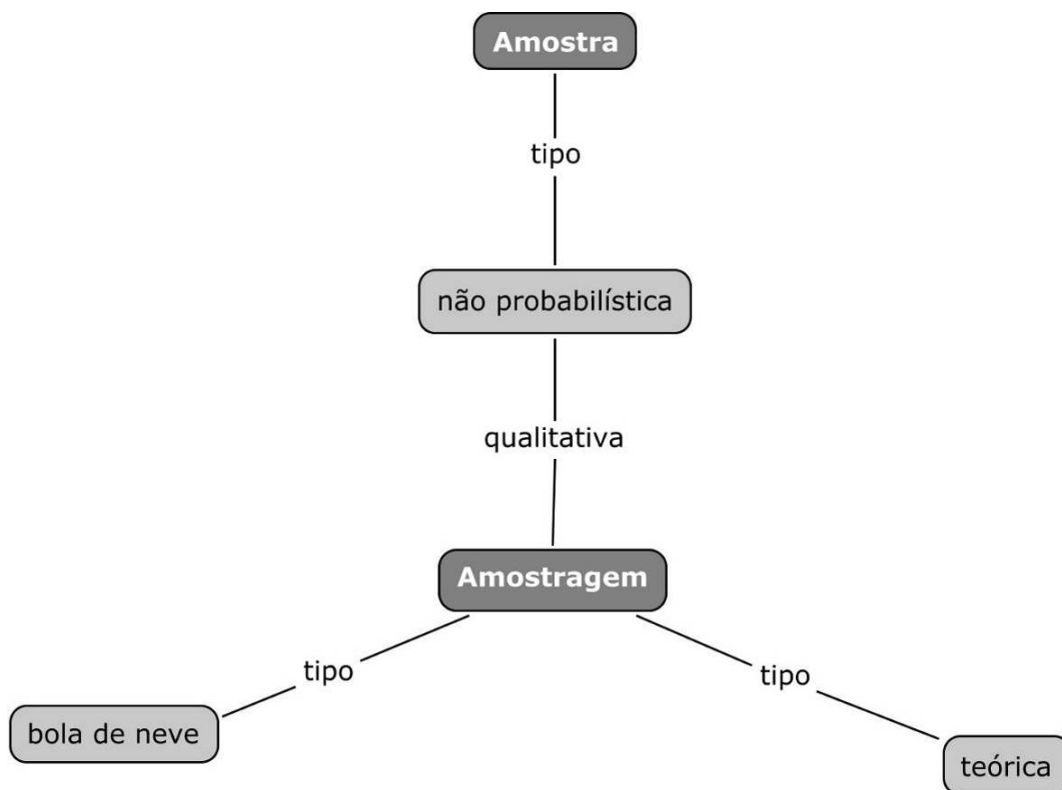


Figura 10: Mapa conceitual da amostra.

A partir de pessoas da comunidade de pesca artesanal local já conhecidas foram identificados outros elementos da mesma população, configurando-se na amostragem em bola de neve (Carmo & Ferreira, 2008). Neste sentido, o apoio da Colônia de Pescadores Z-22 foi de suma importância para a realização da pesquisa. Além de fornecer informações sobre a atividade pesqueira de Rio das Ostras, a Z-22 contribuiu com a indicação de comunitários a serem abordadas no levantamento de dados primários (amostragem bola de neve).

Ao adotar a amostragem teórica, a coleta de dados foi realizada até chegar à saturação teórica, ou seja, até a ausência de surgimento de novos dados ou repetição dos dados (Strauss & Corbin, 2002 citado por Dantas *et al.*, 2009).

b. Abordagem

Para o levantamento de dados primários, foram realizadas 44 abordagens, sendo 21 com mulheres e 23 com homens (Figura 11). Durante essas atividades buscou-se um equilíbrio entre as abordagens com homens e mulheres, a fim de garantir a voz e conhecer a percepção de ambos.

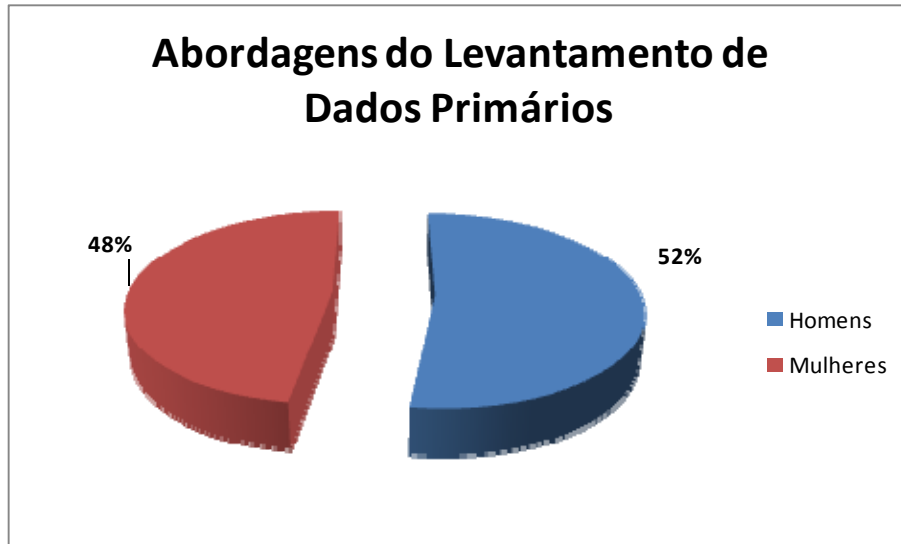


Figura 11: Abordagens para o levantamento de dados primários realizadas com homens e mulheres da comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.

Ao adotar a definição de “atividade pesqueira” (Art. 4º) da Política Nacional de Pesca e Aquicultura (CCivil, n.d.a), tornou-se fundamental diversificar a abrangência da amostragem. Dessa forma, além dos pescadores, a participação de outros atores contribuiu para a caracterização geral da atividade de pesca artesanal de Rio das Ostras e possibilitou ampliar o olhar sobre a comunidade, contemplando diferentes perspectivas. Neste sentido, além dos pescadores, foram abordados: carpinteiro naval, mecânico naval e seu aprendiz, atravessador, redeiro, comerciante, ex-pescadores e ex-beneficiador (Figura 12).

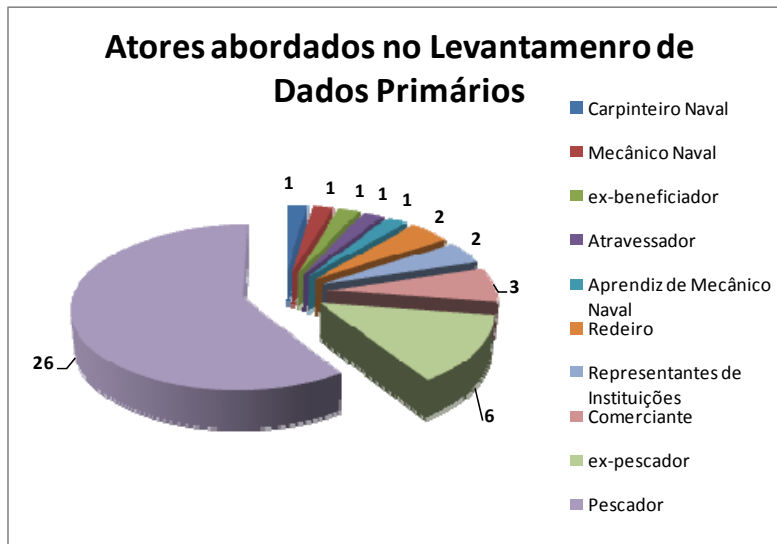


Figura 12: Atores da atividade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras abordados durante o levantamento de dados primários.

Os representantes de instituições entrevistados foram: coordenador de pesca e aquicultura da Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade, Agricultura e Pesca (SEMAP) e coordenadora do projeto vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, denominado “Saúde do Pescador”. Cabe destacar que o presidente da Colônia de Pescadores Z-22 também atua como pescador. Por esse motivo, não foi realizada uma abordagem específica para levantar as informações sobre essa instituição, pois as mesmas foram colhidas durante as abordagens realizadas com ele enquanto pescador, onde inevitavelmente os assuntos referentes à Colônia foram tratados.

c. Ferramentas Participativas

A estratégia de estabelecer o diálogo a partir da utilização de ferramentas participativas contribuiu, conforme sinalizou Verdejo (2006), para identificar aspectos específicos de gênero, facilitar a participação de homens e mulheres e reconhecer os conhecimentos dos comunitários, valorizando-os.

As ferramentas participativas, técnicas facilitadoras do diálogo, são diagramas visuais construídos pelos participantes durante uma discussão e, a partir dessa interatividade, representam aspectos de uma determinada realidade. Podem ser aplicadas individualmente ou em grupos e devido a sua grande flexibilidade e capacidade adaptativa, tais ferramentas são utilizadas, atualmente, em diversos processos de

reflexão coletiva: mediação de diálogos, no levantamento e/ou análise de informações e no planejamento e/ou monitoramento de ações (Faria & Neto, 2006).

Em processos de desenvolvimento local, as ferramentas “*são simples, de boa aceitação e favorecem a expressão das opiniões individuais*”, pois permitem a participação de alfabetizados ou não, buscam utilizar uma linguagem que seja comum aos participantes do debate, facilitam o diálogo e favorecem a interpretação coletiva da realidade, seus problemas e potencialidades (Faria & Neto, 2006, p. 75). Por esses motivos, optou-se por incluir a utilização das ferramentas de diagnóstico participativo no levantamento de dados primários, somando-a aos métodos de observação e entrevista, previstos no referencial metodológico da TFD.

A seguir, algumas das condutas básicas adotadas para a aplicação de ferramentas utilizadas durante o levantamento primário: i) apresentação dos objetivos do trabalho de forma esclarecedora e de forma a não levantar falsas expectativas; ii) esclarecimento aos participantes sobre o propósito da ferramenta e fornecimento de orientações sobre a sua aplicação; iii) habilidade em ouvir e observar as reações e comportamentos não verbais; iv) respeito às tradições, cultura, qualidade de vida e o tempo da comunidade; v) preferência em utilizar terminologia local para facilitar a participação; vi) autocontrole, disciplina, empatia, sensibilidade, modéstia e humildade opondo-se ao desrespeito pela cultura local aos comportamentos centralizadores, autoritários e de superioridade; vii) esforço em assegurar um bom nível de participação; viii) postura investigativa e problematizadora; ix) zelo para que o diagrama se mantivesse compreensível; x) evitar fazer correções no diagrama; e xi) facilitação da livre expressão dos participantes mantendo uma postura discreta e observadora (Drumond, 2002, Faria & Neto, 2006).

Quanto à variedade de ferramentas participativas utilizadas durante o levantamento de dados primários, observa-se que as mesmas foram selecionadas de forma ordenada ao roteiro de temas, objetivando aprofundar o levantamento de informações e as reflexões dos participantes. Destaca-se que três perguntas sugeridas por Verdejo (2006, p. 17) ajudaram a nortear as escolhas: *i) que ferramentas correspondem às necessidades de informação? ii) Que ferramentas preferem os participantes? e iii) que ferramentas produzem informação desagregada por gênero?*

A aplicação das ferramentas de diagnóstico participativo permite a visualização das informações que estão sendo problematizadas pelos participantes, sejam elas espaciais, referentes às inter-relações ou à história da comunidade. As ferramentas configuram-se como a “*visualização das partes no todo e do todo composto por partes*” e permitem que a informação dada permaneça sobre o controle dos participantes (Faria & Neto, 2006, p. 75).

A visualização livre está aliada à contínua improvisação e à percepção de atitudes e comportamento (Chambers & Guijt, 1995) e desta maneira, propicia que os entrevistados se envolvam e participem ativamente do processo, enfatizando determinadas questões problemáticas e alterando o desenho da ferramenta conforme o debate se aprofunda (Verdejo, 2006). Entre os benefícios da visualização, entendidos como decisivos para estabelecer uma relação de confiança e construir uma boa comunicação com os entrevistados, encontram-se a criação de um foco de atenção, a motivação para a participação, a constituição de uma memória coletiva das ideias e processos do grupo e o fato de tornar possível ver a informação e como a mesma está sendo registrada (Asensio *et al.*, 2006). Ao final da aplicação das ferramentas, as mesmas foram fotografadas a fim de manter o registro dos seus resultados e, em seguida, doadas aos participantes, para que as informações registradas permanecessem na comunidade.

d. Observação

Em TFD, a técnica da observação “*pode se constituir em recurso valioso de coleta, uma vez que possibilita compreender o que não é passível de expressão, ou o que o sujeito não consegue expressar*” (Dantas *et al.*, 2009, p. 576). Ressalta-se que durante o levantamento de dados primários, a observação foi realizada pelo pesquisador, que assumiu o seu papel de estudioso junto à comunidade estudada.

O acesso às perspectivas e opiniões das pessoas que foram abordadas durante a pesquisa possibilitou entender os seus estilos de vida e adquirir um conhecimento integrado à sua cultura (Carmo & Ferreira, 2008; Sousa & Baptista, 2012). Ressalta-se que a postura considerada mais ética por Kawulich (2005) foi adotada: a comunidade pesqueira local

esteve ciente das atividades de observação do investigador, cuja ênfase consistiu na coleta de informações.

III.2 Seleção de temas

A fim de orientar as discussões e manter o foco nas questões que se pretendeu abordar, um conjunto de temas foi elaborado norteando a condução das entrevistas e demais ferramentas participativas utilizadas no levantamento de dados primários (Tabela 2).

Ao considerar “*estar aberto ao que ocorre nas cenas estudadas e nos enunciados de entrevista de modo que possamos aprender sobre as vidas dos participantes da pesquisa*” (Charmaz, 2009, p. 15), adotou-se a oportunidade de flexibilizar o roteiro de acordo com a realidade percebida. Neste sentido, o diálogo com membros da comunidade pesqueira associado ao levantamento de dados secundários, objetivos da pesquisa e ao eixo metodológico adotado culminou na identificação de possibilidades de adequações do roteiro.

A versão final do roteiro está organizada em dois tópicos “características da comunidade pesqueira marinha de Rio das Ostras” e “gênero”. O primeiro compreende os seguintes subtópicos: atores, artes e dinâmica da pesca, entidades ligadas à pesca, conflitos e expectativas em relação à pesca. Já o tópico “gênero” é composto por dois subtópicos: percepção do homem em relação ao papel da mulher e percepção da mulher relação ao papel da mulher na atividade pesqueira local.

Tabela 2: Roteiro do Diagnóstico Rápido Participativo.

ROTEIRO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO		
TÓPICOS	SUBTÓPICOS	MAIS INFORMAÇÕES
Caracterização Geral da Comunidade Pesqueira Marinha de Rio das Ostras	Atores	Pescadores
		Marisqueiras/ Descascadeiras/Beneficiadoras
		Carpinteiros
		Mecânicos
		Comerciantes
		Redeiro
	Outros	
	Artes e Dinâmica da Pesca	Numero de pescadores
		Embarcações
		Modalidades e Petrechos de Pesca
		Recursos Pesqueiros
		Pesqueiros
		Beneficiamento/ Comercialização
	Infraestrutura	
	Entidades ligadas a Pesca	Colônia
		Associações
		Cooperativas
		Órgãos Públicos
Terceiro Setor		
Conflitos		
Perspectiva e Expectativa em relação à pesca	Sonhos, desejos, necessidades	
Gênero	Percepção	do homem em relação ao papel da mulher
		da mulher em relação ao papel da mulher

III.3 Coleta de dados

III.3.1 Dados Primários

Em TFD, a coleta de dados pode ser realizada através de entrevistas (estruturadas, semiestruturadas ou livres) e da observação (Dantas *et al.*, 2009; Hopfer & Maciel-Lima, 2008). Além da realização de entrevistas e da observação, destaca-se a aplicação de ferramentas participativas no processo de recolhimento de dados primários nesta pesquisa (Figura 13).

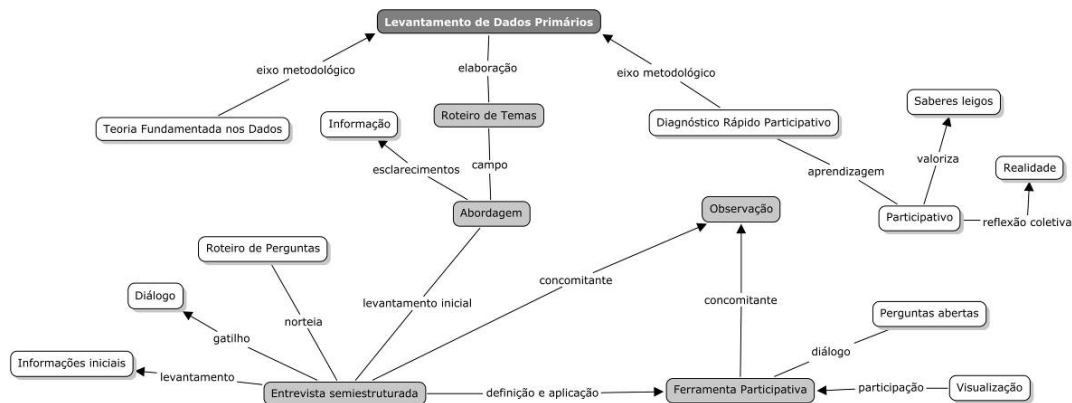


Figura 13: Mapa Conceitual do levantamento de dados primários.

a. Cronograma das atividades de campo

Identificou-se a necessidade de realizar quatro períodos de atividades em campo porque, conforme preconiza a TFD, a análise dos dados ocorreu de forma simultânea à coleta dos mesmos (Hopfer & Maciel-Lima, 2008). Por isso, ao longo da pesquisa, foi possível identificar as lacunas de informação e as necessidades de aprofundamento, possibilitando traçar as estratégias adequadas para alcançar a saturação teórica.

As atividades de campo foram realizadas nos seguintes períodos: i) 19 a 22 de novembro de 2013, ii) 27 a 30 de maio de 2014, iii) 02 de agosto de 2014 e iv) 23 de setembro de 2014 (Tabela 3).

Como escrever a teoria é, para TFD, parte integrante da pesquisa, o pesquisador teve a liberdade de voltar a campo e retomar seus dados sempre que identificou esta necessidade. Os dados primários foram coletados nas localidades onde há atividade pesqueira em Rio das Ostras (principalmente a Boca da Barra, bairro tradicionalmente ocupado por pescadores e suas famílias), identificados durante a caracterização da pesca artesanal local e até que as informações se repetissem ou houvesse ausência de dados.

Tabela 3: Agenda das atividades realizadas para levantamento de dados primários junto à comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.

AGENDA DO LEVANTAMENTO DE DADOS PRIMÁRIOS							
O papel das mulheres na atividade de pesca artesanal marinha do município de Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil.							
Data	Local	Ferramenta Participativa	Informações Levantadas	Papel do (s) Participante (s)	Gênero		Total de Participantes
					Masculino	Feminino	
19/11/2013	Boca da Barra	Entrevista semiestruturada	Beneficiamento, recursos pesqueiros, expectativas, atores.	(ex) Pescador (1) e (ex) beneficiadora (1)	1	1	2
20/11/2013	Paixaria	Calendário Sazonal	Recursos pesqueiros, modalidades de pesca, infraestrutura, comercialização, percepção da mulher em relação ao papel da mulher.	Comerciante (1) e pescadores (2)	3	0	3
20/11/2013	Boca da Barra	Matriz de Atividades	Atores.	Redeiros (2)	2	0	2
20/11/2013	Peixaria	Rotina Diária	Atores, comercialização, infraestrutura, percepção da mulher em relação ao papel da mulher.	Comerciante (1)	0	1	1
20/11/2013	Estaleiro	Matriz de Atividades	Atores, infraestrutura, embarcações, conflitos.	Carpinteiro naval (1)	1	0	1
21/11/2013	Residência	Matriz de Pesca	Embarcações, recursos pesqueiros, modalidades de pesca, papel das mulheres na pesca.	Pescadores (3)	2	1	3
21/11/2013	Residência	Rotina Diária	Modalidades de pesca, beneficiamento, atores, pesqueiros, percepção da mulher em relação ao papel da mulher, percepção do homem em relação ao papel da mulher.	Pescadores (4)	2	2	4
21/11/2013	Residência	Matriz de Uso do Tempo	Atores, percepção da mulher em relação ao papel da mulher, percepção do homem em relação ao papel da mulher.	Pescadores (4)	2	2	4
21/11/2013	Residência	Rotina Diária	Modalidades de pesca, beneficiamento, atores, pesqueiros, percepção da mulher em relação ao papel da mulher, percepção do homem em relação ao papel da mulher.	Pescadoras (4)	2	2	4
21/11/2013	Residência	Matriz de Uso do Tempo	Atores, percepção da mulher em relação ao papel da mulher, percepção do homem em relação ao papel da mulher.	Pescadoras (4)	2	2	4
22/11/2013	Ponte	Fluxograma de Comercialização	Atores, comercialização, recursos pesqueiros, embarcações, expectativas.	Atravessador (1)	1	0	1
27/05/2014	Posto de Saúde (Boca da Barra)	Entrevista semiestruturada	Entidades ligadas à pesca.	Coordenadora do Projeto Saúde do Pescador (1)	0	1	1
27/05/2014	Peixaria	Fluxograma de Comercialização	Atores, beneficiamento/comercialização, percepção da mulher em relação ao papel da mulher.	Comerciante (1)	0	1	1
27/05/2014	Entrepasto inacabado	Entrevista semiestruturada	Atores, infraestrutura, perspectivas/expectativas.	Mecânico Naval (1), Aprendiz (1)	2	0	2
28/05/2014	Residência	Diagrama de Percepção	Atores, percepção da mulher em relação ao papel da mulher.	Pescadora (1) e ex-pescadoras (2)	0	3	3
28/05/2014	Residência	Partilha de Renda	Atores.	Pescadora (1) e ex-pescadoras (2)	0	3	3
02/08/2014	Residência	Diagrama de Percepção	Atores, conflitos, infraestrutura, percepção das mulheres em relação ao papel das mulheres.	Pescador (1)	1	0	1
02/08/2014	Residência	Diagrama de Percepção	Atores, recursos pesqueiros, pesqueiros, beneficiamento e comercialização, percepção dos homens em relação às mulheres	Pescadores (2), (ex) pescadora (1)	1	2	3
23/09/2014	Parque dos Pássaros	Entrevista semiestruturada	Infraestrutura, perspectivas, papel da mulher, entidades ligadas à pesca.	Coordenador de Pesca e Aquicultura (SEMAP) (1)	1	0	1

b. Abordagem

A partir das orientações de Verdejo (2006), as abordagens começaram com as formas tradicionais de cumprimento e uma apresentação das pessoas presentes. Também, foram selecionados cuidadosamente o lugar e o momento da entrevista, de forma que nunca atrapalhasse seriamente a rotina dos entrevistados. A premissa de respeito para com os participantes foi atendida, no sentido do esforço em buscar compreender a partir da perspectiva dos participantes e aprender sobre as suas opiniões e ações (Charmaz, 2009).

Por uma questão de respeito a todos aqueles que cederam seu tempo para o levantamento de dados primários, os objetivos da pesquisa foram esclarecidos, de forma a evitar que falsas expectativas fossem geradas (Drumond, 2002). Por isso, durante a primeira abordagem, o procedimento, o objetivo e as limitações do diagnóstico foram esclarecidos aos entrevistados, adotando os pressupostos de que a apresentação à comunidade influi fortemente em todo o processo (Verdejo, 2006) e que *“os primeiros contatos com a comunidade são essenciais para o estabelecimento de relações harmoniosas”* (Drumond, 2002, p. 29).

Partiu-se do princípio que a entrevista semiestruturada favorece a criação de um ambiente aberto de diálogo onde as pessoas se expressam livremente sem as limitações características de um questionário e que pode auxiliar nas relações de confiança entre a comunidade e a equipe técnica (Verdejo, 2006; Drumond, 2002). Neste sentido, a entrevista semiestruturada foi utilizada como gatilho para a abertura de diálogo e as perguntas-chave que compõem o seu roteiro foram elaboradas de forma a fornecer informações relevantes sobre o entrevistado, seu contexto e suas percepções. Sobretudo, a entrevista semiestruturada subsidiou a escolha da ferramenta mais adequada para aprofundar o diálogo e tratar de questões específicas de acordo com a realidade do entrevistado.

O roteiro da entrevista semiestruturada utilizado neste estudo abrangeu cinco perguntas-chave, a saber:

- 1- Qual atividade você exerce na pesca artesanal de Rio das Ostras?
- 2- Como essa atividade é realizada?

- 3- Você sente que o seu trabalho é valorizado pela comunidade pesqueira local?
Por quê? De que forma? Em qual intensidade?
- 4- Você conhece alguma mulher que atue na atividade pesqueira local? O que ela faz?
- 5- Como você enxerga a mulher que atua na atividade pesqueira local?

Considerando que *“a qualidade da informação depende da qualidade e relevância das questões”* (Drumond, 2002, p. 33), o método utilizado incluiu o cuidado com a formulação dos questionamentos. As perguntas fechadas, respondidas apenas com sim e não, foram evitadas. Com os objetivos de criar novas questões e oportunidades de especulação, aprofundar a reflexão e a informação e auxiliar o desenvolvimento da investigação, as perguntas abertas foram cuidadosamente elaboradas. Especialmente, três orientações foram seguidas durante a aplicação das ferramentas: i) retroalimentar (mostrar que está escutando com palavras ou gestos), ii) não fazer perguntas que induzam, sejam sugestivas ou manipuladoras, e iii) as perguntas não foram limitadas ao roteiro, pois novas questões foram formuladas a partir de informações trazidas pela comunidade durante as abordagens (Peres, 2003; Verdejo, 2006). Charmaz (2009) defende o planejamento prévio de perguntas amplas e abertas e Lofland & Lofland (1984; 1995 citado por Charmaz, 2009) define entrevista como uma conversa orientada.

c. Ferramentas participativas

Considerando que *“as discussões são a parte mais importante do processo”* (Drumond, 2002, p. 34), optou-se que as ferramentas fossem aplicadas por duas pessoas, sendo que uma foi responsável pela condução da ferramenta (animador) e a outra, pela anotação das informações e das percepções, documentadas instantaneamente para evitar distorções ao longo do tempo (anotador) (Verdejo, 2006). As anotações de campo foram utilizadas de forma a evitar a identificação dos participantes, considerando a responsabilidade ética de preservar o anonimato daqueles que forneceram as informações (Kawulich, 2005).

As ferramentas mais adequadas para o levantamento das informações pertinentes a esta investigação foram escolhidas tendo como base dois enfoques: o levantamento de características gerais da pesca artesanal marinha do município de Rio das Ostras e as

questões de gênero relacionadas à comunidade. Este último refere-se especificamente à identificação do papel das mulheres na atividade pesqueira local e a compreensão da percepção que tanto as mulheres como os homens têm em relação a este papel.

Por não ser possível aplicar todas as opções de ferramentas durante a realização de um diagnóstico participativo, foi preciso *“escolher conforme a sua utilidade em relação ao enfoque e às circunstâncias específicas de cada diagnóstico”* (Verdejo, 2006, p. 20). Para o levantamento de dados primários na comunidade pesqueira de Rio das Ostras, foram selecionadas nove ferramentas participativas, a saber: entrevista semiestruturada, calendário sazonal, matriz de pesca, rotina diária, matriz de uso do tempo, diagrama de percepção, fluxograma de comercialização e partilha de renda (Figura 14).

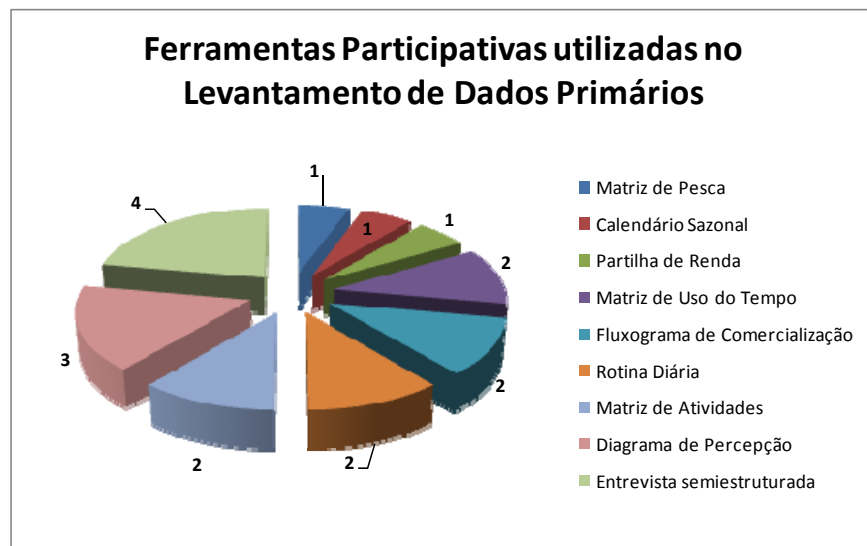


Figura 14: Porcentagem das ferramentas participativas utilizadas durante o levantamento de dados primários da comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.

Entre as ferramentas selecionadas, algumas puderam ser utilizadas tanto para as questões de gênero como para a caracterização da atividade pesqueira local. A Tabela 4 apresenta os nove tipos de ferramentas participativas utilizados no levantamento de dados primários.

Tabela 4: Descrição das ferramentas participativas selecionadas para o levantamento de dados primários.

Ferramentas Participativas			
Ferramenta	Justificativa	Objetivo	Aplicação
Entrevista Semiestruturada	A "entrevista semiestruturada" é utilizada antes da aplicação de qualquer outra ferramenta participativa, pois ajuda a criar um ambiente de diálogo e é a partir dessa conversa que o facilitador colhe informações iniciais sobre as áreas de conhecimento do entrevistado e define, a partir da sua disposição em colaborar, se aplicará outra ferramenta e qual é a mais adequada para o levantamento de informações.	Abordar e estimular uma conversa informal de forma a levantar informação sobre qualquer assunto previamente estabelecido em um roteiro e apreender os conhecimentos da pessoa entrevistada. Criar um ambiente de diálogo e possibilitar que o entrevistado se expresse livremente.	O facilitador esclarece qual o objetivo da conversa (abordagem) e pergunta se a pessoa tem interesse em participar. A aplicação se dá por meio de uma conversa informal, abordando os tópicos do roteiro e procurando sempre deixar o entrevistado à vontade. São feitas perguntas "abertas", ou seja, aquelas que incentivam o participante a fornecer respostas completas e contextualizadas, evidenciando o seu ponto de vista.
Calendário Sazonal	O calendário sazonal evidencia os ciclos naturais, permitindo uma visão temporal dos acontecimentos. No âmbito da atividade pesqueira é possível identificar as espécies capturadas, os períodos de defeso, destacar as épocas de maior produtividade de cada uma das espécies e a sua importância econômica.	Identificar a sazonalidade das espécies de pescado capturadas pela comunidade pesqueira local.	Em uma folha de papel, o facilitador desenha uma tabela com 13 colunas. Na primeira, são listadas as espécies que o(s) pescador(es) capturam, podendo sublinhar aquelas que ele considera mais importantes economicamente. Nas 12 colunas seguintes, são escritos os nomes dos 12 meses do ano, um em cada coluna. O calendário sazonal é preenchido com símbolos, mostrando quando as espécies ocorrem e em qual intensidade.
Fluxograma de Comercialização	O "fluxograma" ajuda a compreender o fluxo e os diferentes valores praticados do pescado e de outros produtos desde a sua primeira comercialização até o consumidor final.	Compreender o fluxo econômico do pescado e/ou produtos em cada elo da comercialização.	Em uma folha de papel, o facilitador escreve os produtos que são comercializados, por exemplo, os principais pescados no caso de uma peixaria, os principais insumos para a pesca no caso de uma loja de material de pesca. Em seguida, durante a conversa, vai traçando o caminho desse produto: de onde ele veio e para onde foi comercializado. O facilitador anota também os valores correspondentes a cada etapa do fluxo.
Matriz de Atividades	A aplicação desta ferramenta possibilita identificar diversas atividades e avaliá-las sob a ótica de critérios estipulados pelos participantes.	Levantar uma variedade de informações sobre os serviços prestados pelo entrevistado, possibilitando compará-los sob a ótica de diferentes critérios de avaliação.	Em uma folha de papel, o facilitador lista os serviços (linhas da tabela). No caso de um redeiro pode ser: fabricação de novas redes, remendo, entralhe. No caso de uma mulher pode ser, por exemplo: descascar camarão, limpar peixe, fazer artesanato com escamas de peixe, dar curso de artesanato, vender peixe. As colunas da tabela (critérios de avaliação) são listados conforme o próprio entrevistado vai conversando e contando sobre seu trabalho. Quando um critério surgir, o facilitador escreve na nova coluna e incentiva, por meio de perguntas, uma análise comparativa. Podem ser utilizados números ou símbolos como forma de "medir" cada critério ou escrever na célula a informação correspondente. Exemplo de critérios (colunas): lucratividade, demanda, tempo para concluir o serviço, satisfação, entre outros.

Matriz de Pesca	A "matriz de pesca" permite levantar e comparar informações sobre as diferentes modalidades de pesca realizadas na comunidade em estudo. Entre elas: tipos de embarcações, tempo no mar, quantidade de pescadores por embarcação, petrechos utilizados, espécies capturadas, pesqueiros, entre outros.	Levantar uma variedade de informações sobre as modalidades de pesca, possibilitando compará-las.	Em uma folha de papel, o facilitador desenha uma tabela. As modalidades de pesca serão escritas nas linhas e nas colunas os tópicos a serem investigados e comparados. Por exemplo: linhas - arrasto, mijuada e parelha. Colunas - número de barcos, número de pescadores, quantidade de dias no mar, tamanho da rede, recursos pescados, lucratividade, entre outros. O facilitador orienta a conversa de forma que as informações de cada coluna sejam detalhadas de acordo com as linhas.
Partilha de Renda	A ferramenta "partilha de renda" possibilita que os participantes discutam, visualizem e analisem a forma como a partilha da renda proveniente da pesca é praticada e também as despesas necessárias para que a pesca seja realizada.	Representar graficamente a divisão da renda proveniente da pesca entre o dono do barco e os demais pescadores. Em alguns casos, o facilitador também representa as despesas em um gráfico.	Geralmente é usado o gráfico "de pizza". O facilitador pergunta quantas pessoas são envolvidas na pescaria (por exemplo, 3). Desenha um círculo no papel e representa proporcionalmente como o recurso é dividido e como as despesas são pagas (por exemplo: excluindo as despesas, 50% são do dono do barco e 50% são divididos entre os três pescadores).
Rotina Diária	A ferramenta "rotina diária" descreve e dá visibilidade às atividades realizadas por homens e mulheres, evidenciando a sua distribuição e possibilitando compreender relações e conflitos.	Investigar quais são as atividades desenvolvidas no período de um dia. Com essa ferramenta, é possível tornar visível e comparar os regimes de trabalho das mulheres com os dos homens.	Um relógio ou dois relógios são desenhados em uma folha de papel. A partir daí, cada atividade é marcada no local correspondente ao horário que ela é realizada. O facilitador explora as respostas.
Matriz de Uso do Tempo	A ferramenta descreve todas as tarefas realizadas pelas mulheres no período de um dia e evidencia quais são as pessoas que as apoiam na realização dessas atividades.	Tornar visível as atividades realizadas pelas mulheres. Conhecer as relações existentes. Identificar a carga de trabalho das mulheres.	A ferramenta consiste em uma matriz. As atividades realizadas pelas mulheres são escritas na primeira coluna. As outras colunas são preenchidas com as pessoas que as ajudam (marido, filho, amiga). As participantes preenchem as células da matriz com bolinhas, onde maior quantidade significa maior apoio na realização da tarefa e menos bolinhas o oposto.

Adaptado de Geilfus (1997), Drumond (2002), Faria & Neto (2006) e Verdejo (2006).

d. Diagrama de Percepção

Embora haja ferramentas adequadas para o levantamento de informações sobre gênero (rotina diária e o uso do tempo, por exemplo), durante as atividades de campo e análise das informações levantadas identificou-se a necessidade de uma ferramenta que ajudasse a levantar informações específicas sobre a percepção que os mesmos têm sobre o papel da mulher na atividade de pesca artesanal de Rio das Ostras, questão central desta pesquisa.

Considerando a premissa de que o método participativo permite “*adaptar, criar ou fundir ferramentas*” (Verdejo, 2006, p. 53), uma nova ferramenta, aqui denominada “Diagrama de Percepção” foi elaborada e aplicada junto aos participantes homens e mulheres. O “Diagrama de Percepção”, fruto de uma adaptação inspirada na ferramenta “Diagrama de Venn⁸”, contribuiu especialmente para o diálogo e a representação gráfica da percepção dos entrevistados em relação ao papel desempenhado pelas mulheres na comunidade pesqueira local.

A base do Diagrama de Percepção consiste em: um núcleo central que representa a comunidade pesqueira local; três esferas pontilhadas que representam o distanciamento desse núcleo; quadrados e esferas representando a percepção de mulheres e homens respectivamente; três cores diferentes de esferas ou quadrados: verde, laranja e azul, representando, respectivamente, pouca, média ou muita importância (Figura 15).

⁸ O Diagrama de Venn é utilizado para elucidar como os comunitários visualizam as organizações e os grupos ativos da comunidade, bem como as relações que estabelecem entre si (Geilfus, 1997).

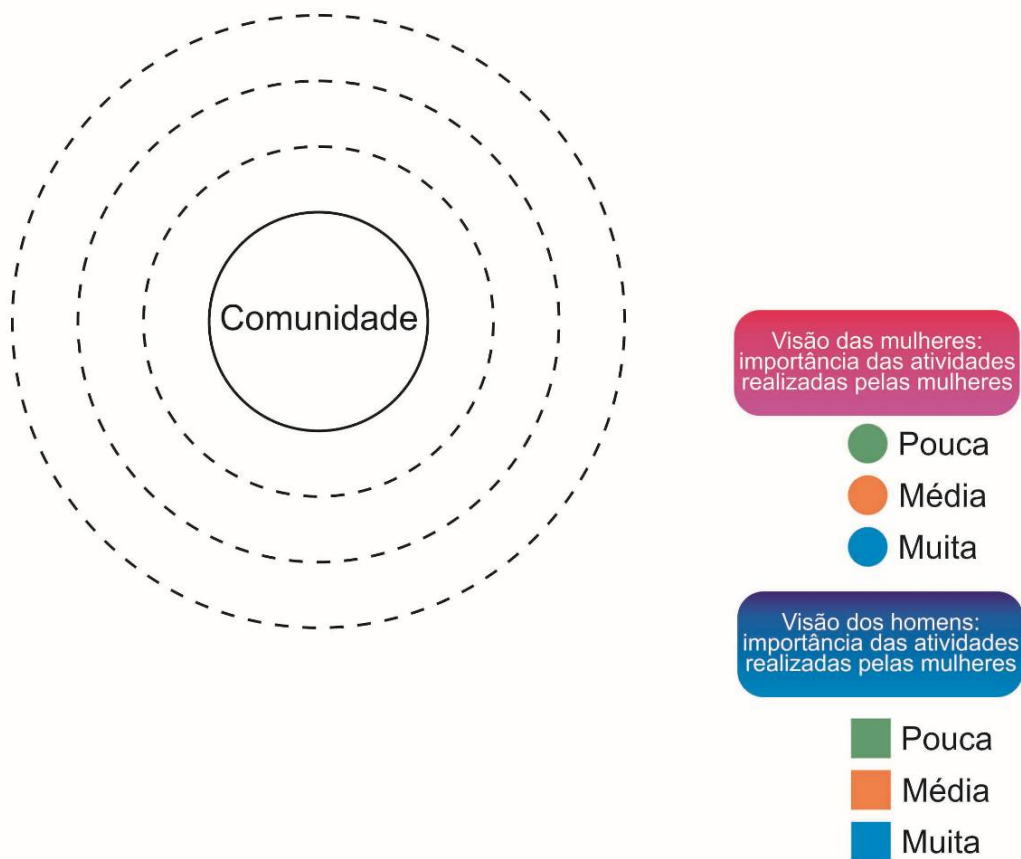


Figura 15: Ferramenta “Diagrama de Percepção”.

A aplicação desta ferramenta, cujo maior objetivo foi de facilitar o diálogo e contribuir com a visualização dos resultados da entrevista, ocorreu da seguinte forma:

- i) Foi solicitado que o participante escolhesse a esfera ou quadrado com o tamanho que representasse a intensidade da importância do papel das mulheres na atividade de pesca artesanal local: pouca, média ou muita importância. Neste momento, esse tema foi aprofundado com o auxílio de perguntas abertas e complementares, tais como: Por quê? Em que sentido? De que forma?
- ii) O entrevistador explicou o significado da base desenhada em papel: núcleo, representando a comunidade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras; e linhas pontilhadas onde quanto mais próximas ao núcleo, maior a inserção das mulheres na atividade de pesca artesanal local.

- iii) Em seguida, foi solicitado que o participante determinasse o local onde a esfera escolhida anteriormente fosse desenhada na base. Neste momento, outras perguntas abertas foram feitas para auxiliar no entendimento sobre a visão do entrevistado.

III.3.Dados Secundários

Ao optar pelo método TFD, adotou-se que o uso ilimitado da literatura influencia excessivamente na percepção do pesquisador e por isso a revisão bibliográfica “*não é o passo inicial do processo de pesquisa, uma vez que emergirá da coleta e análise dos dados e são esses que direcionarão o pesquisador a obter mais informação na literatura*” (Dantas *et al.*, 2009, p. 575). Os objetivos principais da revisão da literatura consistiram em estabelecer prioridades para a pesquisa, contextualizar e alargar os horizontes do estudo. Já a revisão crítica da bibliografia foi abrangente, seletiva e analítica (Sousa & Baptista, 2012).

Concomitante ao levantamento de dados primários, os dados secundários foram coletados por meio de um exaustivo e abrangente levantamento bibliográfico sobre as temáticas pertinentes à investigação, de forma a possibilitar o enquadramento teórico da mesma e o aprendizado a partir de outras experiências, contribuindo para um resultado devidamente fundamentado a partir da análise crítica das informações levantadas. Cabe destacar que durante o levantamento de dados secundários o investigador buscou evitar o nevoeiro informacional e para tanto, utilizou os seguintes filtros: sobre-informação, sub-informação e pseudo-informação. (Morin, 1981 citado por Carmo & Ferreira, 2008).

Charmaz (2009, p. 58) afirma que “*toda pesquisa qualitativa requer a análise de textos*” e, na presente pesquisa, optou-se por consultar e analisar apenas textos existentes⁹, como livros, artigos científicos, resumos apresentados em congressos e

⁹ Ao contrário dos textos extraídos, onde o participante se envolve da produção escrita dos textos ou dados, os textos existentes são aqueles os quais o pesquisador não influencia em sua produção, como por exemplo, a literatura, bancos de dados qualitativos anteriores e registros públicos (Charmaz, 2009)

encontros acadêmicos, monografias e *sites* institucionais. Também, durante toda a pesquisa, os resultados alcançados e os textos produzidos foram compartilhados com especialistas na área para análises, ajustes e demais contribuições.

As referências bibliográficas da literatura utilizadas nesta investigação encontram-se de acordo com as normas estabelecidas pela *American Psychological Association* (APA, 2010).

III.4 Análise dos dados

a. Etapas

Para a análise dos dados, considerou-se a premissa da TFD, onde os dados foram analisados de forma concomitante ao levantamento de informações (Araújo & Estramiana, 2011).

As oito etapas para o Desenvolvimento da Teoria foram adotadas durante a pesquisa: i) anotação e pré-análise dos dados; ii) coleta de dados em campo; iii) codificação dos dados; iv) comparações sistemáticas entre as categorias e identificação da categoria central; v) redução do número de categorias relacionadas à categoria central; vi) busca de paralelos relacionados à teoria emergente em outros estudos; vii) seleção das categorias relacionadas aos relacionamentos e desenvolvimento da teoria que surgiu; e viii) validação das ideias da teoria (Sélden, 2005 citado por Araújo & Estramiana, 2011).

b. Codificação

Além de definir a estrutura analítica a partir da qual a análise será construída, é por meio da codificação na TFD que os dados e seus significados começam a ser compreendidos (Charmaz, 2009). Adotou-se nesta pesquisa que “*codificar significa categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados*” (Charmaz, 2009, p. 69).

O processo de codificação consiste em “*procedimentos utilizados para rotular e analisar os dados coletados e envolve comparações constantes entre fenômenos, casos e conceitos, as quais conduzem ao desenvolvimento de teorias por meio da abstração e relações entre os elementos*” (Pinto, 2012, p. 5). Além de contribuir para que o pesquisador interfira o menos possível na coleta de dados e formação da teoria (Araújo & Estramiana, 2011), a codificação é considerada por Hopfer & Maciel-Lima (2008, p. 18) como “*fundamental para aumentar a validade e a veracidade dos dados*”. Orientada pelo método de comparações constantes (similaridades e diferenças), a codificação segue até a sua saturação teórica (Araújo & Estramiana, 2011). A codificação em TFD compreende, no mínimo, duas fases principais: inicial e focalizada.

No processo de codificação inicial, os conceitos são identificados e desenvolvidos. O pesquisador faz comparações e perguntas para aprofundar o seu entendimento sobre a questão analisada e identificar possíveis lacunas de informação (Charmaz, 2009). De acordo com Pinto (2012, p. 5) “*esse processo envolve as atividades de quebrar, examinar, comparar, conceituar e categorizar os dados que serão sumarizados em uma linha ou códigos e categorias*”. Destaca-se que a codificação incidente por incidente foi adotada nesta pesquisa, ou seja, incidentes semelhantes foram codificados e comparados, identificando semelhanças e diferenças, padrões e contrastes (Charmaz, 2009).

O roteiro de temas, por si só, já representou uma primeira codificação dos dados levantados e registrados em cadernos de campo (memorandos¹⁰). Ou seja, as informações contidas nos memorandos foram agrupadas e distribuídas por temas, ou códigos; conforme estabelece a metodologia adotada (Sélden, 2005 citado por Araújo & Estramiana, 2011).

Considerando que “*pela codificação, você define o que ocorre nos dados e começa a debater-se com o que isso significa*”, a definição de categorias e o reagrupamento dos

¹⁰ Os memorandos são as anotações analíticas informais registradas durante toda a pesquisa. Inicia-se escrevendo sobre códigos e dados e, posteriormente, categorias teóricas (Charmaz, 2009).

códigos foram norteados pela análise dos dados primários e secundários, conforme orienta Charmaz (2009, p. 70). Especificamente em relação ao papel das mulheres e a percepção da comunidade pesqueira local sobre esse papel, as categorias criadas foram: área de estudo, papel das mulheres, representatividade, divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo, trabalho reprodutivo, multiplicidade de atividades, ajuda, invisibilidade/visibilidade, condições de trabalho e percepção dos homens e das mulheres.

Já na fase de codificação focalizada, são utilizados os códigos mais significativos e/ou frequentes identificados anteriormente. Neste momento, decide-se *“quais os códigos iniciais permitem uma compreensão analítica melhor para categorizar os seus dados de forma incisiva e completa”* (Charmaz, 2009, p. 87). Nesta fase o pesquisador influencia os seus dados, pois o que estava implícito pode tornar-se explícito e as pré-concepções sobre o tópico analisado são constatadas (Charmaz, 2009).

As categorias formadas durante a etapa de codificação e identificação de uma categoria central delimitam a teoria emergente. Sobretudo, *“quando um fenômeno é descoberto em um estudo de caso, deve-se buscar paralelos em outros estudos, pois isto irá aumentar a validade da pesquisa”* (Araújo & Estramiana, 2011, p. 11). Por isso, a importância de um abrangente levantamento bibliográfico.

De acordo com Hopfer & Maciel-Lima (2008) a TFD pode ser utilizada com a finalidade de validação da pesquisa ou de construir uma teoria substantiva (emergente), a qual deve ser simples e bem definida, fruto da seleção da categoria central (ou principal). A essa etapa dá-se o nome de codificação seletiva ou redação da teoria, cuja *“tarefa é elaborar a categoria essencial, em torno da qual as outras categorias desenvolvidas passam ser agrupadas e pelas quais são integradas”* (Gasque, 2007 citado por Pinto, 2012).

Ao analisar os dados, considerou-se a ótica de diferentes componentes e as perspectivas socioeconômicas, ambientais e culturais combinadas entre si sobre determinado aspecto. Neste sentido, ressalta-se que um dos princípios básicos do diagnóstico participativo foi utilizado: a triangulação, ou seja, a utilização de diferentes fontes, métodos e

disciplinas, onde um aspecto é examinado a partir de três ou mais perspectivas (Chambers & Guijt, 1995; Armando *et al.*, 1998; Drumond, 2002).

e. Teoria emergente

Segundo Strauss & Corbin (1990, citado por Pinto, 2012) a categoria (ou fenômeno) central explica as diferenças e semelhanças identificadas nas experiências e sintetiza a história construída a partir dos dados obtidos. Em outras palavras, são as categorias principais que delimitam a teoria emergente (fundamentada nos dados) (Hopfer & Maciel-Lima, 2008).

Concomitante à coleta, os dados, códigos e categorias foram, diversas vezes, relacionados e comparados entre si. Sobretudo, *“nesta fase o importante é procurar o desenvolvimento dos relacionamentos a partir dos conceitos construídos”* e deve-se utilizar a categoria mais recorrente enquanto categoria principal (Hopfer & Maciel-Lima, 2008, p. 19). Nesta pesquisa, adotou-se a multiplicidade de tarefas realizadas pelas mulheres como a categoria principal, pois, na perspectiva do pesquisador, a partir dela todas as demais puderam ser agrupadas, relacionadas e integradas.

A teoria emergente foi delineada a partir das definições interpretativas (e imaginativas), identificando as práticas e ações cujos pressupostos são: *“as realidades múltiplas e emergentes; indeterminação; fetos e valores quando associados; a verdade como algo provisório; e a vida social como processo”* (Charmaz, 2009, p. 173). Sobretudo, considerou-se que *“as teorias são interpretações produzidas de algum ponto de vista e adotadas ou averiguadas por pesquisadores”* e por isso, *“são provisórias e restringidas pelo tempo”* (Dewey, 1938 citado por Gasque, 2007, p. 114). Nesta pesquisa, as categorias são confrontadas e amplamente discutidas no Capítulo V – Discussão – e a teoria emergente está descrita em Conclusão.

f. Validação

Drumond (2002) enfatiza a importância de devolver os resultados da pesquisa à comunidade para que a mesma valide as informações documentadas. Com o intuito de *“fazer uma interpretação que permita melhorar o conhecimento da situação atual da*

comunidade e de suas opções para o futuro” (Verdejo, 2006, p. 54), a apresentação dos resultados deve consistir na oportunidade de rediscutir a realidade onde os participantes possam avaliar as interpretações dadas pelo pesquisador, identificar e corrigir possíveis lacunas ou distorções de informação. Cabe ressaltar que, embora este estudo não tenha contemplado a validação devido à falta de tempo hábil para realizar essa atividade, sugere-se que os resultados sejam revisados junto à comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.

g. Gênero

Como o presente estudo enfoca o papel da mulher na atividade pesqueira de Rio das Ostras e a percepção que a comunidade tem sobre o mesmo, identificou-se a necessidade de adotar um conceito de gênero que alicerçasse a perspectiva a ser utilizada durante o levantamento e análise dos dados.

O conceito de gênero formulado por Joan Scott em 1990 foi adotado nesta pesquisa por defender uma visão mais ampla, que articula a natureza das inter-relações entre sujeito individual e organização social. Neste sentido, a autora considera que essa perspectiva deve incluir, além do parentesco, questões como o mercado de trabalho, a educação e o sistema político (Scott, 1995, p. 87).

Capítulo IV: Resultados

IV.1 Características da Atividade de Pesca Artesanal Marinha de Rio das Ostras

Em Rio das Ostras foram identificados oito principais atores que desempenham papéis relacionados à cadeia produtiva da pesqueira artesanal, são eles: beneficiador, carpinteiro naval, mecânico naval, comerciante, redeiro, marisqueiro, balanceiro e pescador artesanal, caracterizados a seguir:

a) Beneficiador

Segundo os relatos, houve uma época em que por falta de compradores que dessem vazão a produção local, os peixes eram “escalados”, ou seja, suas vísceras eram retiradas para, em seguida, serem salgados. Essa atividade era desempenhada “em terra”, geralmente pelas mães, filhas e esposas de pescadores.

Atualmente os beneficiadores que trabalham nas peixarias tem a função, principalmente, de eviscerar e preparar o peixe conforme o gosto do cliente, geralmente cortado em posta ou filé (Figura 16). De acordo com as informações levantadas com proprietárias de peixarias, a mão de obra qualificada para o beneficiamento é escassa e atribuem a falta de conhecimento e a elevada carga horária de trabalho como principais responsáveis por essa lacuna.



Figura 16: Beneficiadora tratando o peixe conforme solicitado pelo cliente.

Além do beneficiamento realizado com toda a estrutura que as peixarias oferecem (pias, água, bancadas, luz, etc.), foi identificado um ponto de beneficiamento composto por apenas uma bancada de madeira, localizado às margens do rio das Ostras, onde existe um desembarque de parte da frota (Figura 17). Nesta bancada, o atravessador que ali opera, vende parte da produção, onde beneficiadores limpam o pescado e, de acordo com a vontade do cliente, filetam ou cortam em postas.



Figura 17: Beneficiamento de pescado à beira do rio das Ostras.

Outra forma de beneficiamento identificado é aquele realizado principalmente por esposas de pescadores com pequena produção. Ao contrário de outros entrevistados, o coordenador de pesca e aquicultura do município as considera como pescadoras.

b) Carpinteiro Naval

Desde 2010, aproximadamente, três carpinteiros navais trabalham de forma independente no local que será o terminal pesqueiro ainda inacabado, à margem do rio das Ostras.

Os serviços de carpintaria naval executados consistem, principalmente, na manutenção e pequenos reparos das embarcações sendo rara a construção de barcos novos. O carpinteiro entrevistado considera a sua atividade pouco lucrativa e explicou que as demandas por reparos oscilam conforme o nível de cuidado do dono da embarcação, a produtividade da pesca e, conseqüentemente, da renda dos donos de embarcações.

Durante a aplicação da ferramenta “Matriz de Atividades”, foi relatado que os cinco serviços realizados com mais frequência são: troca de madeira, pintura de fundo, pintura geral, calafeto e alinhamento e/ou assentamento do motor (Figura 18).

Reparos	Tempo	Freqüência	Lucro
Troca de Madeira	Indeterminado	Indeterminado (cuidado)	Indeterminado
Pintura de fundo	2 a 3 dias	Uma vez ano	+ ou - R\$ 300,00
Pintura geral	15 a 25 dias	Duas vezes ano	R\$ 600,00 - R\$ 800,00
Calafeto	Indeterminado (+ou - 15)	Indeterminado	Indeterminado
Alinhamento do motor	4 dias	Verificar uma vez ao ano	Serviço mais lucrativo

Figura 18: "Matriz de Atividades" elaborada por um carpinteiro naval, considerando embarcações entre 9 e 10 metros.

O carpinteiro naval recomenda que a pintura de fundo da embarcação, com tinta anti-incrustante, seja feita anualmente. Este serviço leva de dois a três dias para ser finalizado, é cobrado cerca de R\$ 300,00 e inclui a limpeza, lavagem (feita com água do rio) e raspagem do casco da embarcação. Já a pintura completa de um barco pequeno (9 a 10 metros) demora de 15 a 20 dias para ser concluída, sendo cobrado entre R\$ 600,00 e R\$ 800,00. O entrevistado sugere que o alinhamento do motor seja feito anualmente e, apesar de levar quatro dias para finalizar o serviço, o considera como o mais lucrativo por precisar de poucos insumos para realizá-lo.

A troca de madeira é feita raramente, pois a madeira de um barco bem cuidado chega a durar 20 anos. Tanto a troca de madeira como o calafeto são serviços de carpintaria considerados imprevisíveis, pois conforme o trabalho é realizado, o profissional se depara com a qualidade da madeira e do calafeto de outras estruturas do barco. Por isso, o tempo de realização desses serviços, que são independentes e o valor a ser cobrado foram considerados pelo entrevistado como "indeterminados".

A forma de pagamento pelos serviços é negociada junto ao dono da embarcação, mas geralmente 50% do valor é pago adiantado e o restante pode ser parcelado. A puxada, ou seja, serviço de deslocar a embarcação do rio para a terra com o auxílio de um guincho, também é cobrada e custa R\$ 20,00 por dia para barcos pequenos.

c) Mecânico Naval

O único mecânico naval atuante em Rio das Ostras trabalha com um aprendiz no local que será o terminal pesqueiro ainda inacabado. Embora haja confiança na capacidade profissional, não trabalha em conjunto com os carpinteiros navais.

Em entrevista semiestruturada, o mecânico revelou que trabalha com motores marítimos à diesel há mais de 50 anos e por isso, avalia que possui grande conhecimento e experiência nesta área.

O profissional mencionou que é grande o desgaste dos motores das embarcações e considera que os pescadores não fazem a manutenção adequada periodicamente por terem pouco conhecimento. O entrevistado comentou que já foi docente em cursos de combustão interna e de manutenção e mecânica de motores a diesel. Por isso, procura orientar os pescadores quanto aos cuidados a serem tomados com os motores. Neste sentido, considera que há demanda no município para a realização de cursos de manutenção de motores a diesel, pois o mesmo contribuiria para a segurança dos pescadores durante a pesca.

O mecânico naval lembra que a ausência de um torneiro e um eletricista dificulta e aumenta o tempo dos consertos a serem realizados. Atualmente, os serviços de tornearia são realizados no centro de Rio das Ostras ou em Macaé (RJ).

d) Comerciante

Foram identificados dois tipos de comerciantes em Rio das Ostras: os proprietários de peixarias e os comerciantes autônomos (atravessadores) que revendem diretamente a outros mercados de peixe da região (Figura 19).



Figura 19: Comerciantes autônomos negociando com pescadores a produção pesqueira.

Um dos comerciantes entrevistados adquire o pescado diretamente do pescador e o revende em Macaé. O seu local de trabalho é embaixo da ponte de concreto sobre o rio das Ostras e conta com um caminhão próprio e balança. O comerciante explicou que fornece o gelo e o óleo para os pescadores, mas o valor é descontado no momento do pagamento pela compra do pescado: *“repasso o gelo e óleo, mas o material de pesca é deles”*. Este comerciante possui dois barcos de pesca e adquire pescado de outras quatro ou cinco embarcações de rede caída (embarcações que utilizam o petrecho de rede de deriva de superfície).

Há homens e mulheres proprietários de peixarias em Rio das Ostras, sendo que os homens se identificaram como ex-pescadores e as mulheres como esposas ou esposas de pescadores. Para um pescador entrevistado, as mulheres donas de peixarias podem ser consideradas pescadoras, pois possuem conhecimento e lidam diretamente com o pescado. Esse tipo de comerciante possui uma carga de trabalho extensa porque, além de negociar o pescado com os pescadores e comercializar junto aos seus clientes, atua na gestão do empreendimento e dos seus funcionários.

Ao detalhar sobre a sua rotina diária, uma comerciante explicou que às 7h começa a arrumar o ambiente de trabalho e a exposição dos peixes que estarão à venda. Já aos fins de semana e feriados, a jornada de trabalho começa ainda mais cedo. De acordo com a

comerciante entrevistada, “*nos feriados o trabalho é triplicado*”. A peixaria fecha por volta das 16h (14h, no domingo) e em uma hora, ela dedica a limpar a peixaria com sabão e cloro e a cuidar da parte administrativa do comércio (Figura 20). Ressaltou que é da peixaria que consegue sustentar a sua família, sendo que seus filhos, nora e uma sobrinha também trabalham no estabelecimento: “*todos remando para o mesmo lado*”.

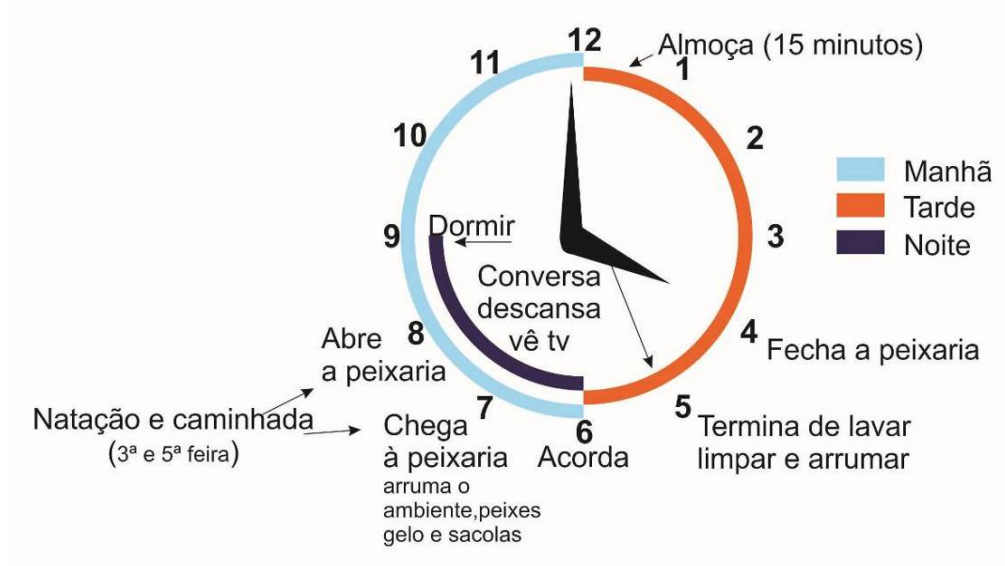


Figura 20: “Rotina Diária” elaborada por uma comerciante, proprietária de uma peixaria localizada na Boca da Barra em Rio das Ostras.

e) Redeiro

Os redeiros, homens e mulheres, se consideram artesãos e aprenderam a trabalhar com rede ainda crianças, observando seus parentes e outros pescadores. Há os que trabalham apenas com as próprias redes e há os que prestam esses serviços a terceiros. Como material de trabalho, utilizam uma agulha (para tecer) e uma tabuleta ou os próprios dedos (para marcar a medida da malha) (Figura 21).



Figura 21: Redeiro fazendo o entralhe da rede de emalhe.

Durante a aplicação da ferramenta “Matriz de Atividades”, um redeiro analisou os serviços de panagem (confeção do pano de rede), entralhe (colocação de cortiça e chumbo na extremidade do pano de rede) e remendo de rede a partir de cinco critérios: aprendizado (grau de dificuldade), tempo (para finalizar o serviço), demanda, lucro e gosto (satisfação e prazer ao realizar o serviço) (Figura 22).

Atividade	Aprendizado	Tempo	Demanda	Lucro	Gosto
Faz o pano	1º	3º	2º	3º	1º
Entralhe	2º	1º	1º	1º	2º
Conserto (remendar)	3º	2º	1º	2º	3º

Figura 22: “Matriz de Atividades” elaborada por um redeiro.

Para o entrevistado, o serviço mais lucrativo é o entralhe da rede (R\$ 35,00 a R\$ 40,00), por ter bastante demanda e ser de rápida finalização (de 3 a 6 peças/dia). Para entralhar, o redeiro define a qualidade do *nylon*: seda, corda, cortiça e chumbo a ser fornecido pelo dono da rede e o pagamento é realizado ao final do serviço.

Há muita demanda para remendo de rede, que se configura como a segunda atividade em lucratividade, apesar de ser a menos prazerosa de realizar.

Quanto à confecção do pano de rede, considera como sendo o serviço mais prazeroso de executar, porém é o menos lucrativo (a rede é vendida por peso, mas há um elevado custo com material), demanda mais tempo para sua finalização (cerca de um mês) e exige conhecimento e experiência. O entrevistado também relatou que a rede industrial é a mais utilizada atualmente, embora sua qualidade seja considerada inferior à artesanal: “*antigamente fazíamos o pano e a rede era melhor que as atuais*”.

f) Marisqueiro

Apenas membros de uma família foram identificados como marisqueiros e estão em atividade. Mariscar era uma atividade comum anos atrás, mas houve um boato sobre envenenamento dos mexilhões, levando a uma desvalorização desse recurso. Por esse motivo, segundo os entrevistados, muitas pessoas desistiram de exercer essa atividade.

Esses atores catam mexilhões das pedras próximas à costa e o beneficiam para agregar valor ao produto. Antes de entregar os mexilhões aos clientes, o produto é cozido e limpo.

Quanto à extração de ostras, foi relatado que atualmente somente uma pessoa exerce essa atividade no município.

g) Balanceiro

O “balanceiro” é o responsável pela balança e sua função é pesar o pescado assim que ele é desembarcado para a futura comercialização (Figura 23), o balanceiro além de receber a comissão por caixa pesada, ainda recebe do pescador uma gratificação denominada pinga, que é uma gorjeta paga com pescado.



Figura 23: Balaceiro atuando no desembarque pesqueiro.

h) Pescador Artesanal

Alguns entrevistados definiram “pescador” como aquele que vive da pesca e ressaltou o caráter incerto da profissão, no sentido de que há dias em que a pescaria dá prejuízo e outros em que é lucrativa, não sendo possível predeterminá-los.

Para alguns entrevistados, há cerca de 50 pescadores em Rio das Ostras, sendo que deste total, duas mulheres são reconhecidas pela comunidade local como pescadoras artesanais.

Segundo os participantes das ferramentas utilizadas para o levantamento de características da atividade de pesca artesanal de Rio das Ostras, o principal petrecho utilizado pela comunidade local é a rede de emalhe, seja caída (de deriva) ou de fundo. As outras modalidades identificadas são: arrasto, linha, currico, engodo, extração de mexilhão e de ostras, conforme a “Matriz de Pesca” produzida por pescadores (Figura 24). Ressalta-se que há participação das mulheres na pesca de arrasto, rede de fundo, currico e na extração de mexilhão.

Arte	Prof.	Barcos	Tamanho (metros)	Rede	Pescador	Pescado	Mulher
Emalhe	Caída	10	9 - 11	30/35 panos 50/90 malha 100/150 malhas de altura	2 - 3	Cavala, cação sarda, anchova guabira e bonito	-
	Fundo	30	9 - 11	75/150 panos 35/70 malha 25/50 malhas de altura	2 - 4	Pescada, goete corvina, castanha cação anjo	2
Arrasto	Fundo	15	9 - 10	8 braços de boca 10/15 malha ensacador 15/20 malha da rede	2	Sete barbas VG	1
Linha	Fundo	10	9 - 10	-	3 - 4	Pargo, namorado badejo e garoupa	-
Currico	Superfície	40	5 - 10	-	2	Cavala e bicuda	3
Engodo	Superfície	6	9	-	2 - 3	Achova e bicuda	-
Extração de mexilhão	-	1	5,5	Cavadeira	3	Mexilhão	2
Extração de ostras	-	1	-	Manual	1	Ostra	-

Figura 24: “Matriz de Pesca” elaborada por pescadores artesanais.

Os pescadores artesanais destacaram que os mesmos se caracterizam pela capacidade de diversificar a modalidade utilizada de acordo com a sazonalidade dos recursos pesqueiros. *“O pescador tem que fazer variar a pescaria”* e tal fato dificulta a estimativa da frota pesqueira local por modalidade.

Neste sentido, uma característica que merece destaque é que grande parte das embarcações da frota pesqueira de Rio das Ostras apresenta flexibilidade estrutural para o uso de mais de uma modalidade de pesca. A fim de exemplificar, a Figura 25 apresenta uma embarcação de médio porte equipada com tangone, utilizado na pesca de arrasto de fundo e rolo hidráulico e também na pesca com rede de emalhe.



Figura 25: Embarcação usada em mais de uma modalidade de pesca

Os pescadores estimaram em 40 o número total de embarcações em Rio das Ostras, todas motorizadas, sendo que a maioria mede entre 9 e 11 metros de comprimento.

A diversificada frota de Rio das Ostras possui tanto embarcações de médio porte (Figura 26 A), utilizada para pescarias em áreas mais afastadas da costa e como de menor porte, como os botes “boca aberta”, que realizam pescarias costeiras e em ilhas e lages mais próximas (Figura 26 B).



A



B

Figura 26: Embarcação de médio porte (A) e bote boca aberta (B)

Ainda em relação à frota pesqueira, algumas questões levantadas pelos entrevistados merecem destaque:

- A maioria das embarcações atua em modalidades de pesca distintas do permissionamento registrado no RGP, concedida pelo MPA.

- Não há embarcação plenamente regularizada.
- Atualmente os pescadores desejam embarcações maiores (entre 12 e 14 metros) para poderem pescar em locais mais distantes, já que os peixes estão mais afastados da costa.
- Não há traineiras em Rio das Ostras.
- As embarcações são utilizadas para mais de uma modalidade de pesca (Figura 27).



Figura 27: Embarcações aportadas à margem do rio das Ostras.

Quanto aos recursos pesqueiros, os pescadores ouvidos relataram que há cinco décadas havia fartura, ou seja, mais pescado do que a capacidade de conservação, comercialização e consumo: “*fartura do peixe era antigamente*”. A relação recursos pesqueiros/consumo é a que sofreu maior alteração até a atualidade, época em que a demanda e a venda são consideradas superiores à quantidade de recursos pesqueiros: “*tinha muito peixe mas a venda era fraca. Hoje o forte é a venda, mas tem pouco peixe*”. Na perspectiva de uma ex-pescadora, os cardumes se afastaram devido ao motor das embarcações, já que na época dos barcos a remo havia abundância.

Durante todas as entrevistas realizadas e ferramentas aplicadas, uma série de recursos pesqueiros foram citados pelos participantes e estão apresentados na

Tabela 5. Destaca-se que o não acesso ao material biológico impossibilitou a identificação de algumas espécies. No caso específico do que é denominado pelos pescadores como “mistura”, ressalta-se que a mesma consiste em uma categoria formada por diversas espécies de baixo valor comercial, normalmente oriundas da captura acessória do arrasto, vendidas todas juntas na mesma caixa.

Tabela 5: Recursos pesqueiros citados pelos participantes do levantamento de dados primários com sua nomenclatura local e seu nome científico, entre parênteses o descritor da espécie.

Nome local	Nome científico (descritor)
Anchova	<i>Pomatus saltatrix</i> (Linnaeus,1766)
Badejo	Serranidae*
Bicuda	**
Bonito	Scombridae*
Cação Anjo	<i>Squatina guggenheim</i> (Marini,1936)
Cação Marimbondo	**
Cação Viola/Viola	<i>Rhinobatos</i> sp.*
Camarão 7 Barbas	<i>Xiphopenaeus kroyeri</i> (Heller, 1862)
Camarão Rosa/VG	<i>Farfantepenaeus</i> sp.*
Camarão cinza (cultivo - Rio Grande do Norte)	<i>Litopenaeus vannamei</i> .(Boone, 1931)
Castanha	<i>Umbrina coroides</i> (Cuvier, 1830)
Cavala	**
Cavaquinha	<i>Scyllarides deceptor</i> (Holthuis, 1963)
Corvina/corvinota	<i>Micropogonias furnieri</i> (Desmarest,1826)
Dourado	<i>Coryphaena hippurus</i> (Linnaeus,1758)
Garoupa	Serranidae*
Goete	Sciaenidae *
Guaivira	<i>Oligoplites</i> sp.*
Lagosta	Pallinurus SP.*

Continua

Continuação Tabela 5

Nome local	Nome científico (descriptor)
Maria Mole	Sciaenidae *
Mexilhão	<i>Perna perna</i> (Linnaeus,1758)
Mistura	***
Namorado	**
Ostra	<i>Casseostrea rhizophorae</i> (Guilding 1828)
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i> (Linnaeus,1758)
Pescadinha	Sciaenidae *
Pescada	Sciaenidae*
Robalo	<i>Centropomus</i> sp.*
Sapo	<i>Lophius</i> sp.*
Sarda	<i>Sarda sarda</i> (Bloch, 1793)
Sardinha	**
Tainha	<i>Mugil</i> sp.*
Xerelete	<i>Caranx</i> sp.*

*Há ocorrência de mais de uma espécie na região e como não houve acesso ao material biológico para a identificação, não foi possível chegar a nível específico.

**Complexo de espécies com indivíduos de famílias diferentes que ocorrem na região, sem acesso ao material biológico não foi possível obter informações mais precisas.

***É uma categoria que contempla diversas espécies de baixo valor comercial, normalmente oriundas da captura acessória do arrasto. São vendidas todas juntas, misturadas na caixa de peixe, daí o nome.

Os resultados obtidos por meio da ferramenta “Calendário Sazonal” revelam, não só os principais recursos capturados por pescadores artesanais de Rio das Ostras, como as alterações percebidas ao comparar a atualidade (2014) com o passado (1966) (Figura 28).

Recursos pesqueiros	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Petrecho		
													Comprimento (panos)	Altura (braças)	Malha (entre nós)
Cação	+↓	+↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	10	30	60/70
Corvina	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	10	30	60/70
Pescada	+●	+●	+●	+●	+●	+●	+●	+●	+●	+●	+●	+●	10	30	60/70
Anchova	+●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	+●	+●	10	30	60/70
Lagosta	+↓	+↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	+↓	Mergulho/10	32	60/80
Garoupa	+↓	+↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	+↓	10	30	80
Cavala	+↓	+↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	+↓	10	30	70
Robalo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	10	30	70
Maria mole (Goete)	-	-	-	-	+	+	+	-	-	-	-	-	10	30	40
Tainha	↓	↓	↓	↓	+↓	+↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	10	30	60/70
Sete barbas	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓	+↓		30	
Viola	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	+↓	↓	10	30	80
Sardinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	1	30	20
Pescadinha	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓	10	30	35

Comparando com 48 anos atrás ...
 ● Pouca diferença
 ↓ Diminuiu
 ↓ Diminuiu muito
 Sazonalidade...
 + Muito bom
 - Fraco

Figura 28: "Calendário Sazonal" elaborado por pescadores e comerciantes de pescado.

A seguir, algumas percepções quanto às alterações da disponibilidade de cada recurso pesqueiro em um período de cerca de 50 anos:

- Nenhum recurso pesqueiro apresentou incremento em sua disponibilidade e apenas a corvina, robalo, maria mole (goete) e a sardinha não sofreram variações.
- Havia grande disponibilidade de corvina e pescada durante todos os meses do ano, porém a disponibilidade de pescada é menor atualmente.
- O camarão sete barbas e o cação viola foram os recursos que sofreram maior redução na sua disponibilidade em 50 anos.

- Percebe-se pouca diferença na disponibilidade de pescada e anchova durante o período analisado pelos participantes da ferramenta.
- Tanto há 50 anos como agora, há sardinha durante todo o ano, porém, em pouca quantidade entre os meses de janeiro e outubro.
- Enquanto há 50 anos capturava-se uma tonelada de corvina por meio da modalidade de rede de fundo em apenas um dia, nos dias de hoje os pescadores precisam ficar no mar entre 4 e 7 dias para capturar essa mesma quantidade, aumentando o esforço e os custos da pescaria.

O “Calendário Sazonal” também trouxe uma reflexão em relação aos petrechos utilizados para a captura de cada recurso pesqueiro citado (Figura 28). Os participantes da ferramenta explicaram que a quantidade de rede utilizada nas pescarias aumentou consideravelmente em 50 anos, por exemplo:

- Enquanto usava-se de 10 a 15 panos¹¹ de redes para a pescaria de cação, corvina e anchova, atualmente são usados entre 80 e 200.
- Para a pesca de cavala eram utilizados 10 panos de rede e atualmente são usados entre 40 e 50.

Por meio das entrevistas e da ferramenta “Matriz de Pesca” (Figura 24), as modalidades de pesca praticadas em Rio das Ostras foram brevemente caracterizadas:

a) Pesca de Linha

Há cerca de 10 embarcações (9 e 10 metros) utilizadas para a pesca de linha de mão, que consiste em um petrecho constituído por um fio ao qual se une um ou vários anzóis iscados. Neste caso se usam linhas secundárias a partir da linha principal, colocando-se, nas extremidades daquelas os anzóis iscados; na extremidade da linha principal se faz necessário um prumo¹².

¹¹ 1 pano de rede equivale a 30 braças.

¹² Um peso de ferro ou chumbo usado para esticar e afundar a linha com os anzóis.

Até seis pescadores por embarcação participam da pesca de linha, sendo que o mais comum é a participação de três ou quatro. Ressalta-se que esta modalidade é praticada apenas por homens e os principais peixes capturados são: pescado, pargo, namorado, badejo e garoupa.

b) Arrasto

Em Rio das Ostras há 15 embarcações (9 e 10 metros) equipadas para a pesca de arrasto, modalidade onde participam dois pescadores por embarcação. Uma ou duas redes são utilizadas, sendo que cada uma mede 8 braças (aproximadamente) de boca, entre 15 a 20 malhas no corpo e de 10 a 15 malhas no ensacador. Os principais recursos marinhos capturados são o camarão sete barbas e o camarão VG.

Um pescador de arrasto relatou que considera razoável uma pesca mensal onde a venda da produção fique entre R\$ 2.300,00 e R\$ 2.500,00. Porém, ressaltou que o gasto para esta pescaria durante o mês é de aproximadamente R\$ 1.200,00. Ou seja, seu lucro mensal está entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.300,00.

c) Rede de Fundo

A pesca com rede de fundo é a que apresenta a frota mais significativa de Rio das Ostras, composta por cerca de 30 embarcações (9 e 11 metros), sendo a maioria equipada com guincho, para facilitar a retirada da rede do mar.

A Figura 29 apresenta uma embarcação preparada para uma pescaria de rede de fundo.



Figura 29: Detalhe dos artefatos (âncoras, ancorotes ou corotes) para fixação da rede de emalhe de fundo.

Na pesca de rede de fundo são utilizadas de 75 a 150 panos de rede com malha que varia entre 35 a 70 mm entre nós adjacentes e sua altura varia de 25 a 50 malhas (de 2 a 4 metros).

Na pesca de emalhe participam de 2 a 4 pescadores por embarcação e os principais recursos pesqueiros capturados são a pescadinha e goete, sendo utilizada malha de 35 mm. Também merecem destaque: castanha (capturada com malha de 35 mm); corvina e cação (anjo/viola) capturados com malha de 70 mm.

Durante a aplicação da ferramenta “Rotina Diária” com uma pescadora, a participante detalhou sobre a pesca com rede de fundo (Figura 30). Segundo o seu relato, costuma acordar por volta das 3h e sai de casa às 4h da manhã (para mirar a rede). O tempo de viagem depende da distância do pesqueiro, mas navegam em torno de uma hora. Às 5h da manhã, aproximadamente, a pescadora e seu marido começam a puxar a rede e o tempo dedicado a esta atividade depende da quantidade de peixe e das condições do mar e velocidade do vento. Em condições consideradas normais pela entrevistada, esta atividade termina por volta das 12 horas. Em seguida, fazem um intervalo para gelar o peixe, lavar a rede e comer um lanche preparado por ela na noite anterior. Novamente a rede é lançada, para ser recolhida na madrugada seguinte. Por fim, retornam para a casa, chegando por volta das 15h, horário em que começa a limpar os peixes e o barco. Na

safra do robalo os pescadores entrevistados saem de casa às seis horas da manhã e retorno por volta das nove horas. Nesses dias ainda voltam novamente às 17:00 horas para mirar (vistoriar) a outra rede. No robalo o trabalho é bem dividido, quando um dos pescadores cansa, o outro assume a função.

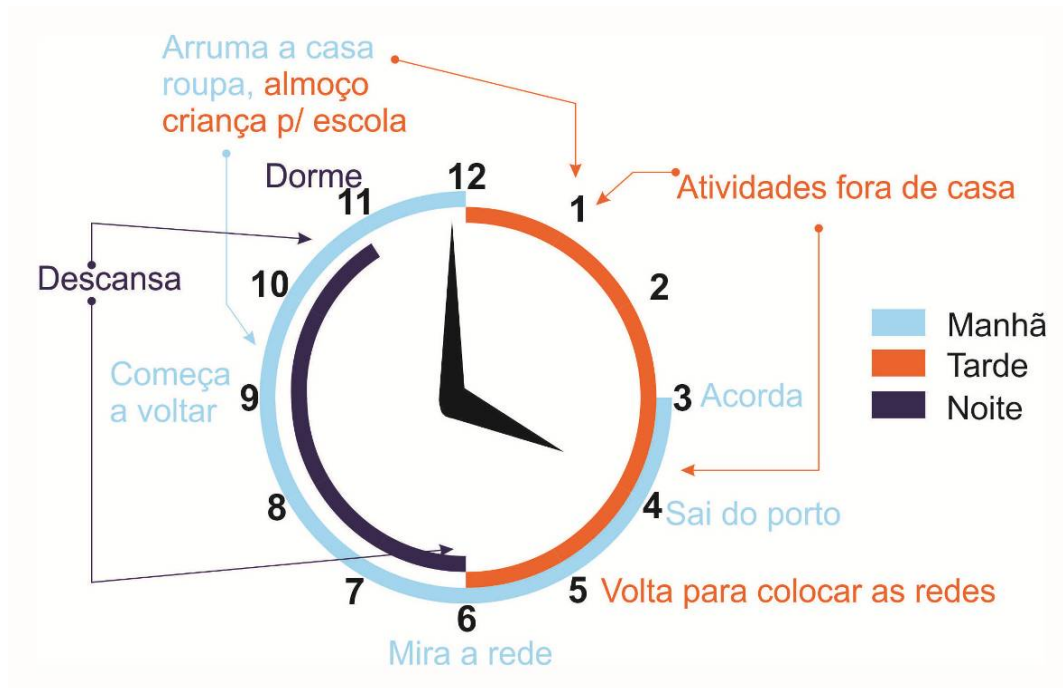


Figura 30: "Rotina Diária" elaborada por uma pescadora de rede de fundo.

A "Rotina Diária" elaborada por uma outra pescadora de rede de emalhe (de fundo) evidencia que a entrevistada chega a utilizar onze horas do dia se dedicando à pesca (Figura 31). Além de pescar (puxar e lançar a rede), a entrevistada também tira os peixes da rede, gela o pescado e prepara o rancho.

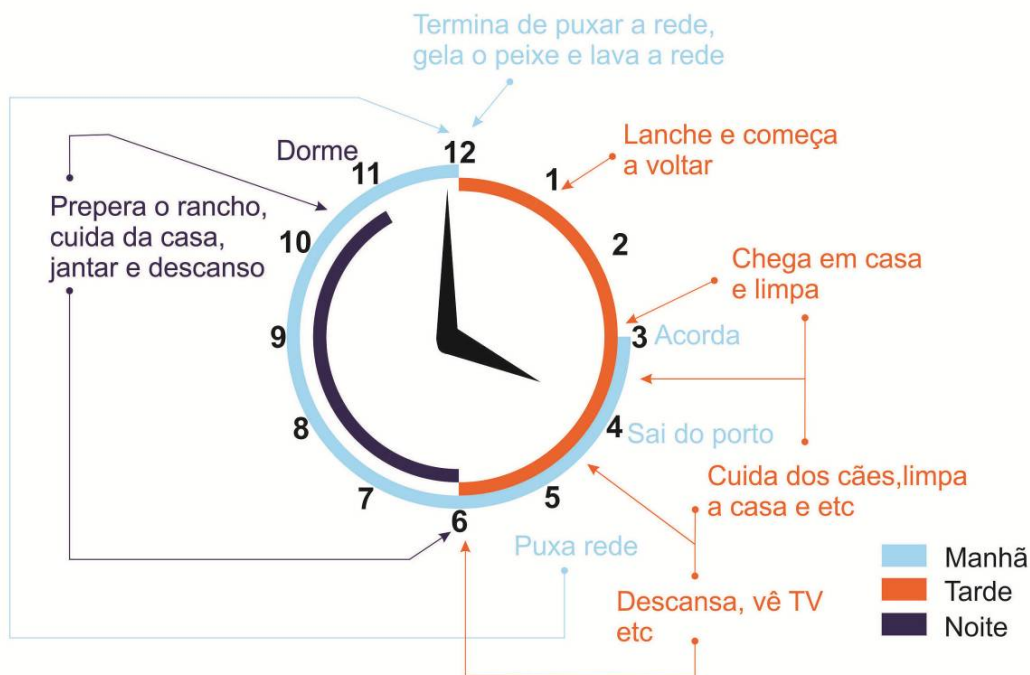


Figura 31: "Rotina Diária" elaborada por uma pescadora de rede de fundo.

d) Rede Caída

A pesca de rede caída conta com cerca de 10 embarcações (9 a 11 metros) equipadas com rede de emalhe de comprimento de 900 a 1.000 braças (30 a 35 panos de rede). Sua altura possui 100 a 150 malhas e a malha utilizada tem de 60 a 90 milímetros entre nós. A maioria das embarcações possui guincho, para facilitar a retirada da rede do mar.

Na pesca de rede caída participam dois ou três pescadores por embarcação e essa modalidade é exclusivamente praticada por homens.

Os principais recursos pesqueiros capturados são: cavala, mas destacam-se também a anchova, guaibira, sarda e bonito.

e) Engodo

A pesca de engodo é de superfície e é realizada no verão, o pescador lança no mar pedaços de peixes para atrair as categorias desejadas e em seguida, lança a linha de mão. Cerca de seis embarcações de 9 metros são utilizadas nesta modalidade, onde duas

ou três pessoas atuam por embarcação. Apenas os homens pescam com engodo e os principais recursos capturados são a anchova e a bicuda.

f) Currico

O currico é uma pesca de superfície onde a embarcação reboca duas ou mais linhas e atuam duas pessoas por embarcação. Estas linhas possuem em sua extremidade um distorcedor podendo ter um empate de aço ou não entre o distorcedor e o anzol. Também há a opção de utilizar ou não as iscas artificiais. Em Rio das Ostras, todas as embarcações atuam nesta modalidade, cujos principais recursos capturados são a cavala e a bicuda.

Durante a aplicação da ferramenta “Rotina Diária” com uma pescadora da modalidade currico, foi relatado que ela e seu marido acordam às 3h, saem às 4h do porto e chegam ao pesqueiro por volta das 5h. Geralmente ficam até as 8h pescando, mas, dependendo do sucesso, prolongam o tempo de pescaria (Figura 32).



Figura 32: "Rotina Diária" elaborada por uma pescadora de currico.

g) Extração (ou catação) de Mexilhão

Há apenas uma embarcação (5,5 metros) que é utilizada para a extração de mexilhão. Uma ferramenta denominada cavadeira é utilizada para extrair os mexilhões diretamente

das pedras. Por isso, o tempo dedicado à atividade está condicionado pela altura da maré.

A Figura 33 evidencia o tempo de dedicação no processo que abrange a extração dos mexilhões (cerca de seis horas), o cozimento, a lavagem e por fim, a comercialização do produto (cerca de cinco horas).



Figura 33: “Rotina Diária” elaborada por uma catadora de mexilhão.

Os pescadores entrevistados relataram que é preciso coletar os mexilhões com cautela para preservar as sementes e garantir a continuidade da produção.

Esta modalidade conta com a participação de um homem e duas mulheres (pai, mãe e filha). O homem também executa a tarefa de carregar o peso (saco com mexilhões coletados) e todos participam da extração e da etapa de debulhar os mariscos coletados para então comercializá-los, sendo que esta última atividade dura cerca de quatro horas.

Durante o levantamento de dados primários, alguns entrevistados comentaram sobre a captura de lagosta por meio de mergulho com compressor, atividade que não é mais realizada atualmente. Por outro lado, também ocorre a captura desse recurso com rede de fundo. A melhor época para a captura de lagosta, encontrada em meio a pedras localizadas em águas claras, é no verão.

Quanto aos pescadores, foi relatado que o camarão sete barbas é capturado entre a Ilha de Santana (município de Macaé a noroeste do município de Rio das Ostras) e a costa. Já o camarão VG, é encontrado a partir da Ilha de Santana (alto mar). Outro pescador visitado pela frota do município é o da Pedra Alta, onde o principal recurso capturado é a cavala.

Os cardumes de sardinha encontram-se nos municípios de Cabo Frio e Armação dos Búzios e o cação marimbondo é pescado em Atafona, município de São João da Barra (RJ).

Todos os relatos de pescadores evidenciaram que a cada ano os pescadores distanciam-se mais, sendo necessário navegar por mais horas até encontrar os cardumes. Um dos exemplos citados foi sobre a pesca de corvina. Segundo o relato, há 50 anos esse recurso era pescado bem próximo à costa e atualmente é necessário navegar por 6 horas até encontrar os cardumes. A necessidade de pescar cada vez mais longe da costa consiste em um dos motivos que levam parte dos pescadores a desejar a aquisição de barcos maiores e mais potentes.

Em relação ao beneficiamento e comercialização do pescado, foi relatado que antigamente o peixe, limpo e escalado¹³, também era comercializado diretamente entre os pescadores e turistas.

Segundo o relato de pescadores e comerciantes, é antiga a prática onde o comerciante fornece insumos para a pescaria. Antigamente, havia um frigorífico que fornecia 1 Kg de sardinha (isca) para a pesca e essa quantidade estava limitada à capacidade de escoamento do pescado, já que havia mais recursos pesqueiros do que a capacidade de consumo da região. O comerciante que atua embaixo da ponte sobre o rio das Ostras há três anos relatou que fornece gelo e óleo diesel a cerca de cinco barcos que pescam de rede de emalhe. O “Fluxograma de Comercialização” elaborado junto a este comerciante mostra que quando os pescadores passam de 5 a 10 dias no mar, fornece cerca de 130 caixas de 20 kg de gelo e até 500 litros de óleo diesel por embarcação. Já

¹³ Escalar é a atividade de abrir os peixes pelo dorso, retirar as vísceras, fazer cortes paralelos no peixe e salgá-lo.

quando a pescaria é realizada em apenas um dia, fornece entre 60 e 80 litros de óleo e até 4 caixas de gelo por embarcação (Figura 34).

Sobre o escoamento da produção, o entrevistado explicou que possui caminhão frigorífico próprio e comercializa o pescado em peixarias locais e em Barra de São João (Tamoios, segundo distrito do município de Cabo Frio, RJ). Além de vender a varejo, quando há pescado em maiores quantidades o entrevistado comercializa para atravessadores¹⁴ de Macaé (RJ). Quanto à comercialização direta nos grandes mercados, como as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S/A – CEASA/RJ, o entrevistado considera que não é vantajoso no sentido da lucratividade, pois são altos os gastos com combustível, taxas, e estacionamento, entre outros (Figura 34).

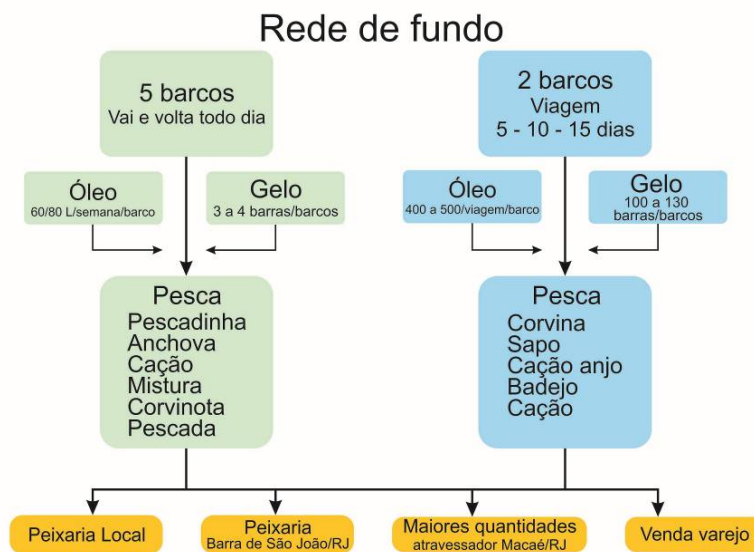


Figura 34: “Fluxograma de Comercialização” elaborado por um atravessador (comerciante).

Há cerca de cinco peixarias em Rio das Ostras e a maioria concentra-se na localidade denominada Boca da Barra (Figura 35). De modo geral, as peixarias abrem para o público a partir das 7h e funcionam até as 17h. Já aos domingos e feriados, o horário de funcionamento é diferenciado: o estabelecimento abre e fecha mais cedo.

¹⁴ Atravessadores são comerciantes que compram o pescado em maior quantidade para revender em grandes mercados.



Figura 35: Peixaria localizada no bairro Boca da Barra.

Ao aplicar a ferramenta “Fluxograma de Comercialização” junto a uma proprietária de peixaria, foi relatado que cerca de 60% do pescado comercializado no estabelecimento é adquirido diretamente com pescadores de Rio das Ostras e 40% é comprado no CEASA/RJ e com atravessadores dos municípios de Cabo Frio e Macaé (RJ), Anchieta (ES) e Santos (SP). Quanto às vendas, relatou que sua clientela é composta principalmente por famílias (moradores e turistas), ou seja, vende direto aos consumidores. Outros pontos de comercialização são em Pontal de Santo Antônio e Unamar (bairro de Tamoios, segundo distrito de Cabo Frio), Macaé e São João da Barra, municípios do estado do Rio de Janeiro (Figura 36).

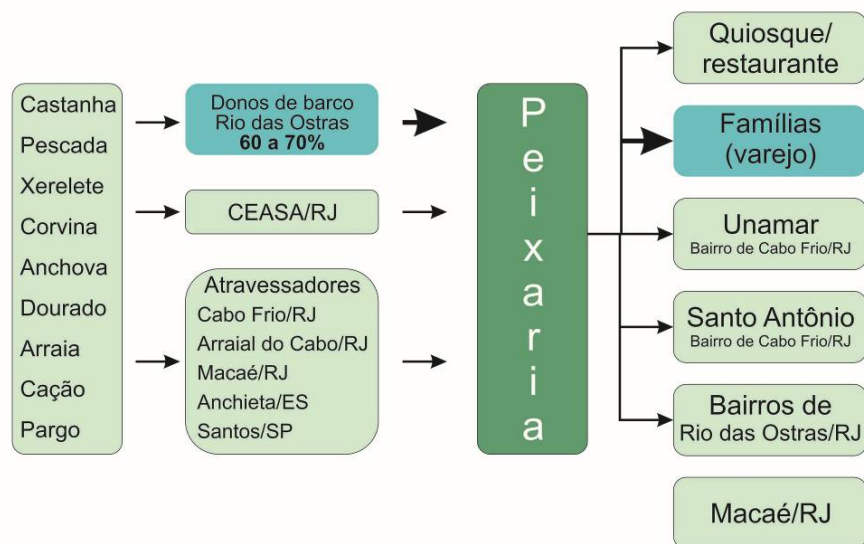


Figura 36: “Fluxograma de Comercialização” elaborado por uma proprietária de peixaria.

Outra comerciante entrevistada relatou que prefere comprar diretamente dos pescadores de Rio das Ostras, mas devido à pouca produtividade, negocia também com pescadores de Macaé e adquire camarão cinza de cultivo oriundo do estado do Rio Grande do Norte.

Segundo o relato de pescadores, há comercialização direta nas peixarias locais, mas alguns preferem negociar em Barra de São João, cujo preço chega a ficar 10% maior que em Rio das Ostras, aumentando o lucro da produção.

Tanto os pescadores como o comerciante que atua embaixo da ponte sobre o rio das Ostras concordam sobre a necessidade de um local adequado para a comercialização do pescado, onde o pescador pudesse comercializar sua produção diretamente aos consumidores, sejam eles moradores, turistas ou demais comerciantes. Quando Rio das Ostras ainda fazia parte do município de Casimiro de Abreu, esta prefeitura construiu boxes onde 15 famílias de pescadores comercializavam o pescado oriundo das suas pescarias. No local que abrigava esses 15 boxes de 2 m² estão, atualmente, funcionando três peixarias particulares.

Já o terminal pesqueiro de Rio das Ostras, cujo trâmite legal e construção civil duram cerca de 10 anos, está inacabado e hoje abriga, em condições precárias, os carpinteiros navais e o mecânico de motores a diesel (Figura 37). A estrutura deverá compor, além

do guincho já instalado e em uso, uma fábrica de gelo, estaleiro artesanal, atracadouro para desembarque e câmara de resfriamento, além da instalação de uma bomba de abastecimento que a Colônia de Pescadores Z-22 tenta viabilizar.



Figura 37: Terminal pesqueiro inacabado, localizado à margem do rio das Ostras

O terminal pesqueiro inacabado é hoje um local onde se concentra a oferta de serviços de carpintaria naval e mecânica de motores a diesel, abrigando os equipamentos necessários para a realização desses serviços e um guincho, utilizado para deslocar as embarcações para a terra. As condições de trabalho são consideradas precárias e não há apoio da prefeitura municipal. A luz é custeada pelos profissionais atuantes e é utilizada água extraída do rio para a execução das atividades. Por não ser uma estrutura oficialmente em funcionamento, não há segurança e por isso, o local é prejudicado por vandalismo e furtos de máquinas e equipamentos. Alguns entrevistados consideram que as obras do terminal pesqueiro devem estar atreladas à dragagem do rio das Ostras, pois a entrada e a saída das embarcações ocorrem de acordo com as condições da maré.

Na visão de muitos entrevistados, questões políticas do município também se configuram como um fator que impede a conclusão da obra. Para o coordenador de pesca e aquicultura da secretaria municipal do ambiente, a obra será concluída assim que houver recurso financeiro que complemente o que já foi destinado pelo Estado.

A infraestrutura para a atividade pesqueira no município de Rio das Ostras é bastante precária. Existem dois atracadouros, um na Boca da Barra (Figura 38 A) e outro na Praia do Cemitério (Figura 38 B). Atualmente, ambos estão sendo reformados.



A



B

Figura 38: Atracadouros.

O pescado também é desembarcado embaixo de pontes (Figura 39 A) e ao longo da Av. Linda, que se localiza à margem do rio das Ostras (Figura 39 B).



A



B

Figura 39: Pontos de desembarque.

As fábricas de gelo do município tem como foco a venda de gelo para a atividade turística e encontram-se distantes dos pontos de desembarque, assim como os postos de abastecimento, dificultando o abastecimento das embarcações.

O comerciante que trabalha em baixo da ponte sobre o rio das Ostras declarou que havia um projeto para a construção de um mercado de peixe no local, mas o mesmo foi cancelado e há agora um posto de saúde, construído recentemente. Nas suas palavras: *“teve até o projeto, mas ele foi para o espaço”*.

Ao longo do trabalho de campo, foram identificados os seguintes conflitos:

- Entre pescadores de rede caída e pescadores de linha: os pescadores de linha consideram que a pesca de rede caída contribui para aumentar as dificuldades de produção por meio da pesca de linha, “espantando” os cardumes.

- Pescadores e a pesca de traineira: os pescadores consideram que a pesca de traineira é predatória, criminosa e “antidemocrática”, pois a mesma “dizima” os cardumes. Porém, ressalta-se que não há traineiras em Rio das Ostras e por isso, referem-se à pesca praticada por municípios vizinhos.
- Prefeitura Municipal de Rio das Ostras e Colônia de Pescadores Z-22: devido a questões políticas e à interrupção da construção do terminal pesqueiro. Há entrevistados que consideram esse conflito mais a nível pessoal do que institucional.

A Colônia de Pescadores Z-22 é a entidade representativa dos pescadores de Rio das Ostras e inclui em sua jurisdição o município de Casimiro de Abreu. Atualmente conta com 50 associados. A instituição é mantida através do pagamento de mensalidades dos associados e está localizada em uma sala cedida pela prefeitura municipal, no prédio onde funciona o posto de saúde da Boca da Barra.

A atuação da prefeitura junto à atividade pesqueira ocorre através da Coordenação de Pesca e Aquicultura, vinculada à Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade, Agricultura e Pesca – SEMAP. Todos os entrevistados que citaram a prefeitura não reconhecem que há apoio do município para a atividade pesqueira. Ao ser entrevistado, o coordenador falou dos esforços para a finalização da construção do terminal pesqueiro e a continuidade do Projeto Saúde do Pescador.

O posto de saúde da Boca da Barra implementa, há um ano, o projeto Saúde do Pescador, que atende a 50 pescadores de Rio das Ostras e as suas esposas. O projeto oferece um horário de atendimento flexível para poder atender os pescadores, e os profissionais envolvidos (dentistas, clínicos e médicos da saúde do trabalhador) possuem perfil diferenciado para conquistar a confiança e incentivar a adesão dos pescadores ao projeto. Segundo a coordenadora do projeto, os problemas mais recorrentes estão relacionados à saúde oral, pressão arterial, ácido úrico, complicações na próstata e postura, devido aos esforços funcionais da atividade de pesca. Atualmente o projeto tem como foco a prevenção de doenças e passa a incluir os filhos de pescadores.

Quanto às expectativas em relação à atividade pesqueira, algumas questões foram ressaltadas pelos entrevistados:

- Devido à instabilidade dos rendimentos advindos da pesca, os jovens estão buscando profissões que ofereçam salário fixo e raramente se interessam em seguir a profissão de pescador como os seus pais. Há o anseio por trabalhar em atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás.
- Há o desejo de que o rio das Ostras seja dragado, aumentando sua profundidade em dois ou três metros, para facilitar a entrada e saída das embarcações.
- Alguns entrevistados não acreditam na finalização das obras do terminal pesqueiro e atribuem essa desesperança às questões e conflitos políticos do município. Por outro lado, reconhecem que o funcionamento do entreposto traria benefícios a atividade de pesca artesanal, especialmente se esse empreendimento estiver associado à dragagem do rio.
- Um dos entrevistados considera que os pescadores não se organizam e nem reconhecem sua capacidade enquanto classe social.
- Há o desejo, por parte da coordenação de pesca e aquicultura (SEMAP) de implementar fazendas marinhas (piscicultura marinha e maricultura) em Rio das Ostras, como estratégia para manter o estoque pesqueiro: *“o próximo passo é criar fazendas marinhas. É uma solução para manter o estoque pesqueiro”*.
- A coordenação de pesca e aquicultura (SEMAP) considera que o licenciamento de atividades petrolíferas na região deveria exigir, como condicionante, a implantação de recifes artificiais.

IV.2 O papel das mulheres na atividade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras

Em Rio das Ostras, as mulheres atuam como redeiras, beneficiadoras, comerciantes, pescadoras, catadoras de mexilhão e em outras atividades que dão suporte aos maridos

pais e filhos pescadores e complementam a renda familiar. Por outro lado, verificou-se que não há participação das mulheres no que se refere à representação da classe por meio da Colônia de Pescadores Z-22.

Redeiras

A atuação como redeiras se resume ao remendo das redes utilizadas pelos maridos, pais e filhos pescadores, sendo que esse ofício é aprendido com as suas mães e também com os pescadores. O remendo de redes realizado pelas mulheres geralmente não é uma atividade remunerada e sim uma ajuda à atividade de pesca realizada pelos seus parentes. Neste sentido, quando a mulher (seja filha, mãe ou esposa) remenda a rede é evitado o gasto e conseqüentemente essa economia ajuda a compor o orçamento familiar. Um fato percebido durante as atividades de campo é que, enquanto os homens remendam as redes publicamente (ruas, praças), as mulheres exercem essa atividade nas suas casas.

Beneficiadoras

Segundo os relatos, o beneficiamento realizado pelas mulheres era bastante comum cerca de 50 anos atrás, na época em que o peixe era limpo e escalado (salgado) nos quintais de casa e antecedia a venda do pescado diretamente aos turistas. Essa atividade geralmente era desenvolvida por mães, esposas e filhas de pescadores, sendo que os homens não realizavam esse serviço por ser uma atividade considerada desvalorizada. Atualmente há uma inversão deste contexto. Embora ainda existam mulheres que lavam, limpam, gelam e filetam os peixes em casa, há a estrutura das peixarias onde os beneficiadores homens são a maioria. O beneficiamento realizado em casa geralmente é fruto da produção capturada por maridos, pais e filhos e não é um serviço remunerado. Em poucos casos há o beneficiamento de peixes capturados por outros pescadores e neste caso, o serviço é cobrado de acordo com a quantidade de pescado. Já nas peixarias, a remuneração é fixa e independente da quantidade de pescado beneficiado.

Comerciantes

Em Rio das Ostras, as mulheres são bastante envolvidas na comercialização do pescado. Há aquelas que são atuantes e até mesmo donas de peixarias, sendo que todas são

esposas, ex-esposas, mães ou filhas de pescadores. O trabalho nas peixarias abrange não só a comercialização do pescado (compra do pescado e venda aos clientes), mas a limpeza do ambiente, arrumação do pescado que estará à venda, a gestão do estabelecimento e o atendimento ao cliente. As mulheres que pescam também atuam na comercialização e ajudam os seus maridos na negociação dos valores e na entrega do pescado. Não foram identificadas mulheres atuando como atravessadoras.

Pescadoras

Conforme os relatos, cerca de 50 anos atrás era comum mulheres que pescassem junto aos seus maridos. Porém, devido à idade avançada, hoje não pescam mais, mas contribuem exercendo outras atividades como o remendo de redes e o trabalho nas peixarias.

Em Rio das Ostras foram identificadas três pescadoras atuantes: duas exercem a atividade de pescar junto aos seus maridos e uma, filha de um dos casais, participa esporadicamente da pescaria e da catação de mexilhão junto aos seus pais.

Uma das pescadoras pratica a pesca de rede de fundo, arrasto e currico. Já a outra, pesca de rede de fundo e quando está com a sua filha, pesca de currico e também extrai mexilhão. Tal constatação reforça que, assim como os pescadores homens, as mulheres que pescam também possuem a habilidade de utilizar diferentes petrechos e, dessa forma, oscilar entre modalidades de pesca diferentes (Figura 24).

Durante as entrevistas realizadas com diferentes atores da atividade de pesca artesanal marinha do município, todos os participantes reconhecem as duas mulheres (esposas) como pescadoras. Por outro lado, o coordenador de pesca e aquicultura, cargo vinculado à Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade, Agricultura e Pesca – SEMAP, afirmou que não há mulheres em Rio das Ostras que praticam a pesca artesanal.

Durante a pesca, as duas mulheres entrevistadas relataram que realizam as mesmas atividades que os seus maridos, ressaltando que há bastante cooperação nas atividades: “*quando cansa um o outro assume*” (pescadora). No caso da extração de mexilhão, embora ambos façam o serviço de raspar os espécimes das pedras, cabe ao homem a tarefa de carregar os sacos pesados, cheios de mexilhões coletados. Tanto o homem

como a mulher debulham os mexilhões, mas é a mulher quem os limpa e cozinha, de forma a prepará-los para a venda. Geralmente também é a mulher que entrega essa mercadoria aos compradores.

Outro aspecto relatado refere-se à participação das mulheres na pesca para que todo o lucro advindo da atividade fique dentro de casa, para usufruto da família.

Em relação à divisão dos lucros oriundos da pesca, foi aplicada a ferramenta “Partilha de Renda”, tendo como exemplo a pesca de rede de fundo cuja venda do pescado resultou, hipoteticamente, em R\$5.000,00 (Figura 40). Ao observar a ferramenta, percebe-se que a partilha é realizada da seguinte forma: metade do valor (R\$ 2.500,00) pertence ao dono da embarcação para cobrir as despesas relacionadas à manutenção do barco; uma parte de R\$ 1.500,00 é destinada ao dono do barco, pela pescaria; R\$ 500,00 é extraído da conta para cobrir as despesas, como gelo, rancho (alimentação) e combustível; e R\$ 500,00 consiste no pagamento do “camarada”, seja este ator a esposa do pescador ou outro ajudante. Desta forma, neste caso específico, entende-se que não há diferença na partilha de renda quando o pescador é homem ou mulher, mas a entrevistada reforçou que isso é um acordo firmado entre o casal. Porém, cabe ressaltar que a pescadora passou três anos sem receber pelo seu trabalho na pesca, por ser aprendiz.

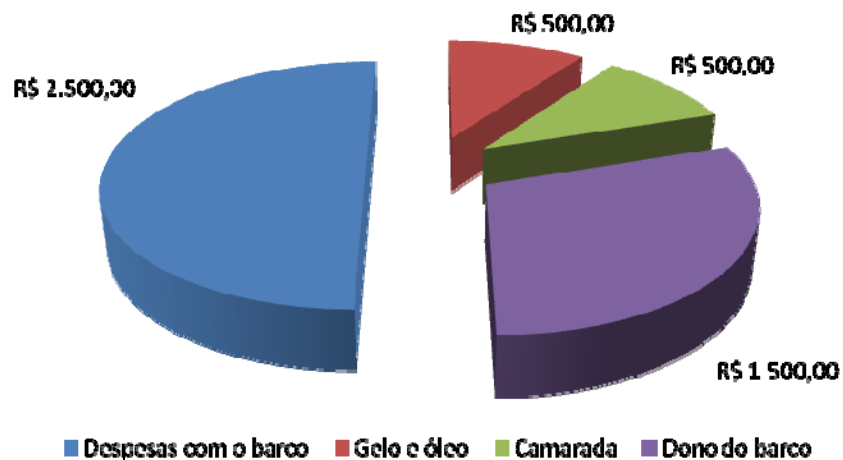


Figura 40: “Partilha de Renda” da pesca de rede de fundo, elaborada por pescadora e ex-pescadoras.

Suporte à família e complemento da renda familiar

Ao entrevistar pescadoras, ex-pescadoras e esposas de pescadores, identificou-se que há outras duas formas de contribuir com a atividade dos pescadores: uma consiste no suporte dado dentro de casa, por meio da execução de tarefas domésticas e a outra na realização de serviços que não são ligados à atividade pesqueira. A afirmação de uma ex-pescadora reflete essa realidade: *“as mulheres estão procurando outros empregos para ajudar no orçamento”*. No primeiro caso, o apoio dentro de casa consiste na gestão e no cuidado do lar e dos familiares, para que o pescador não tenha outras preocupações além dos resultados da pescaria. Já o segundo caso consiste em contribuir diretamente na composição do orçamento familiar, visto que a renda oriunda da atividade pesqueira é irregular e oscila significativamente ao longo do ano. De acordo com os relatos, muitas vezes é o trabalho da mulher que garante o sustento do lar. Prezando a garantia do orçamento familiar, tendo em vista que as rendas obtidas por meio da pesca são oscilantes, um pescador explica porque não incentiva sua esposa a acompanhá-lo na pesca: *“às vezes penso em colocar um guincho e levar a mulher, mas tem vezes que o sustento vem dela”*.

As duas pescadoras entrevistadas relataram sobre a jornada dupla de trabalho, pois além das atividades relacionadas à pesca também realizam tarefas domésticas: cuidar de membros da família e dos cachorros; lavar e passar roupas; fazer almoço, jantar e preparar o lanche a ser levado na pescaria; cuidar da casa e resolver questões na rua como pagamento de contas, compras, entre outras.

A “Matriz de Uso do Tempo” elaborada por uma pescadora apresenta, em uma escala de zero (nenhuma) a três (muita), a ajuda que recebe do marido e do filho em cada atividade que executa. Ao observar a Figura 41, percebe-se que a pescadora entrevistada recebe uma significativa ajuda do marido nas questões relacionadas à pesca (exceto na atividade de gelar o pescado) e ao cuidado da família. Por outro lado, não há apoio do marido nas atividades relacionadas ao cuidado da casa. Já o filho do casal se dedica a ajudar bastante no cuidado da família e também ajuda, em menor intensidade, nas tarefas relacionadas ao cuidado da casa e à pesca, como soltar e puxar a rede, lavar o barco, limpar e lavar os peixes. Para as atividades de remendar redes, gelar e comercializar o pescado não conta com a ajuda do filho.

Pescadora	Marido	Filho
Pesca (solta e puxa a rede; lava o barco)	● ● ●	●
Limpa e lava os peixes	● ● ●	● ●
Gela os peixes	● ●	
Comercializa os peixes	● ● ●	
Remenda a rede	● ● ●	
Cuida da casa		●
Cuida da família	● ● ●	● ● ●

Figura 41: “Matriz de Uso do Tempo” segundo pescadora de rede de fundo.

A ferramenta “Matriz de Uso do Tempo” também foi aplicada junto à outra pescadora artesanal de Rio das Ostras, conforme ilustra a Figura 42. Neste caso, o marido da pescadora se dedica bastante na extração de mexilhão, pescaria de currico e rede de fundo (cujo alvo é a captura de robalo), e na tarefa doméstica de cozinhar. A filha se dedica com grande intensidade na extração de mexilhão e atua com a mesma intensidade que os seus pais. A pescadora relatou que prefere realizar as tarefas domésticas sem a ajuda de outra pessoa, sendo rara a ajuda de seu filho ou neta. Para ela, isso garante que as coisas sejam feitas à sua maneira.

Pescadora	Marido	Filha	Filho	Neta
Currico	● ● ●			
Catção de mexilhão	● ● ●	● ● ●		
Rede de fundo (Robalo)	● ● ●			
Cuidar da casa			● ●	● ●
Cozinhar	● ● ●			
Cuidar do neto				
Cuidar do marido				

Figura 42: “Matriz de Uso do Tempo” segundo pescadora de rede de fundo e catadora de mexilhão.

IV.3 Percepção de homens e mulheres em relação ao papel das mulheres na atividade pesqueira artesanal marinha de Rio das Ostras

O “Diagrama de Percepção” representado pela Figura 43 apresenta a percepção de uma pescadora, um pescador e uma ex-pescadora acerca das atividades realizadas pelas mulheres no âmbito da atividade pesqueira artesanal marinha de Rio das Ostras. Ao analisá-lo, tem-se que as mulheres entrevistadas consideram que as atividades desempenhadas pelas mulheres são muito importantes e as mesmas estão intensamente inseridas na atividade de pesca artesanal local. O pescador, também participante da abordagem, declarou ter a mesma interpretação das mulheres.

Durante o diálogo estabelecido com os participantes, destacam-se as seguintes percepções:

- O entendimento de que toda mulher deve estar junto ao homem em qualquer atividade.
- As esposas de pescadores desempenham muitas tarefas nas esferas produtiva e reprodutiva, sendo que as mesmas são vistas como um apoio.
- Cabe à esposa participar da vida do marido.
- Tanto quanto o homem, a mulher possui bastante responsabilidade na pesca.
- As mulheres desempenham um forte papel de incentivo, de forma a motivar o marido a pescar: *“muitas vezes o marido está desanimado e a mulher insiste para que ele vá mirar a rede no mar. Incentiva o marido para sair e ir pescar”* (pescadora).

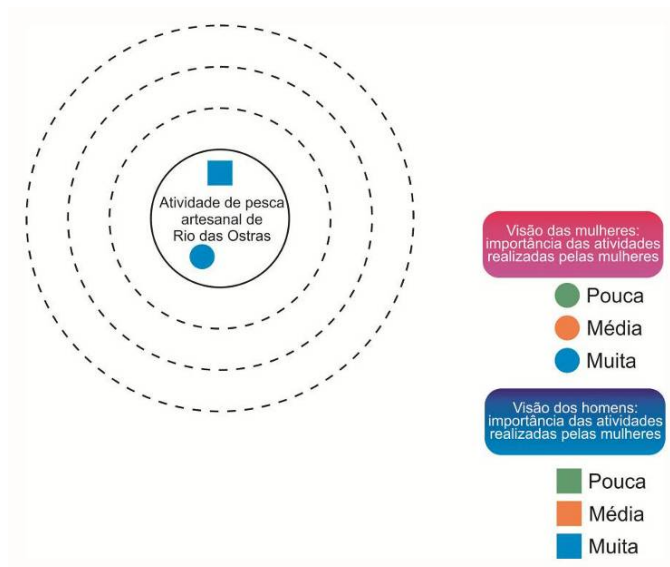


Figura 43: “Diagrama de Percepção” elaborado por uma pescadora, um pescador e uma ex-pescadora.

Por outro lado, identificou-se uma percepção contrária à descrita anteriormente. O “Diagrama de Percepção” elaborado por um pescador demonstra que o mesmo considera como média a importância das atividades desempenhadas pelas mulheres relacionadas à pesca artesanal (Figura 44). Ao analisar a ferramenta, percebe-se a distância estabelecida entre as mulheres e a comunidade pesqueira artesanal local. Dessa forma, de acordo com a percepção do pescador entrevistado, as mulheres estão pouco inseridas na atividade pesqueira realizada em Rio das Ostras.

Durante o diálogo estabelecido com esse participante, destacam-se as seguintes percepções:

- As mulheres não possuem relação direta com as atividades relacionadas à pesca artesanal.
- As mulheres apenas contribuem realizando as tarefas domésticas, como lavar as roupas do pescador quando ele volta da pesca.
- A importância das mulheres frente à atividade é pequena porque não há estrutura para que as mesmas realizem atividades consideradas “trabalho das mulheres”.

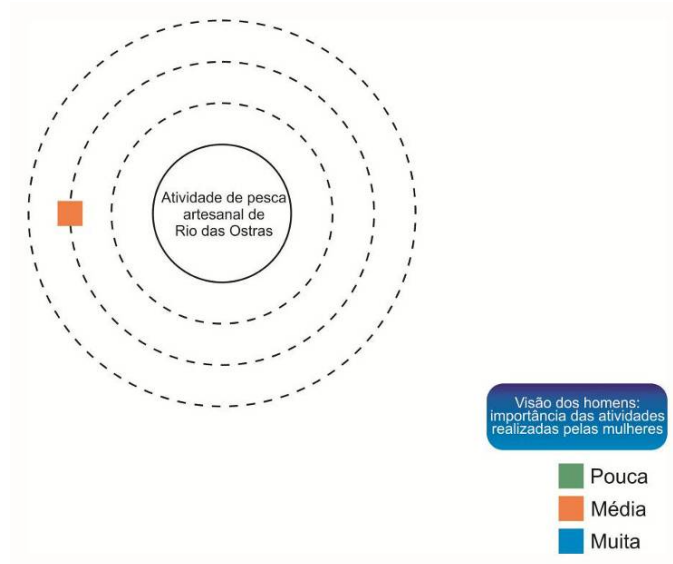


Figura 44: "Diagrama de Percepção" elaborado por um pescador.

Ao aplicar a ferramenta “Diagrama de Percepção” com uma pescadora e duas ex-pescadoras, obteve-se a percepção que as mesmas possuem acerca do papel desempenhado pelas mulheres na atividade de pesca artesanal local e também como elas percebem a visão dos homens (Figura 45).

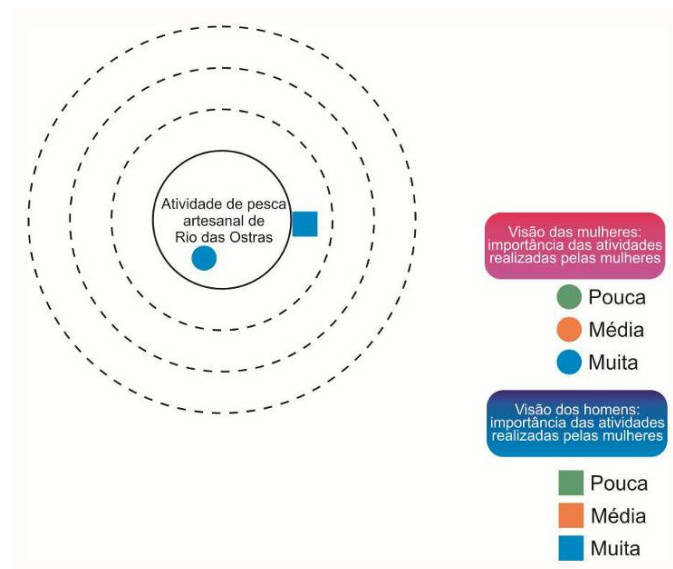


Figura 45: "Diagrama de Percepção" elaborado por uma pescadora e duas ex-pescadoras.

As mulheres entrevistadas consideram como muito importantes as atividades realizadas pelas mulheres e as veem como intensamente inseridas na atividade de pesca artesanal praticada no município. Em relação à percepção dos homens, as mulheres entrevistadas acreditam que eles também consideram muito importantes as atividades desempenhadas pelas mulheres, porém, as consideram à margem da atividade pesqueira artesanal de Rio das Ostras.

Durante o diálogo estabelecido, destacam-se as seguintes percepções que as mulheres entrevistadas têm em relação às atividades exercidas pelas mulheres:

- Empenham grande valor às tradições, valores e ensinamentos familiares.
- O orgulho por poder trabalhar e frustração quando não há oportunidade de estudar.
- O empenho na pesca tem como objetivo contribuir com a renda familiar e poupar os filhos da necessidade de trabalhar. O relato de uma ex-pescadora vêm de encontro com essa afirmação: *“já fui pescar com meu marido para o dinheiro ficar dentro de casa, para os filhos não irem trabalhar”*.
- Há busca por trabalho em outras áreas, como em casa de família, quiosques, entre outros.
- A percepção de ajuda mútua entre homens e mulheres no núcleo familiar.
- Foi manifestado o desejo de que haja representatividade feminina na esfera política, acreditando que uma mulher se dedicaria às demandas das mulheres da comunidade.
- Há a percepção de que cabe ao homem a função de provedor da família e à mulher, todas as demais funções. O relato de uma ex-pescadora reflete essa percepção: *“o homem se preocupa com colocar a comida na mesa, o resto é com a gente, cuidamos de tudo por trás”*.
- Apesar de considerar que tradicionalmente o homem nasceu para liderar, há o entendimento de que as mulheres precisam ser mais unidas e participativas.

- É relevante a importância das mulheres para a economia do lar, seja trabalhando na pesca ou exercendo outras atividades produtivas.
- Como o foco das mulheres é que sua renda esteja voltada às necessidades do lar, algumas relataram que é comum não terem dinheiro para arcar com as suas necessidades pessoais.
- Quando os peixes eram salgados, essa atividade cabia às mulheres por ser menos valorizada do que a pesca.
- As mulheres que pescam são consideradas corajosas e guerreiras. Nas palavras de uma pescadora: *“tenho orgulho, me considero uma guerreira!”*.
- O seguinte relato de uma ex-pescadora expressa tanto a natureza masculina da atividade de pesca quanto o orgulho pela capacidade que algumas mulheres têm de contribuir com essa atividade: *“as pessoas dizem que minha filha puxa rede que nem homem”*.
- As pescadoras já foram chamadas de doidas por outras mulheres da comunidade.
- Para as entrevistadas, por ser uma atividade bastante exigente, não é toda mulher que consegue trabalhar pescando: *“as mulheres da pesca são muito corajosas, saem no mar, pegam trovoadas e mar ruim”* (pescadora).

Durante a aplicação da ferramenta, as participantes foram convidadas a expressar como elas percebem a visão dos homens em relação às atividades desempenhadas pelas mulheres. A seguir, as percepções relatadas:

- Acreditam que a percepção dos homens em relação à importância das atividades das mulheres é individual, variando de homem para homem. Neste sentido, alguns homens reconhecem o valor das mulheres que pescam e outros não.
- Consideram que os maridos devem reconhecer que as mulheres possuem necessidades específicas, como o cuidado com a beleza.

- Apesar de acharem que os homens saibam que as mulheres contribuem nas atividades, as mulheres não se sentem reconhecidas ou valorizadas. De acordo com uma ex-pescadora: *“trabalho desde pequena e o trabalho da gente não tem valor. Acho que a mulher de pescador não tem valor, essas coisas machucam a gente”*.
- Por educação, o homem não valoriza a mulher, pois as atividades domésticas não revertem em dinheiro.
- As atividades que as mulheres exercem são uma obrigação.
- Alguns pescadores reconhecem a importância da participação das mulheres para a estrutura familiar.
- Os homens descarregam as suas frustrações nas mulheres.
- Há um sentimento de que os pescadores mais novos, com uma mentalidade mais aberta, valorizam as mulheres que atuam na pesca.

As proprietárias de peixarias também expressaram as suas percepções quanto às atividades realizadas:

- Uma das entrevistadas acredita que os homens a considera inteligente, pois é dona de uma das poucas peixarias que permaneceu em atividade na Boca da Barra.
- As mulheres são muito importantes porque estão diretamente envolvidas na parte empresarial das peixarias. Por outro lado, acha que os homens não percebem a importância das mulheres enquanto gestoras.
- As atividades desempenhadas pelas mulheres passam despercebidas pelos homens. Consequentemente, não há reconhecimento ou valorização.
- O relato de uma comerciante evidencia a invisibilidade do trabalho das mulheres em peixarias: *“Sempre tem uma mulher envolvida, mas faz parte da peixaria como os peixes”*.

Na visão do coordenador de pesca e aquicultura da Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade, Agricultura e Pesca – SEMAP, as mulheres dão grande apoio na pesca, pois além de trabalharem com as redes, exercem um papel na retaguarda, cuidando do marido, filhos e lar, assim como ocorre também em outras profissões.

A seguir, outras percepções expressas por pescadores e pescadoras durante as abordagens em campo:

- Pescadores consideram a pesca um serviço árduo e sacrificante e declararam o sentimento de tristeza por suas esposas trabalharem pescando, conforme o relato de um pescador: *“tenho sensação de tristeza. Penso que aquele serviço [pesca] não é para mulher. Não é por machismo, mas é um serviço muito pesado”*.
- Os pescadores aceitam a parceria das mulheres na pesca devido à falta de um parceiro confiável: *“a gente aceita a parceria delas com muito carinho, mas se sente desgostoso por ter a obrigação, por falta de parceiro. Bons pescadores são bem sacanas, estragam o material e não chegam na hora”* (pescador).
- Uma pescadora relatou que os homens consideram a atividade de pescar perigosa.
- Na visão de uma das pescadoras entrevistadas, os homens consideram que pescar é uma atividade de homem: *“eles não aceitam muito: acham muito perigoso e acham que é coisa de homem”* (pescadora).
- As pescadoras entrevistadas declararam que gostam de pescar.
- Uma pescadora disse que percebe respeito e admiração dos homens. Os homens se preocupam com ela.
- Uma pescadora acredita que é vista como uma guerreira pelos pescadores da comunidade.

Capítulo V: Discussão

V.1 Características da Atividade de Pesca Artesanal Marinha de Rio das Ostras

O levantamento de dados em campo apontou que a estimativa dos entrevistados em relação ao número total de pescadores em Rio das Ostras (50) se aproxima dos dados oficiais fornecidos pelo MPA em 14 de novembro de 2014, onde constam 58 pescadores artesanais inscritos no RGP (MPA, n.d.a).

Ao realizar uma caracterização da pesca artesanal de Rio das Ostras a partir do levantamento de dados primários junto a uma amostra de 11 pescadores do sexo masculino, AECOM (2011) consolidou o perfil desses profissionais e revelou informações relevantes sobre os mesmos.

Entre todos os entrevistados, 73% dos pescadores encontravam-se entre 20 e 39 anos de idade, sendo que a maioria (82%) dos pescadores residentes em Rio das Ostras não é natural do município e alegou que acompanhar e/ou constituir família e procurar trabalho foram os principais motivos que os levaram a deslocarem-se para o município (AECOM, 2011). Embora na comunidade de pesca artesanal de Porto da Madeira (Ilha do Sal, Cabo Verde) a maioria dos pescadores entrevistados tem idade acima de 35 anos, o que motivou os pescadores de outras localidades a migrarem para a ilha também foi a constituição de família e as novas oportunidades de trabalho (Fidalga *et al.*, 2014).

É interessante destacar que a caracterização apontou que a tradição familiar, o bom rendimento e o gosto pela atividade são as três principais razões que levaram os pescadores a se iniciarem na atividade pesqueira. Para esses atores, as principais vantagens relacionadas ao desenvolvimento da atividade pesqueira estão relacionadas à liberdade que a atividade proporciona: não ter patrão (45% das respostas, aproximadamente) e poder trabalhar quando desejar (18% das respostas, aproximadamente) (AECOM, 2011). Neste mesmo sentido, Ramalho (2004) reforça que a ideia de autonomia aliada à capacidade criativa de lidar com o mar é um importante elemento relacionado à noção da arte de ser pescador. O autor reforça que a arte de ser pescador artesanal apenas se consolida, para muitos pescadores, quando o domínio da arte

de pesca está aliado ao domínio de técnicas que permitem um melhor convívio com o mar. Neste mesmo sentido, Fidalga (*et al.*, 2014) ressaltam a importância do conhecimento da variação dos ciclos ambientais e da bioecologia para o pescador e para a pescaria. Durante o levantamento de dados primários, observou-se que os pescadores são responsáveis pelo embarque de insumos, manutenção dos petrechos, cuidados com a embarcação, captura, desembarque e comercialização do pescado. Os entrevistados definiram que o pescador é aquele que sustenta a si e sua família por meio dos rendimentos (incertos) da pesca.

De acordo com AECOM (2011), cerca de 70% dos pescadores trabalham entre 15 e 21 dias por mês, sendo que durante os períodos de maior produção (primavera e verão) a maioria da jornada de trabalho dos pescadores é entre 12 e 17 horas por dia e no período de menor produção (inverno e outono), a maioria trabalha entre 6 e 11 horas/dia.

Conforme os dados apresentados pela AECOM (2011), tanto os períodos de pesca (inverno e verão) como a faixa etária incidem em variações na renda mensal dos pescadores. Durante o período de menor produção, a maioria dos pescadores (36%) tem rendimentos entre R\$ 601,00 e R\$ 800,00 e 17% (aproximadamente) apresentam rendimentos mensais acima de R\$ 1.600,00. Já nos períodos de maior produção, pouco mais de 45% relataram rendimentos entre R\$ 1.501,00 e R\$ 2.000,00 e quase 10%, declararam rendimentos entre R\$ R\$ 3.001,00 e R\$ 5.000,00. Destaca-se que há grande contraste entre os menores rendimentos analisados em ambos os períodos: quase 10% declararam rendimentos entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00 no período de menor produção e esta mesma porcentagem declarou que no período de maior produção, os rendimentos variam entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00. Os pescadores entre 30 e 39 anos são os que possuem maior rendimento mensal proveniente da pesca nos períodos de maior produção (entre R\$ 2.001,00 e R\$ 5.000,00), mas a maioria dos pescadores artesanais do município recebe, neste mesmo período, entre R\$ 1.501,00 e R\$ 1.500,00 e está entre 20 e 29 anos de idade. Já os rendimentos mensais dos pescadores da comunidade de Palmeira (Ilha do Sal, Cabo Verde) oscilam entre 30 e 400 euros (entre R\$ 97,20 e R\$ 1.296) e, apesar de ser insuficiente para o sustento da família, 67% dos entrevistados consideram como razoável o modo de vida na pesca e 33% afirmam que é uma vida satisfatória (Eurohoje, 2014; Fidalga *et al.*, 2014).

A Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 inclui ao conceito de atividade pesqueira artesanal tanto o processamento do produto da pesca artesanal como os trabalhos de confecção e de reparos de artes, petrechos de pesca e de embarcações de pequeno porte (CCivil, n.d.a). Durante as atividades de campo buscou-se ouvir esses outros atores, considerando a sua relevância para a atividade pesqueira artesanal e a importância de incluir as suas perspectivas relacionadas à atividade realizada em Rio das Ostras.

Na perspectiva do mecânico naval, devido à falta de conhecimento e informação, os pescadores deixam a desejar na manutenção do motor das embarcações. Tal fato não só reduz a durabilidade do motor e de todo o sistema propulsor (que inclui também hélice e caixa redutora) como pode influenciar diretamente na segurança dos pescadores durante a navegação. Oliveira *et al.* (2009) comentam sobre um levantamento dos principais acidentes ocorridos com embarcações pesqueiras na região de Cabo Frio (município do estado do Rio de Janeiro), onde se identificou que a maioria desses acidentes ocorre por falha das máquinas, sendo comum a utilização de equipamentos antigos e em mau estado de conservação. Outra questão identificada foi a falta de qualificação, tornando os trabalhadores incapazes de resolver problemas simples de manutenção que aparecem durante a viagem. Tal questão vem de encontro à fala do mecânico naval de Rio das Ostras, que reforçou a importância dos cursos básicos de manutenção de motores a diesel, essenciais para manter o motor em boas condições e para realizar pequenos reparos em situações de apuros no mar. Cabe sinalizar que AECOM (2011) identificou que 63% dos pescadores entrevistados demonstrou interesse em frequentar cursos relacionados à atividade pesqueira, sendo a demanda mais expressiva entre os pescadores de 20 a 29 anos de idade.

Entre os demais atores identificados durante a aplicação das ferramentas participativas, cabe comentar o relevante papel do carpinteiro naval, ainda que os profissionais de Rio das Ostras realizem principalmente a manutenção e reparos das embarcações, serviços essenciais para a segurança dos pescadores durante a navegação. Ressalta-se que há três profissionais desta área atuando no estaleiro improvisado, um a mais do que em 2011, quando a AECOM (2011) realizou a caracterização da pesca local. Uma característica desses profissionais está baseada na tradição e no aprendizado a partir da tradição oral, onde seus mestres muitas vezes foram seus pais ou avós (Oliveira *et al.*, 2009).

Apenas 25% das embarcações da frota fluminense foram construídas a menos de 20 anos e caracteriza-se por ser antiga e mal dimensionada. Os autores também explicam que as embarcações antigas têm um custo de manutenção elevado e conseqüentemente agravam o custo do pescado que capturam (Oliveira *et al.*, 2009).

Um carpinteiro naval de Rio das Ostras relatou durante a aplicação da ferramenta “Matriz de Atividades” que a troca de madeiras e o calafeto são alguns dos serviços mais realizados e reforçou o caráter indeterminado destes serviços quando analisou o tempo para concluí-los, o lucro e a frequência das demandas. Neste sentido, cabe trazer à reflexão algumas questões que contribuem para o entendimento dessa realidade. Segundo Oliveira *et al.* (2009), um dos riscos para as embarcações de madeiras consistem nas perdas de materiais devido às pragas, que podem deixar as tábuas ocas. Já a construção tradicional de embarcações prevê o recebimento de um material chamado calafeto (resina epóxi), utilizado entre a união das tábuas com o objetivo de impermeabilizá-las. Quando o calafeto não está bem conservado, surgem pontos de alagamento que por sua vez contribuem para o apodrecimento das tábuas. Por isso, é necessário fazer a manutenção constante das embarcações de madeira e recomenda-se que o tabuado seja trocado anualmente.

Quanto à frota pesqueira de Rio das Ostras, levantamento de dados primários apontou em 40 o número de embarcações, todas motorizadas. Durante o monitoramento realizado pela AECOM (2011), 45 embarcações foram cadastradas, a maioria localizada na Boca da Barra. Embora haja uma diferença de pouco mais de 10% entre a estimativa dos pescadores ouvidos no levantamento primário e o cadastramento realizado pela AECOM (2011) quanto à quantidade de embarcações de Rio das Ostras, percebe-se que a caracterização dessas embarcações encontra-se alinhada entre as duas fontes de dados.

A maioria da frota é composta por barcos entre 8 e 12 metros e com casaria (83%), mas foram cadastrados também barcos de pequeno porte (até 8 metros) e sem casaria (11%), pequeno porte (até 8 metros) com casaria (4%) e de grande porte (entre 12 e 16 metros) com cabine (2%) (AECOM, 2011). Já os pescadores ouvidos durante as atividades de campo afirmaram que a maioria das embarcações possuem entre 9 e 11 metros, mas não citaram a existência de uma embarcação de grande porte (entre 12 e 16 metros, com casaria).

Em relação à documentação, todos os pescadores residentes em Rio das Ostras declararam à AECOM (2011) que suas embarcações estão matriculadas na Capitania dos Portos. Quanto ao permissionamento de embarcações pelo MPA, identificou-se (Tabela 6) uma embarcação com permissão para a pesca com espinhel horizontal de superfície; duas embarcações com permissão para a pesca com espinhel horizontal de superfície e utilização de isca viva; e duas embarcações com permissão para a pesca de rede de espera (MPA, n.d.a).

Tabela 6: Relação das embarcações de Rio das Ostras permissionadas pelo MPA.

Modalidade de Permissionamento	Comprimento (m)	Potência do Motor (hp)	Ano de Construção
Espinhel Horizontal de Superfície (Albacoras - atuns e afins) - Litoral Brasileiro	11,7	9,0	2001
Espinhel Horizontal de Superfície/Isca Viva (Dourado - atuns e afins) - Litoral Sudeste/Sul	13,0	17,9	2001
Espinhel Horizontal de Superfície/Isca Viva (Dourado - atuns e afins) - Litoral Sudeste/Sul	15,0	16,6	2002
Espera	9,0	5,0	1988
Espera	9,3	5,2	1992

Fonte: MPA (n.d.a).

Alguns entrevistados destacaram que a maioria das embarcações é equipada para a prática de mais de uma modalidade de pesca, pois uma das características mais marcantes dos pescadores consiste em oscilar na arte de pesca utilizada, respeitando a sazonalidade dos recursos pesqueiros e objetivando garantir certa estabilidade nos seus rendimentos. Os resultados do levantamento primário revelaram que a pesca com rede de emalhe configura-se como principal modalidade praticada em Rio das Ostras, sendo que a rede de fundo é mais utilizada do que a rede caída. Neste sentido, os dados de AECOM (2011) reforçam este discurso, pois entre os 35 pescadores entrevistados no período de setembro de 2009 a março de 2010, 57,1% declararam que pescam exclusivamente com rede de fundo (ou fixa); 22,9% com rede caída (ou devira); 14,3% utilizam as duas modalidades e 5,7% praticam arrasto com portas ou rede balão.

Já os resultados do monitoramento realizado no período de setembro de 2009 a março de 2010 pela AECOM (2011) revelam que a rede de emalhar fixa correspondeu a 76% dos desembarques registrados, seguido pela rede de emalhar à deriva (caída) (12%), arrasto com portas (6%), linha de mão (4%), corrico (1%) e rede de cerco, espinhel fixo e pesca submarina (1%). Ao considerar a participação das artes de pesca na produção desembarcada em volume, a rede de emalhar fixa foi dominante, pois participou com 83%

do total da produção durante todo o período de monitoramento. Em segundo lugar, a rede de emalhe à deriva (caída) contribuiu com 12% da produção.

Destaca-se que ao realizar o monitoramento de desembarque pesqueiro por artes de pesca, AECOM (2011) identificou a utilização de rede de cero, espinhel fixo e pesca submarina. Essas artes são pouco expressivas no município e somaram apenas 1% da quantidade dos desembarques monitorados. Já durante o levantamento em campo, ressalta-se que essas três modalidades não foram citadas pelos entrevistados.

Algumas características a respeito das modalidades de pesca praticadas em Rio das Ostras e os respectivos petrechos utilizados são brevemente apresentados a seguir:

a) Rede de Fundo

A rede de emalhe de fundo é disposta próxima ao fundo para a captura de peixes demersais, porém pode ser posicionada na coluna d'água ou próxima à superfície conforme o alvo da captura. A altura da rede é de aproximadamente 3 m, com malha de 6,5 cm (esticada entre nós não adjacentes) em linha de poliamida (0,4 mm de espessura) (Netto & Di Benedito, 2007).

Alinhado ao relato de uma pescadora durante a aplicação da ferramenta “Rotina Diária” relacionado à pesca de rede de fundo, Netto & Di Benedito (2007) explicam que as redes podem ser dispostas no mar ao final da tarde e recolhidas na manhã do dia seguinte (imersas por 12 horas, aproximadamente) ou são lançadas ao mar no amanhecer e recolhidas e lançadas novamente em intervalos de 1 hora até o final do período da manhã.

a) Rede Caída (à deriva)

Segundo Netto & Di Benedito (2007), a rede caída é utilizada próximo à superfície ou na coluna d'água, sendo que o seu posicionamento varia conforme o substrato, o alvo e a área de pesca. A rede se desloca durante a operação, sendo essa a principal característica da pesca realizada por esse petrecho: lançada em uma determinada área, são as correntes marinhas que a desloca durante certo período de tempo e/ou a distancia, quando então os pescadores a recolhem. Bandeiras são colocadas em uma das extremidades para sinalizarem a sua localização, pois nenhuma das suas extremidades permanece presa à embarcação. Em uma operação de pesca, o número de panos de rede

pode variar entre 32 e 42 e é utilizada malha entre 5 e 10 cm (esticada entre nós não adjacentes), confeccionada com linha de poliamida com 0,8 mm de espessura. A altura da rede é de aproximadamente 3 m. Porém, o relato de pescadores de Rio das Ostras sinaliza medidas diferentes: utilização de 30 a 35 panos de rede, 100 a 150 malhas de altura e malha 60 ou 90.

b) Pesca de Linha

A modalidade de pesca de linha de mão utilizada em Rio das Ostras é também denominada pargueira que, de acordo com Netto & Di Benedetto (2007) é um apetrecho direcionado a cardumes (principalmente) e o seu posicionamento na coluna d'água depende da localização da espécie que se pretende capturar, normalmente peixes demersais associados a substratos rochosos. Nesta modalidade, é utilizado como isca peixes ou camarões, na maioria das vezes. Um prumo de chumbo é afixado à porção terminal da linha guia de poliamida, onde ao longo desta, linhas secundárias com anzóis afixados são inseridas. O tamanho da linha guia pode variar de 4 m (20 anzóis) até 8 m (60 anzóis). Cada linha secundária mede 15 cm, aproximadamente, e fica distante da próxima uma medida maior que seu comprimento de modo a evitar o emaranhamento. Já os anzóis variam entre os números 20 a 23 e a espessura da linha guia é de 0,9 mm e 0,6 mm para as linhas secundárias.

c) Corrico/Currico

A pesca de corrico caracteriza-se pela operação utilizando uma linha com um anzol e é praticada com o barco em movimento (Netto & Di Benedetto, 2007). Esta modalidade é direcionada à captura de peixes pelágicos de grande porte e para tanto são utilizadas linhas de monofilamento com um anzol anexado a cada uma. Nestes anzóis são presas as iscas que podem ser vivas ou artificiais. A embarcação fica à deriva aguardando que algum peixe seja fisgado (Martins, Olavo & Costa, 2005). Conforme relato dos entrevistados durante o levantamento primário, todas as embarcações de Rio das Ostras são equipadas para que os pescadores pratiquem essa modalidade.

d) Arrasto

Em Rio das Ostras, segundo pescadores entrevistados, a captura de camarão é realizada por meio do arrasto simples e também do duplo.

A rede de balão é utilizada na pesca de arrasto simples e consiste em um artefato cônico que se subdivide em corpo, asas e ensacador. Boias são presas na tralha inferior (50 chumbadas com 20 gramas cada) e superior (15 cm de diâmetro) e também são utilizadas portas de madeira (pesando 15 kg cada) acopladas às asas laterais para que se mantenham abertas durante o deslocamento da embarcação. Nestas asas há cabos que mantêm a rede presa à embarcação durante a realização do arrasto. A rede tem 15 m de comprimento, com a boca mediando 3 m de diâmetro. Já a malha da rede no corpo mede 3 cm e no ensacador, 2,5 cm (esticada entre nós não adjacentes). O artefato é confeccionado com linha de polipropileno com 1 mm de espessura (corpo) e 2 mm no ensacador (Netto & Di Benedetto, 2007).

O arrasto duplo apresenta a mesma estrutura da rede de balão, porém as suas dimensões são maiores e são utilizadas 2 redes simultaneamente durante a prática do arrasto. Essas redes são presas aos tangones, estruturas presentes em cada lateral da embarcação. Netto & Di Benedetto (2007, p. 110) explicam que: o comprimento da rede é de 18 m, com o diâmetro da boca medindo 6 m. Já a malha no corpo e no ensacador medem, respectivamente, 2,5 e 2 cm (esticada entre nós não adjacentes). Na tralha superior, são colocadas duas boias de 15 cm de diâmetro e 50 chumbadas com 20 gramas cada na tralha inferior. As portas, em número de quatro, pesam 60 kg cada. A espessura da linha de polipropileno é de 1 mm no corpo da rede e no ensacador, 2 mm. O arrasto duplo geralmente é realizado durante a madrugada/início da manhã, somando, em média, 3 arrastos por dia de pesca, sendo que cada arrasto dura entre 2 a 3 horas.

e) Engodo

Ao mar são lançados restos de peixes que se espalham na coluna d'água e por isso, o engodo consiste em um atrativo para o pescado, de forma a facilitar a pescaria.

f) Extração de Mexilhão

O casal de pescadores identificado em Rio das Ostras que realiza a extração de mexilhões afirmou conhecer as regras para essa atividade e reforçaram sobre o cuidado

a ser tomado, de forma a preservar as sementes. Neste sentido, ressalta-se que a Instrução Normativa IBAMA nº 105/2006 institui em seu Art. 5º que é proibida a comercialização, para consumo humano, de exemplares cujo comprimento total seja igual ou inferior a 5 cm (medida tomada no seu menor eixo). Porém, não foi abordado junto aos marisqueiros se eles cancelam as atividades nos períodos de 01 de setembro a 30 de novembro e de 01 de setembro a 31 de dezembro de cada ano, conforme institui a referida instrução normativa (IBAMA, n.d.b).

A maioria dos pescadores de Rio das Ostras pesca em alto-mar (além de 12 milhas da costa), assim como na comunidade de Palmeira, e cerca de 10% pesca tanto em alto-mar como em mar-aberto. Interessante ressaltar que o estudo revelou que a pesca em alto-mar é praticada apenas por pescadores entre 15 e 19 anos de idade e os que se encontram na faixa etária entre 30 e 39 anos são os que pescam em mar aberto e alto mar (AECOM, 2011; Fidalga *et al.* 2014).

A Tabela 7 apresenta a produção pesqueira mensal de Rio das Ostras nos meses de agosto de 2008 a junho de 2009. Verifica-se que nestes 11 meses, foram capturadas 205,11 toneladas de pescado e que ocorre oscilação entre meses de maior captura (janeiro, março e abril) e meses onde há menor quantidade de capturas (agosto, dezembro e novembro) (AECOM, 2009).

Tabela 7: Produção mensal de Rio das Ostras entre Agosto de 2008 e Junho de 2009.

Produção Mensal de Rio das Ostras (Toneladas)											
Agosto de 2008 a Junho de 2009											
ago/08	set/08	out/08	nov/08	dez/08	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	TOTAL
10,81	19,22	12,93	13,23	11,49	33,18	15,2	28,5	29,26	16,9	14,39	205,11

Adaptado de AECOM, 2009.

Os pescadores declararam à AECOM (2011) que o cação e a pescadinha são os principais tipos de pescados, destacando também a pesca de cavala, bonito serra e goete. Essa informação vem de encontro com o levantamento primário realizado em campo, visto que a pesca com rede de emalhe, caída ou de fundo, são as mais praticadas no município.

Entre os recursos pesqueiros citados durante o levantamento primário, o camarão é o único que sofre restrição de captura por meio do defeso. O defeso é definido pela Lei nº 11.959/2009 (Art. 2º, XIX) como “a paralisação temporária da pesca para a

preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes” (CCcivil, n.d.a). O defeso proíbe a pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão do dia 1º de março a 30 de maio de cada ano. (IBAMA, n.d.a). Aos pescadores artesanais está garantido o direito ao seguro-desemprego no valor de um salário mínimo mensal durante o período de defeso (CCivil, n.d.c) e em Rio das Ostras, 63% dos pescadores entrevistados pela AECOM (2011) declararam ter recebido o benefício em função da restrição à pesca deste recurso.

Em Rio das Ostras o pescado é comercializado *in natura* (AECOM, 2011). Os dados primários revelaram que o beneficiamento apenas é realizado nas peixarias locais e por esposas de pequenos pescadores, ambos para as vendas a varejo.

Quanto à comercialização da produção pesqueira, houve uma discrepância entre os dados coletados em campo e o estudo realizado pela AECOM (2011). Além da venda do pescado aos atravessadores, proprietários de peixarias relataram que preferem comprar o pescado diretamente do pescador. Já os dados apresentados pela AECOM em 2011 mostram que toda a produção pesqueira era comercializada diretamente aos atravessadores, sem citar a venda às peixarias locais.

Uma informação complementar é que até dois anos atrás a Colônia de Pescadores Z-22 possuía um caminhão baú frigorífico e encarregava-se de comprar em consignação o pescado diretamente dos associados e comercializá-lo junto ao CEASA (Rio de Janeiro), de forma a garantir maior lucratividade aos pescadores. Devido à falta de mão de obra e de um local apropriado para realizar esse trabalho, não foi dada continuidade.

Macedo & Vianna (2009) afirmam que o suporte logístico oferecido em terra é determinante para o sucesso da pescaria. Os autores destacam que a redução na oferta de apoio logístico, devido às pressões como as exercidas pelo setor imobiliário e indústria petrolífera, contribui para a queda na qualidade do pescado e geralmente passa a encarecer a produção, pois os custos para a armação, descarga e manutenção das embarcações tendem a tornarem-se mais caros.

A observação e a análise das entrevistas realizadas em campo revelam que a infraestrutura voltada para atividade pesqueira em Rio das Ostras é precária. Não há

estrutura adequada para a realização de trabalhos como de carpintaria naval; mecânica de motores; beneficiamento; comercialização direta pescador/cliente; embarque de insumos; desembarque da produção; confecção, entralhe ou remendo de redes.

Durante o levantamento de dados primários, muito se ouviu sobre o terminal pesqueiro de Rio das Ostras, cuja construção está inacabada. As suas obras iniciaram-se em 2007 com o objetivo de terminar em seis meses, mas foram interrompidas em 2010. Esse complexo, de 2.711 m² contaria com estaleiro artesanal, fábrica de gelo e um espaço para beneficiamento, além de ordenar e padronizar os processos de desembarque, armazenamento, tratamento e escoamento do pescado. Cabe destacar que o entreposto de pesca está alinhado aos requisitos de higiene, segurança do trabalho e ambientais e foi planejado de forma a não oferecer riscos de poluição ao meio ambiente, sobretudo ao rio das Ostras (Portal da Prefeitura de Rio das Ostras, 2014).

No início de 2014 foi anunciado que as obras do entreposto serão reiniciadas, pois foi assinado um contrato de intenções onde o Estado repassará mais de R\$ 258 mil para o município, com a finalidade de custear as obras necessárias (Portal da Prefeitura de Rio das Ostras, 2014). Em setembro de 2014, a prefeitura municipal firmou um Termo de Cooperação Técnica junto à Fiperj – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, convênio que prevê o funcionamento do entreposto para final de 2016 (Folha On-Line, 2014). Ao ouvir membros da comunidade pesqueira local, tem-se que parte dos entrevistados já não acredita na conclusão da obra e seu funcionamento, e parte sonha com benefícios relacionados à ativação e utilização do entreposto de pesca. Por outro lado, a coordenadoria de pesca e aquicultura afirma que há interesse da prefeitura municipal em concluir e inaugurar o estabelecimento, mas depende da captação de mais recursos.

Em relação às instituições ligadas a pesca, o levantamento de dados primários apontou a existência de duas: a Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade, Agricultura e Pesca – SEMAP e a Colônia de Pescadores Z-22. Esta última é reconhecida como a entidade representativa da classe pesqueira. Quanto à filiação, AECOM (2011) identificou que 90% dos pescadores entrevistados estavam associados à Z-22 (Rio das Ostras) e 10% filiados à Z-3, de Macaé. Já em relação Secretaria Municipal do Ambiente, Sustentabilidade, Agricultura e Pesca – SEMAP, a maioria dos entrevistados

não reconhece a sua legitimidade, pois alegam não perceber qualquer tipo de apoio da mesma à atividade.

Quanto aos jovens e o interesse pela profissão de pescador, as palavras do coordenador de pesca e aquicultura (SEMAP) refletem a realidade identificada em Rio das Ostras: “*a pesca não tem futuro muito longo. Filhos de pescadores não querem seguir a profissão de pescador*”. Ao levantar informações primárias sobre as perspectivas futuras em relação à pesca de Rio das Ostras, identificou-se que os jovens estão, cada vez mais, se desinteressando pela atividade e buscando outras profissões.

Tal situação se assemelha ao que foi diagnosticado na comunidade de pesca artesanal de Palmeiras (Ilha do Sal, Ilha do Cabo) onde poucos jovens estão se iniciando na atividade de pesca (Fidalga *et al.*, 2014). O estudo realizado pela AECOM (2011) revela que embora a maioria dos pescadores deseje se manter na atividade pesqueira, 91% desejam que seus filhos sigam outras profissões. Por um lado, a tradição familiar foi apontada como principal motivo entre os que desejam que seus filhos atuem na referida atividade e por outro, desgaste da atividade, a remuneração incerta e a falta de perspectivas são os principais motivos que levam os pescadores a desejarem que seus filhos ingressem em outras profissões.

V.2 O papel das mulheres na atividade de pesca artesanal marinha de Rio das Ostras

Em Rio das Ostras as filhas aprendem desde novas, através do convívio familiar e do exemplo, que limpar e preparar do pescado para a comercialização é o papel da mulher na família que exerce a atividade pesqueira, evidenciando sua relevância em uma educação familiar voltada à pesca artesanal, tal como alguns estudos já revelaram em outras áreas geográficas (Garcia *et al.*, 2007). Neste sentido, Rosário (2010, p. 13) enfatiza que “*o papel feminino é de extrema importância no que se refere à manutenção da tradição, já que é ela a educadora e socializadora maior nas sociedades pesqueiras*”.

Durante o levantamento de informações em campo foram comuns os relatos sobre a participação das mulheres na atividade pesqueira artesanal desde a infância. Na época em que o pescado era conservado por meio da salga, as mulheres, ainda crianças, ajudavam as suas mães a salgar os peixes. Ou seja, enquanto os homens da família (pai, irmão, tio,

filhos) saíam para pescar (espaço público), as mulheres ficavam em terra (espaço privado), mães e filhas, exercendo outros tipos de atividade, incluindo as domésticas. De forma semelhante, em Ipioca e Trapiche da Barra (Maceió, Alagoas), enquanto a educação dos meninos pautou-se nos saberes relacionados ao mar (marés, cardumes, etc.), às meninas coube o aprendizado dos saberes relacionados à terra ou seja, cuidado da casa, família e roçado (Machado, 2010).

Nestas mesmas comunidades de Maceió, verificou-se que *“é também pela socialização de meninos e meninas que os conhecimentos acerca das atividades referentes a cada gênero vão sendo aprendidos”* e tal fato configura-se, posteriormente, na distinção das tarefas destinadas aos homens e às mulheres (Goes, 2008, p. 104). Os resultados obtidos pela coleta de dados primários sugerem levam a possibilidade de que esse processo tenha se desenvolvido também em Rio das Ostras.

Em Rio das Ostras, enquanto os homens se dedicam às atividades no mar, as mulheres realizam as atividades em terra e ainda cabe às poucas mulheres que pescam conciliar as atividades em ambos os espaços. Esse contexto evidencia que na comunidade pesqueira local, *“a divisão sexual do trabalho na pesca é fortemente marcada pela divisão do espaço público e privado e de como o primeiro foi negado às mulheres ao longo da história (...)”* (Soares, 2011, p. 1).

As mulheres da comunidade pesqueira de Rio das Ostras realizam atividades produtivas (espaço público: no mar e em terra) e reprodutivas (espaço privado: em terra), considerando que essa divisão de espaço está relacionada e interfere na divisão sexual do trabalho. Ressalta-se que a divisão sexual de trabalho ocorre quando a separação das atividades a serem realizadas é determinada pelo sexo das pessoas (Stancki, 2003). Ao utilizarem expressões como “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, alguns comunitários reforçam a influência da divisão sexual do trabalho no âmbito da comunidade local e evidenciam a construção diferente de ser homem e mulher naquela comunidade, reflexo da sociedade mais ampla.

Goes (2008, p. 22) defende que *“o trabalho feminino sempre foi pensado sob a ótica da “ajuda” ou relacionado ao trabalho do homem”*. Em Rio das Ostras, verificou-se que o contexto funde dois modelos: o tradicional de divisão de tarefas, onde o homem é o provedor e trabalha fora de casa e a mulher exerce a função de dona de casa, sendo que ao

máximo, trabalha fora para “ajudar” (Maneschy, 2000); e o de conciliação onde “*cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional*” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 604). Ressalta-se, que o fato da pesca ser uma atividade predominantemente realizada por homens favorece que as atividades realizadas pelas mulheres se configurem como de caráter complementar (Cunha, 2012). A fala de uma ex-pescadora expressa essa situação: “*o homem se preocupa com colocar a comida na mesa, o resto é com a gente; cuidamos de tudo por trás*”.

Além do envolvimento das mulheres na comercialização do pescado, visto que todas as peixarias visitadas contavam com mulheres tanto como proprietárias do estabelecimento, como trabalhando no beneficiamento ou atendimento aos clientes, atualmente em Rio das Ostras parte das mulheres da comunidade também sabem remendar redes e beneficiar o pescado, e uma minoria pesca com seus respectivos maridos. No caso das pescadoras, as mulheres declararam que o serviço é bem dividido com os seus maridos e sentem que ambos se ajudam mutuamente. São vários os estudos que reforçam que as atividades de remendar rede, beneficiar e pescar ajudam a compor o papel das mulheres em outras comunidades pesqueiras artesanais, como por exemplo, em Laranjeira e Enseada, Ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina (Borgonha & Borgonha, 2008); Vila de São Miguel, Rio Grande do Sul (Fassarella, 2007); Ipioca e Trapiche da Barra, em Maceió, Alagoas (Goes, 2008; Machado, 2010) e no litoral do Paraná (Pinheiro, 2012).

As atividades realizadas pelas mulheres em terra, como o beneficiamento e o remendo de rede, são executadas de forma intercalada com as atividades relacionadas à gestão do lar. Em Rio das Ostras, cabe às mulheres limpar a casa, cozinhar, cuidar de outros membros da família como foi identificado quer a partir do relato de mulheres e homens entrevistados bem como a partir do registro em algumas das ferramentas participativas (Figura 30, Figura 31, Figura 32, Figura 33, Figura 41 e Figura 42). Maneschy (2000, p. 85) considera essencial que as atividades das mulheres no espaço doméstico sejam incluídas nas análises, pois “*são elas que, mais que os homens, enfrentam cotidianamente as dificuldades da vida em terra*”.

Conforme reforçado pelos relatos de homens e de mulheres da comunidade, são as atividades produtivas realizadas pelas mulheres entrevistadas em Rio das Ostras que

compõem de forma significativa o orçamento familiar, ainda que sejam consideradas como uma ajuda e não representem (pelos menos subjetivamente) o sustento da família.

Quando é a mulher que remenda a rede, beneficia o pescado ou sai para pescar junto ao marido, não há gastos com esses serviços e, portanto, gera economia no orçamento familiar. De acordo com Maneschy 1995 (citado por Goes, 2008), essa acumulação de capital consiste em uma característica da pesca artesanal.

Os relatos indicam, em consonância com Raimundo & Gehlen (2008), que é o empobrecimento que tem levado outros membros da família a se envolverem em atividades para complementar a renda. Em Rio das Ostras, quando as mulheres são remuneradas pelo seu trabalho, destinam a sua renda para suprir as necessidades da família, considerando que os rendimentos dos pescadores são instáveis. Assim, tem-se que *“mesmo ainda se mantendo a ideia do homem provedor que através da sua ação sustenta a família, outras proposições aparecem desconstruindo o que parece intocável”*, conforme análise de Raimundo & Gehlen (2008, p. 4) sobre mudanças nas formas de relações entre homens e mulheres, desconstruindo o papel do homem enquanto único provedor.

Outra situação evidenciada a partir dos relatos obtidos durante o levantamento em campo refere-se à atuação das mulheres em outros tipos de atividades produtivas não relacionadas com a pesca. De acordo com Goes (2008) há um engajamento das mulheres em atividades de outros setores, como a indústria, o turismo e de serviços gerais.

Uma das vantagens de trabalhar em outros setores é que a renda semanal ou mensal passa a ser certa, ao contrário da atividade pesqueira onde os rendimentos sofrem oscilações dependendo, por exemplo, da condição dos ventos e do sucesso ou fracasso da pescaria. Portanto, é dessa forma que essas mulheres favorecem o equilíbrio do orçamento familiar. O relato de um pescador expressa como a mulher se configura como um dos pilares da economia doméstica e porque não a incentiva a pescar com ele: *“às vezes penso em colocar um guincho e levar a mulher pra pescar, mas tem vezes que o sustento vem dela”*.

Concomitante à realização de atividades produtivas e de contribuir com o orçamento familiar, as mulheres da comunidade pesqueira de Rio das Ostras dedicam uma significativa parte do tempo às atividades reprodutivas. A “Rotina Diária” elaborada por

uma pescadora revela que em um dia de trabalho dedicado à catação de mexilhão, cerca de quatro horas e meia são voltadas às atividades reprodutivas (Figura 33). Nos dias em que a pesca de corrico é praticada, são dedicadas cerca de cinco horas para as tarefas domésticas e atividades realizadas fora de casa, mas relacionadas ao cuidado da família (Figura 32). Quando é dia de pescar robalo (rede de emalhe), a dedicação às atividades reprodutivas chega a alcançar seis horas, aproximadamente. Outra pescadora relatou que em dias de pesca de rede de fundo, costuma se dedicar às tarefas domésticas por cinco horas, aproximadamente (Figura 31). Ao cruzar esses dados primários com os resultados do estudo de Bruschini (2006), tem-se que em todos os casos (pesca de corrico, rede de emalhe e catação de mexilhão) a jornada semanal dedicada pelas mulheres pescadoras ao trabalho reprodutivo, supera a média da população total, a dos homens e a das mulheres, conforme a análise dos dados de 2002 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE.

Ao questionar sobre o quanto a família colabora com as atividades praticadas pelas duas pescadoras entrevistadas, obteve-se que nenhum dos respectivos maridos auxilia nas tarefas de cuidado com a casa, um deles ajuda bastante a esposa fazendo as refeições e o outro se dedica ao cuidado dos demais membros da família (Figura 41 e 42). Por outro lado, esses pescadores oferecem ajuda às suas esposas, mas as mesmas declararam que gostam e preferem realizar as tarefas domésticas sozinhas. O relato das pescadoras expressa esse posicionamento: *“na hora de cuidar da casa o marido se oferece, mas digo que eu dou conta”*; *“trabalho de casa gosto de fazer do meu jeito”*. Ressalta-se que a pouca ou nenhuma colaboração dos homens na execução de tarefas domésticas é uma realidade nacional. Em pesquisa conduzida pelo IBGE em 2002 (PNAD), enquanto 68,3% das mulheres afirmaram que cuidam dos afazeres domésticos, apenas 31,7% dos homens declararam realizar esses afazeres (Bruschini, 2006). Esse contexto somado à dedicação semanal destinada às atividades produtivas e reprodutivas evidencia uma sobrecarga de trabalho gerada pela multiplicidade de atividades realizadas pelas mulheres, assim como identificado por Pinheiro (2008) no litoral do Paraná, Borgonha & Borgonha (2008) na Ilha de São Francisco do Sul (Santa Catarina) e Fassarella (2008) em vila São Miguel (Rio Grande/Rio Grande do Sul).

Os resultados obtidos por meio da ferramenta “Matriz de Uso do Tempo” aplicada junto às pescadoras evidenciam que, por um lado os homens pouco ou nada ajudam nas

tarefas de casa e, por outro, sobressai uma igualdade na divisão do trabalho produtivo entre o casal, que se ajuda mutuamente (Figura 41 e 42). Em Rio das Ostras, exceto as mulheres que são proprietárias e estão à frente da gestão das peixarias, as demais mulheres entrevistadas, pescadoras e ex-pescadoras, referiram-se, em algum momento, ao seu trabalho como uma ajuda ao marido e em alguns casos, como uma obrigação. Verificou-se que, assim como na comunidade Cristo Rei (Mesoregião do Médio Amazonas) estudada por Soares (2011), as pescadoras de Rio das Ostras demonstram consciência sobre a importância do seu trabalho na pesca, mas nem sempre se visualizam como protagonistas e, dessa forma, contribuem para reforçar a ideia de “ajuda”.

De acordo com a análise de Araújo & Leitão (2010, p. 1), *“a relação entre homens e mulheres reproduz o que ocorre no resto da sociedade: apesar de desenvolverem atividades relacionadas à pesca, as mulheres não têm o seu trabalho suficientemente valorizado”*. A variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda e a compatibilização com as tarefas domésticas, para Maneschy (2000, p. 88), *“reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, “ajudantes” do companheiro e não como sujeitos produtivos”*. O fato das mulheres compatibilizarem o trabalho produtivo com o reprodutivo contribui também na perspectiva de Lima & Leitão (2013), para que muitos visualizem o trabalho da mulher na pesca artesanal como uma extensão do seu papel de provedora das necessidades da família enquanto dona de casa, mãe, esposa ou filha. Ao reconhecerem o seu trabalho como uma ajuda, as mulheres acabam por agravar a visualização do trabalho feminino na pesca (Silva, 2012) ainda que, de acordo com Maneschy (2000, p. 83), *“entre populações pesqueiras, a produção das mulheres é tão importante quanto a dos homens, ainda que não seja reconhecida como tal”*.

Ao considerarem que um indivíduo que se encontra em situação de invisibilidade é aquele que não é visto, reconhecido ou valorizado, os autores afirmam que *“essa “invisibilidade” resulta do processo de dominação masculina, onde a mulher é submetida a atuar à margem do sistema político e econômico”* (Nascimento & Fischer, n.d., p. 4). Em Rio das Ostras, a invisibilidade faz parte do cotidiano das mulheres que,

embora sejam conscientes da importância que tem para a pesca e para a gestão do lar, não se sentem reconhecidas ou valorizadas pelos homens da comunidade.

As mulheres (pescadoras e ex-pescadoras) entrevistadas reconhecem a sua importância para a pesca artesanal e se consideram estreitamente inseridas na atividade pesqueira local (Figura 43 e Figura 45). Além disso, consideram-se “corajosas” e “guerreiras”, por dar conta de uma atividade considerada árdua, sacrificante, perigosa e sobretudo, masculina. Já as comerciantes reconhecem a importância do seu papel, principalmente enquanto envolvidas na gestão das peixarias para a atividade pesqueira, mas não se sentem valorizadas pelos homens. A frase da proprietária da peixaria sobre a atuação das mulheres na comercialização do pescado traduz o sentimento de invisibilidade: *“sempre tem uma mulher envolvida, mas faz parte da peixaria como os peixes”*.

As pescadoras e ex-pescadoras também foram questionadas sobre como percebem o olhar dos homens da comunidade em relação ao papel que as mulheres desempenham e responderam que isso varia de homem para homem, sendo que se sentem mais valorizadas pelos pescadores jovens. Uma pescadora relatou que sente o cuidado, o respeito e a admiração por parte dos homens. Outras entrevistadas acreditam que os homens sabem que as mulheres contribuem nas atividades, mas na prática, não se sentem reconhecidas ou valorizadas.

Quanto à percepção dos homens, não há consenso. Os maridos das pescadoras declararam orgulho, mas também certa tristeza por suas esposas pescarem e vivenciarem as dificuldades inerentes à atividade. Dessa forma, reconhecem a importância da parceria com a esposa e as consideram inseridas na atividade de pesca local. Já na análise de um pescador cuja esposa não atua como pescadora, é atribuída “média” importância às atividades realizadas pelas mulheres, sendo que as mesmas encontram-se pouco inseridas na atividade pesqueira de Rio das Ostras (Figura 44). Entre os homens, ainda há aqueles que reconhecem o “apoio” que a mulher dá, seja na execução de tarefas domésticas ou contribuindo no orçamento familiar. Porém, nem sempre esse papel de suporte é valorizado, o que acaba por contribuir com a reprodução do papel social da mulher como simples executora de atividades “complementares”, reforçando a manutenção do modelo já estabelecido.

Em Rio das Ostras, além do trabalho realizado pelas mulheres da comunidade pesqueira ser visto como uma extensão do trabalho doméstico e conseqüentemente não ser devidamente valorizado, identificou-se nesta localidade que não há envolvimento dessas mulheres em questões políticas e nem mesmo fomento à essa participação. Ressalta-se que ao estudar a comunidade de Segredinho (Capanema, Pará), onde a pesca é praticada por grande parte das mulheres da comunidade, Cunha *et al.* (2012) defende que a falta de participação social por parte das mulheres contribui para a invisibilidade do trabalho realizado.

A invisibilidade das mulheres da comunidade pesqueira de Rio das Ostras no campo político afirma-se tanto no âmbito da prefeitura municipal, por meio da coordenação de pesca e aquicultura (SEMAP), como na representação de classe, pela Colônia de Pescadores Z-22.

A coordenação de pesca e aquicultura (SEMAP) não reconhece a existência de pescadoras “*que vão para o mar*” em Rio das Ostras, mas, por outro lado, afirma considerar como pescadoras as mulheres que limpam peixes para pequenos pescadores. O coordenador entrevistado citou a inserção das mulheres no projeto “Saúde do Pescador”, mas ao ser indagado sobre futuros projetos para a pesca, enfatizou apenas sobre o previsto término da construção do entreposto de pesca e o desejo de implantar fazendas marinhas, sem citar qualquer ação voltada especificamente para as mulheres da comunidade.

Enquanto que a atuação política e a participação das mulheres em órgãos de representatividade podem ser consideradas uma forma de superar o não reconhecimento e também, de conquistar, reconhecer, legitimar e assegurar os seus direitos (Raimundo & Gehlen, 2008; Nascimento & Fischer, n.d.), têm-se que em Rio das Ostras a diretoria da Colônia de Pescadores Z-22 é composta exclusivamente por homens. Durante o levantamento primário, nenhuma mulher entrevistada declarou participar dos assuntos e das tomadas de decisão relacionadas à Colônia e apenas uma ex-pescadora afirmou reconhecer a necessidade de que as mulheres sejam mais participativas.

Em Rio das Ostras, assim como ocorre nas comunidades Laranjeira e Enseada, na Ilha de São Francisco do Sul (Santa Catarina) estudada por Borgonha & Borgonha (2008), o

não envolvimento das mulheres da comunidade pesqueira nas questões voltadas à representação de classe se contrapõe a, como afirmam Nascimento & Fischer (n.d.), um real crescimento da participação feminina como filiadas a órgãos de classe.

Conclusão

O presente estudo sobre o papel das mulheres na pesca artesanal marinha de Rio das Ostras analisa o olhar dos comunitários, valorizando como eles mesmos percebem, reconhecem, vivenciam e significam o lugar das mulheres nas relações em torno da pesca.

Este estudo proporcionou um conhecimento mais aprofundado das características gerais da comunidade pesqueira de Rio das Ostras e a identificação e compreensão da importância do papel das mulheres na vida comunitária que em torno da atividade pesqueira se desenha. Ao invés de esgotar este tema, esta pesquisa contribui para futuros estudos a serem desenvolvidos em Rio das Ostras, na medida em que deixa caminhos em aberto, mas também contribui para informar as autoridades locais, podendo influenciar o planejamento de ações e a implementação de políticas públicas a nível municipal.

As mulheres da comunidade pesqueira de Rio das Ostras organizam o seu tempo de forma a conciliar a realização das mais diversas atividades. A multiplicidade de tarefas executadas se dá na esfera produtiva (trabalho na atividade pesqueira ou em outras atividades) e reprodutiva (cuidado do lar e da família). Tal realidade não é uma especificidade das mulheres da comunidade de pesca artesanal local. Ao contrário, espelha um estado da sociedade em uma perspectiva ampliada.

Interessante perceber que quando as mulheres da comunidade realizam atividades produtivas, estas são entendidas como estar a ajudar os seus respectivos maridos. Do mesmo modo, nas atividades reprodutivas, quando os homens realizam alguma tarefa é considerado que eles estão ajudando as suas esposas. Dessa forma, percebe-se que há uma clara divisão sexual do trabalho, onde as “obrigações” e papéis de cada um encontram-se social e culturalmente determinados.

Os relatos também sinalizam algumas dificuldades vivenciadas tanto na captura (recursos pesqueiros, camaradas confiáveis, custo e lucratividade da pesca) como na

comercialização do pescado (negociação, escoamento). Em Rio das Ostras, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, seja na pesca ou em outras atividades, também ocorre devido à necessidade de contribuir para o orçamento familiar, ainda que as suas atividades sejam consideradas menos significativas e lucrativas do que as realizadas por homens.

Outra questão que merece ser destacada é que, além das pescadoras passarem mais de oito horas por dia exercendo seu papel produtivo, as horas diárias dedicadas ao trabalho reprodutivo extrapolam as médias oficiais brasileiras de horas trabalhadas. As poucas horas diárias que restam para dormir e descansar são reflexos da sobrecarga de trabalho enfrentada pelas mulheres, ocasionada pela chamada dupla jornada. A narrativa de homens e mulheres entrevistados em campo, geralmente conduziu à perspectiva de que as mulheres, ao desempenharem seus papéis na esfera produtiva e/ou reprodutiva, constituem um importante pilar da unidade familiar. Porém, a essa situação não é atribuída uma visível valorização, o que contribui para a invisibilidade das mulheres na comunidade local.

Ao longo da coleta e análise dos dados foram identificadas algumas questões que merecem ser conhecidas e aprofundadas, abrindo um campo promissor para futuras pesquisas na comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras.

O fato de a maioria das mulheres entrevistadas relatar que aprendeu a realizar as suas atividades com as mães leva ao questionamento sobre como e para qual propósito essas mães estão atualmente educando suas filhas. A história se repete integralmente ou o contexto atual redireciona o rumo da educação no ambiente familiar? Compreender como esse processo se desenvolve atualmente fornecerá elementos sobre o cenário futuro, antevendo potencialidades e fragilidades relacionadas ao papel das mulheres na comunidade pesqueira local.

Embora as mulheres da comunidade local influenciem positivamente no orçamento da família, o esforço em identificar exatamente qual é essa parcela contribuiria para a visibilidade acerca da importância das mulheres no que tange a economia familiar.

Alguns relatos enfatizaram o desinteresse dos jovens em relação à atividade pesqueira, remetendo ao questionamento sobre quais os seus objetivos e anseios, e de que forma eles estão e estarão alinhados à atividade pesqueira artesanal local. Essas informações

poderão contribuir para o planejamento das ações a serem implementadas no município de forma que estejam em consonância com as potencialidades dos jovens, subsidiando o poder público municipal e o órgão representativo da classe.

As entrevistas realizadas apontam para uma falta de reconhecimento e valorização em relação ao papel desempenhado pelas mulheres que se evidenciam também por meio da falta de projetos voltados às demandas específicas e de uma estrutura adequada para que as mesmas se dediquem à atividade pesqueira. O que poderia tornar o trabalho realizado pelas mulheres mais visível? Quais são as suas necessidades, seus sonhos e anseios? Os resultados desse levantamento podem nortear a implementação de políticas públicas municipais bem como a definição de projetos e investimentos na área da pesca artesanal local.

Outra questão que merece aprofundamento refere-se ao distanciamento entre as mulheres e as questões políticas relacionadas à classe pesqueira, contribuindo também para a invisibilidade das mulheres na comunidade. Enquanto que por um lado a prefeitura municipal não realiza ou planeja implementar projetos que venham a valorizar e fortalecer o papel das mulheres, por outro, a instituição que representa a classe é gerida apenas por homens. As mulheres sempre estiveram distantes das tomadas de decisão relacionadas à atividade pesqueira de Rio das Ostras? De que forma e até que ponto as mulheres interferem na definição por projetos, investimentos, políticas públicas, espaços de participação, entre outros? Há interesse em modificar esse cenário? É possível conciliar participação com a dupla jornada, já que as mulheres têm o dia tomado por diversas atividades e responsabilidades?

Para o aprofundamento das questões citadas, sugere-se que além de entrevistas e questionários sejam também utilizadas as ferramentas participativas, ao optar por uma metodologia qualitativa. As entrevistas, especialmente as semiestruturadas, permitem que se estabeleça um diálogo pautado nos temas definidos para o roteiro e com a liberdade de descrição, reflexão e análise proporcionada pelas questões abertas. Já os questionários podem vir a somar, no sentido de oferecer mais possibilidades de tabulação e conseqüentemente análises com finalidades estatísticas. Por sua vez, a aplicação de ferramentas participativas (técnicas de diálogo) proporciona um diálogo aberto e rico, onde as informações são fornecidas detalhadamente a partir da aplicação

da ferramenta adequada para explorar o tema em pauta. A visualização das informações por meio das ferramentas também contribui para o debate, mas sobretudo para a organização dos dados e a reflexão, análise e aprendizado dos participantes.

Por fim, mas não menos importante, cabe apresentar os resultados do estudo e validar os dados e as análises junto à comunidade de pesca artesanal de Rio das Ostras. Essa etapa consiste em utilizar uma amostragem teórica para validar as ideias da teoria (Teoria Fundamentada nos Dados), e sobre outra perspectiva, finalizar o diagnóstico com a revisão dos resultados pela comunidade (Diagnóstico Participativo). Durante o período da pesquisa não foi possível realizar essa análise coletiva, mas recomenda-se que ela seja oportunizada em respeito à comunidade e para que ajustes, correções e complementações sejam feitas, se for pertinente.

Bibliografia

AECOM (2009). *Boletim estatístico da pesca marítima na baía de Campos – Agosto/2008 a Junho/2009*. Petrobras.

AECOM (2011). *Caracterização Socioeconômica da Pesca na Baía de Campos – Projeto PCR-BC*. Petrobras.

Alves, F. (2011). *A doença mental nem sempre é doença - Racionalidades leigas sobre sofrimento mental*. Porto: Afrontamento.

American Psychological Association – APA (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington, DC: Autor.

Araújo S. M. P. & Leitão M. R. A. (2010). Mulher além da Maré. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos*, 23-26 Ago. 2010 (1-10).

Araújo B. F. B. & Estramiana J. L. A. (2011). Ação e estrutura social em *Grounded Theory*: Reflexões sobre uma psicologia social sociológica. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 45, (3), p. 381-394.

Armando C., Lafraya S., Lobillo J., Soto P. & Rodrigo C. (1998). *Los Métodos del Diagnóstico Rural Rápido y Participativo*. Acedido em Outubro 25, 2013, em <http://comunidades.mda.gov.br/o/890739>.

Asensio L. A. B., Eguíbar J. L. & Alonso C. M. (2006), *Aportes del DRP (Diagnóstico Rural Participativo) a las Metodologías Participativas y aplicación a la gestión de los Recursos Naturales en la Gomera*. Acedido em Outubro 24, 2013, em http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/08/m_LBermejo_APORTES.pdf

Borgonha M. C. & Borgonha M. B. (2008). Mulher-pescadora e mulher de pescador: A presença da mulher na pesca artesanal na Ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*, 25-28 Ago. 2008 (1-6).

Bruschini C. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População – REBEP*, 23 (2), 331-353.

Cabral M. M., Stadler H. & Tavares L. (2010). Perfil psicossocial das mulheres de Pernambuco que trabalham com a pesca artesanal: contribuições desde uma perspectiva

feminista. In *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos*, 23-26 Ago. 2010 (1-9).

Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação - Guia para autoaprendizagem* (2ª ed.), Universidade Aberta de Lisboa, Portugal.

Chambers R. (1994). The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Development*, v. 22 (7), p. 953-969.

Chambers R. & Guijt I. (1995). DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? *Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais*, 26, p. 4-15.

Charmaz K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para análise qualitativa*. São Paulo: Artmed.

Cunha, A. S., Rocha, N. S. A. & Moraes S. C. (2012). O processo de gestão de pescadores artesanais a partir do trabalho feminino na comunidade Segredinho/Capanema-PA. In *5º Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 03-06 Jun. 2012 (1-12).

Dantas C. C., Leite J. L., Lima S. B. S. & Stipp M. A. C. (2009). Teoria Fundamentada nos Dados - aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, v. 17 (4), p. 573-579.

Drumond M. A. (2002). *Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas* Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental.

Everest (2008). *RIAS - Relatório de impacto ambiental de sísmica – Pesquisa sísmica marítima 2D – Programa Costa Sul – Sudeste, Bacias do Espírito Santo, Campos, Santos e Pelotas*. Revisão 1. GX Technology Sísmica Brasil.

Faria A. A. da C. & Neto P. S. F. (2006). *Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural*. Brasília: MMA; IEB.

Fassarella S. S. (2007). A vez e a voz de mulheres que atuam na atividade da pesca da Vila de São Miguel (RS) – Trajetórias e perspectivas. Fundação Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, Brasil.

Fassarella S. S. (2008). O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. *SER Social*, 10 (23), p. 171-194.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Sistema FIRJAN. (2014). *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – ano base 2011*. Acedido em Junho, 28, 2014, em <http://www.firjan.org.br/ifdm/downloads/>

Fidalga A. B. P., Seixas, S. & Azeiteiro U. M. (2014). Estudo das percepções da comunidade da Palmeira (Ilha do Sal, Cabo Verde) sobre a Sustentabilidade das Pescas. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 14 (1), p. 41-49.

Folha On-Line (2014). *Prefeitura de Rio das Ostras assina convênio com a Fiperj para beneficiar pescadores*. Acedido em 20 Setembro, 2014, <http://www.fmanha.com.br/regioes/prefeitura-de-rio-das-ostras-assina-convenio-com-a-fiperj-para-beneficiar-pescadores->

Garcia N. M., Yunes M. A. M., Chaves P. F. & Santos L. O. (2007). Educando meninos e meninas: transmissão geracional da pesca artesanal no ambiente familiar. *Psicologia da Educação*, 25, p. 93-112.

Garrafiel D. R., Nobre F. R. C. & Dain J. (1999). *Manual da metodologia Pesa - Uma abordagem participativa*. Rio Branco: Pesacre.

Gasque, K. C. G. D. (2007). Teoria Fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: : Mueller, S. P. Machado (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*, pp. 83-118, Thesaurus Editora de Brasília, DF, Brasil.

Mueller, S. P. M. (org.) *Métodos para a Pesquisa em Ciências da Informação*. Brasília: Thesaurus, (107-142).

Geilfus F. (1997). *80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación* San Salvador: Prochalate–IICA.

Goes L. O. (2008). *Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132), p. 595-609.

Hopfer K. G. & Maciel-Lima S. M. (2008). Grounded Theory: avaliação crítica do método nos estudos organizacionais. *Revista FAE*, v.11 (2), p. 15-24.

IBAMA (n.d. a). Instrução Normativa nº 186 de 23 de setembro de 2008. Acedido em 20, Setembro, 2014 em <http://www.ibama.gov.br/documentos/periodos-de-defeso>

IBAMA (n.d.b). Instrução Normativa nº 105 de 20 de Julho de 2006. Acedido em Setembro 25, 2014, em <http://www.mprs.mp.br/ambiente/legislacao/id4729.htm>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (n.d.). *Rio das Ostras – Histórico do Município*. Acedido em Julho 28, 2014, em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330452&search=r%20rio-de-janeiro|rio-das-ostras|infograficos:-historico>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). *Rio das Ostras – Informações Completas*. Acedido em Junho 05, 2014, em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330452&search=||info-graficos:-informacoes-completas>

Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP (n. d.) *A Bacia de Campos*. Acedido em Setembro, 30, 2014, <http://www.ibp.org.br/main.asp?View=%7B58784FF7-BB06-46B8-8200-A72A1FA66ABD%7D&>

Kawulich B. B. (2005). La observación participante como método de recolección de datos *Forum: Qualitative Social Research*, 6 (2), art. 43. Acedido em Junho 06, 2014, em <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/466/998>

Lima A. O. & Leitão M. R. F. A. (2013). A realidade ambiental das pescadoras artesanais de São José da Coroa Grande. In *XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão*, 09-13 Dez. 2013.

Macedo M. L. C. & Vianna M. (coord.) (2009). Infraestrutura costeira ligada à atividade pesqueira fluminense. *Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Estado do Rio de Janeiro – Acordo de Cooperação FAERJ/REDETEC* (p. 148-161). Rio de Janeiro: Rede de Tecnologia.

Machado M. F. (2009). Entre a terra e o mar: o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras no Brasil. Acedido em Outubro 13, 2014, em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0530.pdf>

Maia I. S. & Neto J. T. O. (2012). Estudo de viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos populares: o caso das marisqueiras do semiárido potiguar. *Vivência: Revista de Antropologia*, n. 40, 67-79.

Maneschky M. C. (2000). Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável. *Proposta*, 84/85, p. 82-91.

Martins A.S.; Olavo G.; Costa P.A.S. 2005. A pesca de linha de alto mar realizada por frotas sediadas no Espírito Santo, Brasil. In: Costa P.A.S.; Martins A.S.; Olavo G. (Eds.) *Pesca e Potenciais de Exploração de Recursos Vivos na Região Central da Zona Econômica Exclusiva Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu Nacional. p. 35-55 (Série Livros n.13).

Melo M. F. M., Lima D. E. S. & Stadtler H. H. C. (2009). E Pescadora Pesca? Reprodução da Hierarquia dos Gêneros entre Pescadoras Artesanais. In *II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais – Culturas, Leituras e Representações*, 28-30 Out. 2009 (1-9).

Millennium Ecosystem Assessment – MEA (2005). *Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis*. Washington, D.C.: World Resources Institute.

Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2011). *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011*. Acedido em Junho 05, 2014, em http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol_bra.pdf

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (2012). *100 perguntas sobre a pesca e aquicultura no Brasil*. Acedido em Agosto 03, 2014, em http://www.panoramaacuicola.com/noticias/2012/06/07/mpa_publica_100_perguntas_e_respostas_sobre_a_pesca_e_aquicultura_no_brasil.html

Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2012). *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil 2010*. Acedido em Junho, 05, 2014, em

http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20Estat%C3%ADstico%20MPA%202010.pdf

Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (2013). *Consumo de pescado no Brasil aumenta 23,7% em dois anos*. Acedido em Junho 12, 2014, em <http://www.mpa.gov.br/index.php/imprensa/noticias/2226-consumo-de-pescado-no-brasil-aumenta-237-em-dois-anos>

Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (n.d.a). *Registro Geral da Atividade Pesqueira*. Acedido em Novembro 14, 2014, em <http://sinpesq.mpa.gov.br/rgp/>

Ministério do Meio Ambiente - MMA (2007). *Estatística da Pesca 2007 - Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Acedido em Junho, 05, 2014, em <http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/estatistica-pesqueira>

Motta-Maués M. A. (1999). Pesca de homem/peixe de mulher (?): Repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*, 3 (2), p. 377-399.

Nascimento E. C. S. & Fischer I. R. (n.d.). A “invisibilidade” das pescadoras artesanais na cadeia produtiva da pesca e no meio ambiente pesqueiro. Acedido em Julho 22, 2014, em <http://www.contabeis.ufpe.br/propesq/images/conic/2011/joic/resumos/117021038SCN O.pdf>

Netto R. F. & Di Benedetto A. P. M. (2007). Diversidade de artefatos da pesca artesanal marinha do Espírito Santo. *Biotemas*, 20(2), p. 107-119.

Neves J. L. (1996). Pesquisa *qualitativa – Características, usos e possibilidades*, *Caderno de Pesquisas em Administração*, v. 1 (3), 2º sem.

Oliveira M. A. N., Coelho R. B. D. & Amorim F. A. S. (2009). Análise da frota pesqueira do estado do Rio de Janeiro. In Vianna M. (coord.), *Diagnóstico do Setor Pesqueiro do Estado do Rio de Janeiro – Acordo de Cooperação FAERJ/REDETEC* (p. 104-148). Rio de Janeiro: Rede de Tecnologia.

Peres, F. (org.) (2003). Os desafios da construção de uma abordagem metodológica de diagnóstico rápido da percepção de risco no trabalho. In *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente* (p. 251-279). Rio de Janeiro: Fiocruz.

Pinheiro, L. (2008). Gênero e divisão de trabalho na pesca artesanal de arrastão de praia, litoral do Paraná. In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*, 25-28 Ago. 2008 (1-7).

Pinto C. M. (2012). A Teoria Fundamentada como método de pesquisa. In *XII Seminário Internacional em Letras – Língua e Literatura na (pós) Modernidade*, 19-22 Jun. 2012 (1-8).

PNUD, IPEA & FJP (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Perfil Municipal – Rio das Ostras, RJ*. Acedido em Julho 25, 2014 em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/rio-das-ostras_rj

Prefeitura Municipal de Rio das Ostras – PMRO (n.d.). *História de Rio das Ostras*. Acedido em Julho 27, 2014, em <http://www.riodasostras.rj.gov.br/historia.html>

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos (CCivil) (n.d.a). *Lei N. 11.959 de 29 de Junho de 2009*. Acedido em Junho 10, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos (CCivil) (n.d.b). *Lei N. 11.958 de 26 de Junho de 2009*. Acedido em Junho 10, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos (CCivil) (n.d.c). *Lei N. 10.779 de 23 de Novembro de 2003*. Acedido em Setembro 20, 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.779.htm

Portal Prefeitura de Rio das Ostras (2014). *Entrepasto de pesca vai receber verba do estado*. Acedido em Setembro 20, 2014 em <http://www.riodasostras.rj.gov.br/noticia2121.html>

Raimundo V. J. & Gehlen V. R. F. (2008). Pesca: Atividade Exclusivamente Masculina? In *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*, 25-28 Ago. 2008 (1-5)

Ramalho C. W. N. (2004). *A arte de fazer-se pescador artesanal*. Acedido em Setembro 19, 2014, em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/cristiano_ramalho.pdf

Rosário J. J. (n.d). *A Mulher Pescadora – Cultura e Espaço na Baía do Iguape/Bahia*. Acedido em Maio 20, 2013, em http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20JeruzaJesusdoRosario.ED2IV.pdf

Rosário J. J. (2010). Cultura, Educação e Sustentabilidade: Práticas da vida da Mulher Trabalhadora da Maré. *Revista Espaço Livre*, 5(10), p. 05-17.

Santos M. P. N., Seixas S., Aggio R. B. M., Hanazaki N., Costa M., Schiavetti A., Dias J. A. & Azeiteiro U. M. (2012). A Pesca enquanto Atividade Humana: Pesca Artesanal e Sustentabilidade. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 12 (4), p. 405-427.

Scott J. W (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20 (2), p. 71-99.

Schiavo M. R. & Moreira E. N. (2005). *Glossário Social*. Rio de Janeiro: Comunicarte.

Silva P. A. (2012). O mar é masculino? Relações de gênero na pesca artesanal em Jurujuba, Niterói/RJ. In *5º Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 03-06 Jun. 2012 (1-11).

Siqueira T. L (2008). Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. *Revista Ártemis*, v. 8, p. 110-117.

Soares S. M. (2011). As Pescadoras e a luta por reconhecimento: “O trabalho não visto”. In *V Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 23-26 Ago. 2011 (1-9)

Sousa M. J. & Baptista C. S. (2012). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor-Edições de Ciências Sociais e Política e Contemporânea.

Stancki, N. (2003). *Divisão sexual do trabalho: a sua constante reprodução*. Acedido em Novembro 20, 2014, em http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (2013). *Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro – Rio das Ostras*. Acedido em Novembro 21 2014, em <http://www.tce.rj.gov.br>

Verdejo M. E. (2006). *Diagnóstico Rural Participativo – DRP – Um guia prático*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Walter T., Wilkinson J. & Silva P. A. (2012). A análise da cadeia produtiva dos catados como subsídio à gestão costeira: as ameaças ao trabalho das mulheres nos manguezais e estuários no Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 12 (4), 483-497.

Wootermann E. F. (1991). Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do nordeste. *Série Antropologia 111*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia. .